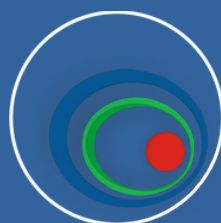

ISSN: 2764-7498

INFORMATIVO NECAT

nº47

JANEIRO/2026



NECAT

NÚCLEO DE ESTUDOS DE
ECONOMIA CATARINENSE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS NÚCLEO DE ESTUDOS DE ECONOMIA
CATARINENSE**

Coordenador

Lauro Mattei | Prof. do Departamento CNM/UFSC

Corpo Editorial

Beatriz Miotto | Doutora em Economia/UNICAMP e Profa. de Economia/UFABC

Clecio Azevedo da Silva | Prof. do Departamento GCN/UFSC

Ivo Marcos Theis | Prof. de Economia/FURB

Juliano Luiz Fossá | Doutor em Administração/UFSC

Comitê Científico

Lauro Mattei | Prof. do Departamento CNM/UFSC

Jaime Cesar Coelho | Prof. do Departamento CNM/UFSC

Guilherme de Oliveira | Prof. Do Departamento CNM/UFSC

Equipe Técnica

Samya Campana | Mestre em Economia e Doutora em Educação/UFSC

Kauê Soares Alexandre | Estudante de Economia/UFSC

Rafael Nicolo Serra Ferreira | Estudante de Economia/UFSC

Gabriel Schwalbe Hoffmann | Estudante de Economia/UFSC

João Marcelo Sovinski | Estudante de Economia/UFSC

Rafaella Rodakevicz Ferraz | Estudante de Economia/UFSC

Renan Angst Marcomini | Estudante de Economia/UFSC

Júlia Lucena Picolli | Estudante de Economia/UFSC

Jorge Alexandre Otto | Estudante de Economia/UFSC

Endereço

NECAT - Núcleo de Estudo de Economia
Catarinense. Departamento de Economia e
Relações Internacionais.

Centro Socioeconômico | Campus Trindade
Universidade Federal de Santa Catarina
CEP: 88040-900 Florianópolis, SC - Brasil
Email: necat.ufsc@gmail.com
Telefone: (48) 3721-6550

SUMÁRIO

TEMAS DE CONJUNTURA INTERNACIONAL

- 03 NO CAMINHO DO CAOS
José Luís Fiori
- 07 OS GREVISTAS DE MINNEAPOLIS
Ruy Braga
- 11 DE MONROE A DONROE, GROENLÂNDIA E CARNEY
Michael Roberts
- 18 SE QUERES A PAZ, PREPARA-TE PARA A GUERRA
José Maurício Bustani
Paulo Nogueira Batista Júnior

SEÇÃO ESPECIAL MERCOSUL

- 21 O ACORDO ENTRE O MERCOSUL E A UNIÃO EUROPEIA
Rodrigo Medeiros
- 23 O ACORDO MERCOSUL-EU NO CONTEXTO DE RETOMADA DAS NEGOCIAÇÕES EXTRA-REGIONAIS
Augusto Castro

TEMAS DE CONJUNTURA BRASILEIRA

- 27 PERSPECTIVAS ECONÔMICAS PARA 2026
Luiz Gonzaga Belluzzo
André Passos Santos
Nathan Caixeta
Murilio Tambasco
- 33 A NATUREZA FINANCEIRA DO DESEQUILÍBRIO FISCAL BRASILEIRO
José Luis Oreiro
- 35 NATUREZA DO CRESCIMENTO RECENTE DO BRASIL
Maria Luiza Falcão
- 40 BANCO MASTER: ECONOMIA OU POLÍCIA?
Paulo Kliass

TEMAS DE ENSINO ECONÔMICO

- 44 ECONOMIA E CAPITALISMO
Prabhat Patnaik
- 48 INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO IRRACIONAL
Fernando Nogueira da Costa

TEMAS DE ECONOMIA CATARINENSE

- 52 PRODUÇÃO INDUSTRIAL CATARINENSE CAIU 0,8% EM NOVEMBRO DE 2025
Gabriel Schwalbe Hoffmann
- 66 SANTA CATARINA REGISTRA ESTABILIDADE NO VAREJO AMPLIADO EM NOVEMBRO DE 2025
Rafael Nicolo Serra Ferreira
- 77 SETOR DE SERVIÇOS CATARINENSE RETRAIU -0,7% EM NOVEMBRO/25
Kauê Soares Alexandre

TEMAS DE MERCADO DE TRABALHO DE SC

- 87 SETORES DE SERVIÇO E COMÉRCIO LIDERAM GERAÇÃO DE VAGAS EM SANTA CATARINA NO MÊS DE NOVEMBRO/25
João Marcelo Sovinski
Renan Angst Marcomini

NO CAMINHO DO CAOS

José Luís Fiori *

Na última semana de 2025, o sistema mundial entrou em estado de hipertensão caótica. Em apenas sete dias, e quase simultaneamente, os Estados Unidos fecharam o cerco marítimo e proibiram a circulação aérea sobre a Venezuela, sem que os dois países estivessem em guerra. A China cercou a ilha de Taiwan e realizou um exercício de guerra com fogo real, incluindo a interdição de alguns segmentos de seu espaço aéreo, em resposta às ameaças militaristas do Japão.

Ucrânia atacou a casa do presidente russo Vladimir Putin, na região de Novgorod, utilizando 91 drones e com apoio da inteligência inglesa e norte-americana. A Rússia anunciou que seu novo sistema de mísseis Oreshnik – indefensáveis e com capacidade nuclear – estava pronto para uso imediato, em resposta ao ataque da Ucrânia, a poucos minutos de distância de Berlim, Paris e Londres. Os Estados Unidos bombardearam o território da Nigéria e anunciaram novos ataques aéreos em caso de necessidade, segundo seu arbítrio.

A Arábia Saudita bombardeou o Iêmen, sem que houvesse declaração de guerra. Inglaterra e França bombardearam o território da Síria sem aviso prévio. E por fim, os Estados Unidos atacaram o território venezuelano e sequestraram seu presidente, Nicolás Maduro. O mais impactante foi sem dúvida o rapto do presidente venezuelano, seguido – como em outros ataques nas américas – de um *tweet* de Donald Trump, contendo ameaças e difundindo o medo que é uma peça essencial no exercício do poder. Assim mesmo, o ataque em si não representa uma novidade nas relações dos EUA com a América Latina, muito menos na história do “sistema interestatal” inventado pelos europeus.

Os defensores do Direito Internacional em geral falam muito pouco, ou omitem diretamente uma de suas cláusulas fundamentais, a “cláusula de exclusão de ilicitude”, que garantiu às Grandes Potências do sistema interestatal (nunca mais do que quatro ou cinco) o “direito” autoatribuído e a impunidade para de atacar e invadir o território de outros países, sem respeitar o “direito à soberania” considerado como a “pedra angular” do sistema de estados nacionais consagrada pelos europeus através da chamada Paz de Westfália, assinada em 1648.

A Inglaterra e a França usaram e abusaram deste “direito à invasão” nos últimos 200 anos, e acabaram de bombardear a o território da Síria, sem nenhum tipo de permissão internacional, por sua livre e exclusiva vontade. Os Estados Unidos ingressaram neste pequeno clube dos países “com direito à invasão de terceiros”, em meados do século XIX, quando se apropriaram dos territórios mexicanos da Califórnia e do Texas, e iniciaram sua escalada imperial, após a guerra contra a Espanha, em 1898, seguida pela conquista de Cuba, Filipinas, Repú-

*Professor emérito da UFRJ. Autor, entre outros livros, de *Uma teoria do poder global* (Vozes) [<https://amzn.to/3YBLfHb>]. Artigo publicado originalmente no Boletim do Observatório internacional do século XXI, no. 15, janeiro de 2026.

blica Dominicana, Haiti, Nicarágua, Panamá e Porto Rico – este segue até hoje sob o domínio norte-americano.

Em 1942, o geopolítico norte-americano Nicholas Spykman publicou uma obra fundamental¹ para entender a estratégia internacional dos EUA depois da Segunda Guerra Mundial. Nicholas Spykman sustenta teses e faz propostas geopolíticas que reaparecem a cada momento por trás do discurso aparentemente errático e confuso de Donald Trump e do seu Secretário de Estado, Marco Rubio.

Nicholas Spykman considerava que o Caribe e o Golfo do México faziam parte de um mesmo “mar interior” dos Estados Unidos, no qual México, Colômbia e Venezuela deveriam estar sob dependência direta dos Estados Unidos, por razões de segurança nacional, sem necessitar de nenhum tipo de justificativa doutrinária ou ideológica. Quase a mesma ideia que reaparece textualmente na nova “Estratégia de Segurança Nacional” dos Estados Unidos, divulgada pelo governo de Donald Trump no início de dezembro de 2025.

O texto da “nova estratégia” contém inconsistências e carrega a marca da pressa e da colagem de várias posições que não são convergentes entre si. Mas não há dúvida de que a parte dedicada ao Hemisfério Ocidental foi escrita e incluída de forma apressada para justificar a ocupação militar americana do Caribe, e o seu ataque futuro à Groenlândia que também fica dentro do chamado Hemisfério Ocidental. E neste ponto não há que ter dúvidas: enquanto durar o governo de Donald Trump, depois do ataque à Venezuela, o que se deve prever é um assédio constante ao México, e um ataque com a proposta de submissão de Colômbia, Nicarágua e Cuba – neste caso, com o objetivo de destruir a própria memória da Revolução Cubana.

Mas não é provável que ocorra nenhuma intervenção militar no resto da América do Sul – nem seria necessário, porque a maioria dos governos sul-americanos já está de joelhos por vontade própria, aceitando a instalação de bases militares em seus territórios que assegurem, no longo prazo, o cerco militar da massa continental, e do Brasil em particular. Os demais países sul-americanos não têm maior importância geopolítica e não representam nenhuma ameaça de fato para os Estados Unidos, a despeito da presença econômica da China.

Apesar do alvoroço em torno da questão hemisférica, amplificado pelo ataque à Venezuela, o verdadeiro interesse e o objetivo central da Nova Estratégia de Segurança dos Estados Unidos não é a América Latina, mas a conquista da Groenlândia, a destruição da União Europeia, o esvaziamento da OTAN e a proposta de um novo *modus vivendi* com a Rússia e a China. É possível que Donald Trump jamais tenha lido Nicholas Spykman, nem conheça sua tese de que o domínio mundial dos EUA dependerá de sua capacidade de construir um cerco militar em torno da “massa continental” eurásiana.

Mas não há dúvida de que este é um objetivo central da proposta de Donald Trump, de incorporar a Groenlândia ao território norte-americano, completando o cerco atômico da Rússia

¹Spykman, N. *America's Strategy in World Politics*. New York: Harcourt, Brace and Company, 1942.

e da China pelo lado do Ártico, onde estaria a nova grande fronteira geopolítica e geoeconômica do mundo. Com o avanço do degelo das regiões polares, o Ártico aparece como importante “ponto de fuga” do sistema, por onde se poderá escoar a energia criada pela intensificação da luta entre as grandes potências. E onde deverão se multiplicar os novos espaços de competição entre as grandes corporações do capitalismo global.

A proposta de deslocamento ao norte da “fronteira russa” da disputa do poder global explica em boa medida o ataque demolidor da “Nova Estratégia” de Donald Trump contra a União Europeia, contra o formato atual da OTAN e contra todos os valores cultivados pela “ética internacional” e pelo “universalismo” da cultura europeia. O novo documento fala explicitamente em devolver a Europa à sua velha condição de “mosaico” de pequenos Estados independentes e competitivos entre si, de forma a facilitar sua tutela bilateral pelos Estados Unidos.

Muitos analistas consideram que esse novo documento estratégico americano contém uma proposta implícita de construção de uma nova “ordem mundial” multipolar e multicivilizatória, sustentada por três grandes impérios ou “zonas de influência”, que seriam comandados por Estados Unidos, China e Rússia. Alguns fatos recentes, entretanto, e algumas outras realidades consolidadas parecem contradizer esta tese e reforçar uma hipótese diametralmente oposta.

Em primeiro lugar, há que ter presente que os Estados Unidos ainda são a única potência no mundo que possui e comanda uma infraestrutura militar global, com capacidade de intervenção imediata em quase todas as latitudes.

Em cima disso, o presidente Donald Trump acaba de anunciar para 2027 um aumento de 50% do orçamento militar norte-americano, no valor de 1,5 trilhão de dólares. Faz alguns meses Donald Trump já havia anunciado um programa de 830 bilhões de dólares para a criação um sistema de defesa aérea “impenetrável”, que ele chamou de *Golden Dome*, e um ambicioso projeto de modernização da Marinha dos Estados Unidos, o *Golden Fleet*, que se propõe a construir uma nova geração de navios de guerra integrando tecnologia de Inteligência artificial, *lasers* e armas hipersônicas, para garantir a supremacia marítima dos Estados Unidos. Além disso, no dia a dia da gestão de sua política externa, Donald Trump tem feito questão de demonstrar um poder universal de arbitragem e intervenção direta e instantânea em qualquer lugar do mundo, explicitando sua ingerência externa nos assuntos políticos nacionais de vários países.

Um conjunto de decisões que não apontam para um poder compartilhado; pelo contrário, explicitam uma decisão clara de centralização do poder, e de cerco e contenção da China e da Rússia. No máximo, um oligopólio tripolar com dominância em última instância dos Estados Unidos. Ou seja, ao contrário do que muitos pensam, o projeto estratégico de Donald Trump que está em pleno curso, representa uma aposta ainda mais radical na conquista unipolar de

um império militar global, capaz de impor pela força as regras do jogo e a arbitragem final dos Estados Unidos, regras e arbítrio que poderão variar a cada momento, segundo os interesses e a vontade circunstancial dos Estados Unidos.

Esse projeto, entretanto, deverá provocar uma forte reação contrária da China e da Rússia, e talvez da própria Europa, e deverá estimular a multiplicação das potências atômicas ao redor do mundo. Além disso, no médio prazo, deve incentivar o uso da força em todo e qualquer conflito ou disputa regional, uma vez que a nova regra imposta pela potência dominante, é a da imposição da vontade dos mais fortes, por cima de qualquer lei ou inibição ideológica. Um caminho seguro, quase direto, na direção do caos.

OS GREVISTAS DE MINNEAPOLIS

Ruy Braga *

A enorme agitação nacional desencadeada após o assassinato de Alex Pretti, um enfermeiro de UTI de 37 anos que trabalhava em um hospital de veteranos, e de Renée Nicole Good, uma mãe, também de 37 anos, ambos cidadãos estadunidenses, por agentes federais de imigração em Minneapolis, acabou por impor uma dolorosa derrota política ao presidente Donald Trump. Em resposta à intensa pressão pública e aos protestos que varreram a cidade e outras partes do país, o prefeito de Minneapolis, Jacob Frey, anunciou após uma conversa com a Casa Branca que parte dos agentes do Serviço de Imigração e Alfândega (ICE) começaria a deixar a cidade. Além disso, Gregory Bovino, até então responsável pela operação ampliada de imigração na região, foi removido de sua posição e transferido, aguardando aposentadoria fora de Minnesota.

Trata-se de um recuo importante justamente na única frente em que Trump ainda mantinha índices favoráveis nas pesquisas de opinião pública: a política de imigração e de segurança interna. Eleito em 2024 com a promessa de erguer dois muros “inexpugnáveis”, um virtual, sustentado por tarifas comerciais, e outro físico, na fronteira com o México — apresentados como instrumentos de proteção do povo norte-americano contra as supostas ameaças da China e dos países do Sul global —, Trump vê hoje sua estratégia se esgotar. Com a economia em marcha lenta, sua política de intimidação e violência dirigida contra imigrantes passou a produzir custos políticos crescentes, empurrando o governo para uma posição defensiva.

Apesar da brutalidade na ação dos agentes do ICE, vale lembrar que, historicamente, a perseguição, prisão e extradição forçada de imigrantes (legais e ilegais) e suas famílias não é nenhuma novidade nos Estados Unidos, remontando ao século XVIII. O *Naturalization Act* de 1790, lei que autorizava a naturalização de trabalhadores imigrantes brancos vindos da Europa para apoiar a colonização do país, foi seguido por duas leis restritivas: o *Naturalization Act* de 1795, que ampliou o tempo de residência exigido para naturalização, e os *Alien and Sedition Acts* de 1798, que autorizavam o presidente a deportar estrangeiros considerados perigosos.

Já no século XIX, o *Act to Encourage Immigration* (1864), aprovado durante a Guerra Civil, foi sucedido por leis que restringiram a imigração chinesa, introduziram critérios “morais” e reforçaram a exclusão racializada de trabalhadores; e logo nas primeiras décadas do século XX, o *Immigration Act* de 1917 e o *Emergency Quota Act* de 1921 consolidaram o controle estatal sobre a imigração asiática e instituíram cotas para a entrada no país baseadas na origem étnica.

*Professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo e diretor do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania da USP (Cenedic). É autor de **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista** (2012), **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global** (2017) e **A angústia do precariado: trabalho e solidariedade no capitalismo racial** (2023), todos publicados pela Boitempo. Artigo publicado originalmente no www.blogdaboitempo.com.br em 30.01.2026.

Em 1942, foi instituído o “Programa Bracero”, um regime de trabalho temporário voltado a trabalhadores mexicanos que, ao longo de mais de duas décadas, resultou na assinatura de cerca de 4,5 milhões de contratos. O programa articulava de forma explícita a necessidade econômica do capital estadunidense com a gestão racializada da força de trabalho e o controle político da migração. Ao inaugurar um novo regime racializado de acumulação, o programa submeteu trabalhadores, em sua maioria empregados na construção de ferrovias e nas grandes propriedades agrícolas do Texas e da Califórnia, a condições de superexploração, ao mesmo tempo que lhes negava o direito à organização sindical, à constituição de famílias, à formação de comunidades e à permanência no país. Enquanto importava força de trabalho mexicana de forma legal e seletiva, o Estado criminalizava a imigração indocumentada e reprimia duramente qualquer tentativa de organização coletiva, consolidando uma fronteira porosa para os interesses do capital e rigidamente fechada para a circulação de trabalhadores.

Décadas depois, sob o governo do democrata Bill Clinton, o *Illegal Immigration Reform and Immigrant Responsibility Act* (1996) aprofundou a criminalização da imigração, ampliando de forma significativa as deportações de trabalhadores indocumentados. Em 2001, o *Patriot Act* expandiu os poderes do Estado em matéria de vigilância, detenção e expulsão, então legitimados pelo discurso antiterrorista. Já em 2017, o primeiro governo Trump fortaleceu o ICE, instituiu ordens executivas para o chamado “banimento muçulmano” e endureceu critérios contra a imigração de trabalhadores considerados “pobres”, em especial oriundos de países africanos publicamente classificados por Trump como “países lixo”.

Ou seja, ao longo da história, tanto governos republicanos quanto democratas administraram a imigração de trabalhadores com base em critérios racializados, orientados sobretudo pelas exigências econômicas de gestão da chamada superpopulação relativa. A violência política exercida na fronteira, longe de ser um desvio, serviu de modo sistemático como um instrumento de regulação do mercado de trabalho, assegurando às empresas um fluxo “adequado” de força de trabalho barata. Dessa forma, a política migratória cumpriu simultaneamente a função de sustentar diferentes regimes de acumulação e de disciplinar o valor dos salários pagos aos trabalhadores “nacionais”.

Se o controle racializado da imigração e as políticas de deportação em massa não são novidade nos Estados Unidos, o que distingue o momento presente? Penso que uma pista importante pode ser encontrada no principal alvo escolhido pelo ICE para vigiar, deter e deportar imigrantes: Minneapolis.

Em primeiro lugar, trata-se de uma conhecida cidade “santuário”, onde trabalhadores imigrantes têm sido historicamente acolhidos e protegidos por redes institucionais e comunitárias. Além disso, Minneapolis possui uma rica tradição de ativismo trabalhista, tendo sido o epicentro de um dos mais importantes ciclos grevistas da história do país.

Como analisado de forma brilhante por Bryan D. Palmer em *Revolutionary Teamsters*:

The Minneapolis Truckers' Strikes of 1934, as greves dos caminhoneiros de 1934, organizadas por militantes trotskistas da Communist League of America, em especial os irmãos Farrell, Vincent e Carl Skoglund, conseguiram transformar um sindicato frágil, o Local 574 dos Teamsters, em uma força de massa altamente disciplinada, capaz de derrotar o patronato local e enfrentar diretamente a violência política do governo.

O legado dessa vitoriosa agitação trabalhista pode ser aferido nas políticas de bem-estar social praticadas até hoje na cidade de Minneapolis e, de forma mais ampla, em todo o Estado de Minnesota. Nada disso é excepcional quando comparado aos padrões da Europa Ocidental, mas torna-se notável quando tomamos os Estados Unidos como parâmetro. O Estado de bem-estar social de Minnesota tem garantido, ao longo de décadas, educação pública gratuita e de qualidade, políticas de assistência médica e social, proteção trabalhista e uma postura relativamente acolhedora em relação aos imigrantes.

O elevado nível de organização sindical da classe trabalhadora na região também se expressa na persistente hegemonia do populismo trabalhista rural na política estadual. Tanto o governador Tim Walz quanto o prefeito de Minneapolis, Jacob Frey, são filiados ao Partido Democrata Trabalhista Rural (*Democratic–Farmer–Labor Party*, DFL), a mais longeva e bem-sucedida experiência de “terceiro partido”, isto é, uma alternativa ao tradicional bipartidarismo nos Estados Unidos.

Herdeiro direto do *Farmer–Labor Party*(FLP), uma organização situada à esquerda da agenda do New Deal, o DFL carrega uma tradição política de defesa de uma redistribuição de riqueza mais radical e igualitária, baseada no fortalecimento das cooperativas, na propriedade pública e na regulação democrática da economia. A centralidade histórica desse “populismo progressista”, conhecido como movimento trabalhista-rural, foi decisiva para a construção, em Minnesota, de um Estado de bem-estar social robusto, ao menos quando comparado aos padrões nacionais.

Por fim, vale recordar que Tim Walz integrou a chapa de Kamala Harris na recente disputa presidencial contra Donald Trump, e que o atual mandatário jamais esqueceu o que considerou a postura complacente das autoridades locais de Minneapolis diante dos protestos que se seguiram ao assassinato de George Floyd, um episódio que teve impacto significativo em sua derrota eleitoral em 2020.

Considerados em conjunto, esses elementos ajudam a explicar por que Minneapolis se configurou como uma espécie de laboratório privilegiado para que Trump teste a nova versão, ainda mais radical, de sua gestão neoliberal e autoritária da superpopulação relativa nos Estados Unidos. É nesse terreno que se tornam visíveis alguns traços do atual regime racializado de acumulação estadunidense que o distinguem de suas configurações anteriores.

O neoliberalismo autoritário e de inclinação fascistóide praticado por Trump, como toda política neoliberal, opera por meio do desmonte sistemático das instituições protetivas do

Estado de bem-estar social. Contudo, agora, ele o faz recorrendo de maneira aberta e ostensiva a níveis elevados de violência política, orientados não apenas à punição da população latina, mas também à vingança contra a classe trabalhadora negra, historicamente associada às lutas por direitos civis, proteção social e organização coletiva.

Esse terrorismo de Estado dirigido contra trabalhadores racializados cumpre a função de desencorajar qualquer forma de mobilização trabalhista capaz de elevar os custos sociais da reprodução da força de trabalho nos Estados Unidos. Em termos marxistas, trata-se de manter a força de trabalho racializada reproduzindo-se abaixo de seu valor, de modo a conter o apetite salarial e disciplinar politicamente também os trabalhadores brancos.

Todo regime racializado de acumulação se reproduz por meio da regulação, mais ou menos autoritária, da fronteira entre o trabalho economicamente explorado e aquele politicamente expropriado. O que distingue o momento atual é precisamente o recurso explícito ao terrorismo de Estado exercido por uma milícia política a serviço de Donald Trump, em substituição aos mecanismos institucionais tradicionais (como a produção legislativa ou a emissão de ordens executivas) na gestão da superpopulação excedente de trabalhadores nos Estados Unidos.

Os assassinatos de Renée Nicole Macklin Good e Alex Pretti detonaram uma inesperada greve geral na cidade, além de uma onda nacional de agitações em dezenas de cidades em apoio aos cidadãos de Minneapolis, pressionando e forçando um recuo parcial do governo federal na condução das operações do ICE no Estado. O impacto político dessa onda de protestos na popularidade de Donald Trump já começou a ser avaliado por analistas, com indicadores sugerindo que a crescente insatisfação, inclusive entre eleitores independentes e setores tradicionalmente republicanos, pode ter desdobramentos significativos nas eleições de meio de mandato deste ano. Pesquisas recentes mostram que o apoio às políticas de imigração do governo está em declínio e que mesmo parte do eleitorado do Partido Republicano expressa preocupações com a abordagem federal em Minnesota.

Assim como em 2020, quando as mobilizações iniciadas em Minneapolis e posteriormente irradiadas para outras cidades foram decisivas para moldar o cenário eleitoral nacional, é provável que os protestos desencadeados pelas mortes de Good e Pretti imponham um novo revés político ao autoritarismo fascistóide do movimento MAGA. Caso isso se confirme, tratar-se-á de mais uma evidência de que somente a organização coletiva da classe trabalhadora por meio de sindicatos e de partidos políticos progressistas e revolucionários é capaz de conter o avanço do autoritarismo neoliberal e de suas derivações fascistas. A exemplo do que ocorreu há mais de noventa anos, os grevistas de Minneapolis voltam a indicar o caminho para os trabalhadores na América.

DE MONROE A DONROE, GROENLÂNDIA E CARNEY

Michael Roberts

Hoje, o presidente dos EUA, Trump, discursa para os líderes políticos e econômicos do capitalismo mundial reunidos no Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça. O principal tema em pauta é, surpreendentemente, a ilha ártica da Groenlândia.

Groenlândia? – Como surgiu esse nome para uma área que é quase toda coberta de gelo? Aparentemente, foi uma estratégia de marketing dos exploradores vikings que chegaram há mais de mil anos. Chamá-la de "verde" foi uma tentativa de atrair migrantes para a região. Ironicamente, a Groenlândia está se tornando mais verde devido às mudanças climáticas. Pesquisas recentes, publicadas em 2025, mostram que a camada de gelo da Groenlândia está derretendo rapidamente, permitindo que a vegetação se espalhe por áreas antes dominadas por neve e gelo. Nas últimas três décadas, estima-se que 11.000 milhas quadradas da camada de gelo e das geleiras da Groenlândia tenham derretido. Essa perda de gelo é um pouco maior que o estado de Massachusetts e representa cerca de 1,6% da cobertura total de gelo e geleiras da Groenlândia.

A Groenlândia faz parte geograficamente do continente norte-americano, mas pertence (ainda que autonomamente) à Dinamarca. Os dinamarqueses gostam de dizer "Reino da Dinamarca", assim como os britânicos falam do "Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte". A herança colonial monárquica permanece. E sabemos o que o colonialismo pode significar para as populações indígenas da América do Norte.

A ilha havia sido possessão norueguesa no século XVIII, mas a Noruega fazia parte do império dinamarquês e só conquistou a independência em 1905. A Dinamarca manteve a Groenlândia. Durante a Segunda Guerra Mundial, quando a Alemanha nazista invadiu a Dinamarca, os groenlandeses voltaram-se mais para os Estados Unidos. Mas a Groenlândia nunca foi um território americano. Após a guerra, a Dinamarca retomou o controle da Groenlândia e, em 1953, converteu seu status oficial de colônia para "condado ultramarino" da Dinamarca. O povo da Groenlândia não foi consultado sobre essa tomada de poder. A Constituição da Groenlândia, inclusive, chama o período de 1953 a 1979 de fase de "colonização oculta". A Groenlândia finalmente conquistou a autonomia em 1979 e, em 1985, os groenlandeses decidiram deixar a CEE (Comunidade Econômica Europeia), da qual faziam parte desde 1973, quando ainda integravam a Dinamarca.

A Guerra Fria desencadeou as exigências dos EUA para que assumissem o controle da Groenlândia como base para manter a União Soviética fora do Ártico. Os EUA ofereceram-se para comprar a Groenlândia por 100 milhões de dólares. A Dinamarca não concordou em vender, mas concordou com um tratado que permitia aos EUA manter uma base militar permanente na ilha, forçando algumas famílias inuítes a deixarem suas casas para a construção da base. Mais tarde, descobriu-se que a Dinamarca também havia concordado em permitir a presença

de armas nucleares americanas no país, algumas das quais foram contaminadas com detritos radioativos em 1968 – uma bomba ainda está desaparecida! Que bela demonstração da política oficial "livre de armas nucleares" da Dinamarca.

Houve outras consequências do domínio colonial dinamarquês. Nas décadas de 1960 e 1970, médicos dinamarqueses implantaram DIUs contraceptivos em milhares de mulheres e meninas da Groenlândia sem o seu consentimento ou conhecimento, como parte de uma campanha para limitar a taxa de natalidade na Groenlândia. Cerca de metade das mulheres férteis da Groenlândia foram forçadas a usar contraceptivos e 22 crianças foram retiradas de suas famílias na Groenlândia e transportadas para a Dinamarca, onde deveriam ser educadas para se tornarem a próxima geração de governantes capazes da colônia! O racismo contra os groenlandeses por parte dos dinamarqueses foi generalizado. A expressão coloquial para embriaguez grave na Dinamarca é "*estar tão bêbado quanto alguém da Groenlândia*", um termo tão comum que consta no dicionário oficial dinamarquês!

Esta é a tragédia do povo da Groenlândia: quando finalmente conquistam a força necessária para afirmar sua dignidade e exigir reconhecimento de seu antigo senhor, deparam-se com um novo senhor, muito mais forte e implacável. Trump quer a propriedade, isso é "psicologicamente necessário", diz ele. Não se trata de segurança ou minerais, mas da ambição que os franceses chamavam de "*la gloire*" (a glória). Ele anseia se tornar um presidente histórico, expandir o território dos EUA.

Trump faz referência à Doutrina Monroe, uma máxima que moldou a política externa americana por dois séculos. Ele agora se refere ao que chama de "Doutrina Donroe". A Doutrina Monroe foi formulada pelo presidente americano James Monroe em 1823. Na época, quase todas as colônias espanholas nas Américas haviam conquistado a independência ou estavam próximas disso. Monroe afirmou que o Novo Mundo e o Velho Mundo deveriam permanecer esferas de influência distintas e separadas e, portanto, quaisquer esforços adicionais das potências europeias para controlar ou influenciar estados soberanos na região seriam vistos como uma ameaça à segurança dos EUA. Em contrapartida, os EUA reconheceriam e não interfeririam nas colônias europeias existentes, nem se intrometeriam nos assuntos internos dos países europeus.

A Doutrina Monroe, originalmente destinada a opor-se à interferência europeia no Hemisfério Ocidental, foi invocada repetidamente por presidentes americanos subsequentes para justificar a intervenção dos EUA na região. O primeiro desafio direto surgiu após a França instalar o Imperador Maximiliano no México na década de 1860. Após o fim da Guerra Civil, a França cedeu à pressão americana e retirou-se. Em 1904, o presidente Theodore Roosevelt argumentou que os EUA deveriam ter permissão para intervir em qualquer país latino-americano "instável". Isso ficou conhecido como o Corolário Roosevelt, uma justificativa apresentada em diversos contextos, incluindo o apoio à secessão do Panamá da Colômbia, que ajudou a garantir

a Zona do Canal do Panamá para os EUA. Durante a Guerra Fria, a Doutrina Monroe foi proclamada como uma "defesa contra o comunismo", como na exigência americana, em 1962, de que os mísseis soviéticos fossem retirados de Cuba, bem como na oposição do governo Reagan ao governo sandinista de esquerda na Nicarágua.

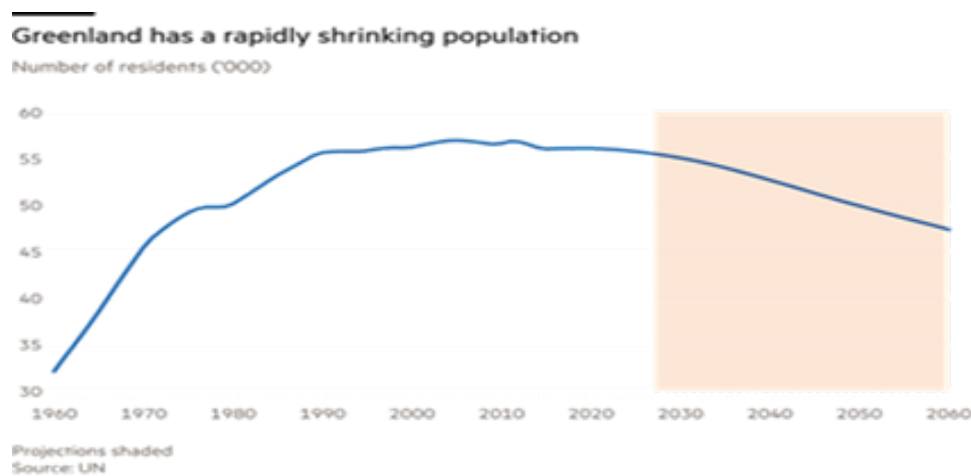
A doutrina Donroe não é apenas um capricho de Trump. Ela está incorporada na mais recente Estratégia de Segurança Nacional do governo americano. Como disse Trump: *"Sob nossa nova estratégia de segurança nacional, a supremacia americana no Hemisfério Ocidental jamais será questionada novamente."* Trump prosseguiu: *"Por décadas, outros governos negligenciaram ou até mesmo contribuíram para essas crescentes ameaças à segurança no Hemisfério Ocidental. Sob o governo Trump, estamos reafirmando o poder americano de uma maneira muito poderosa em nossa região."*

Vale a pena investir na Groenlândia do ponto de vista econômico? Sua economia e população de 56.000 habitantes são pequenas, fortemente dependentes da pesca, e sobrevivem em grande parte graças a uma subvenção anual da Dinamarca de cerca de 3,9 bilhões de coroas dinamarquesas (520 milhões de euros), o equivalente a aproximadamente 9.000 euros por residente por ano. Segundo o Banco Mundial, o PIB da Groenlândia é de apenas US\$ 3,5 a 4 bilhões (3,2 a 3,7 bilhões de euros), com cerca de 90% de suas exportações provenientes de produtos relacionados à pesca.

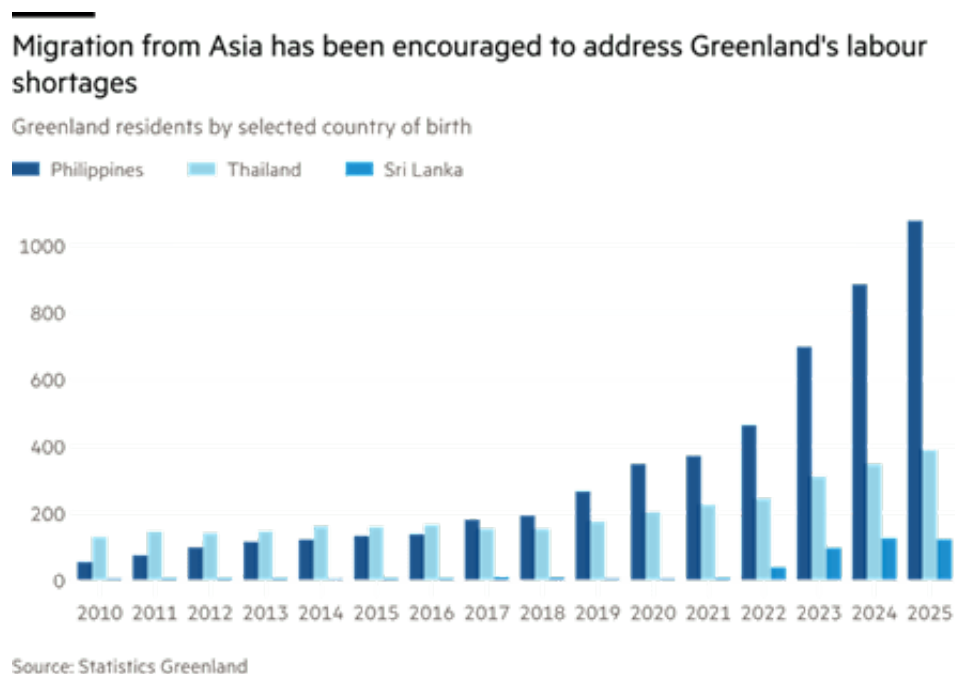
Até o momento, a Groenlândia não produz terras raras, mas o Serviço Geológico dos Estados Unidos estima que o país possua cerca de 1,5 milhão de toneladas de reservas de terras raras tecnologicamente vitais e exploráveis, em comparação com os recursos potenciais de terras raras no subsolo, estimados em 36,1 milhões de toneladas. Esses materiais são utilizados em produtos que vão desde motores de veículos elétricos até aviões de caça. No total, 55 depósitos de matérias-primas críticas foram identificados na Groenlândia, mas apenas um está sendo explorado atualmente. O valor geológico bruto dos recursos minerais conhecidos da Groenlândia poderia, em teoria, ultrapassar US\$ 4 trilhões (€ 3,66 trilhões), de acordo com estimativas de um estudo publicado pelo American Action Forum (AAF). No entanto, apenas uma fração desse valor — cerca de US\$ 186 bilhões — é considerada realisticamente extraível nas atuais condições de mercado, regulamentação e tecnologia. A atividade de mineração é muito pequena. Alguns bilionários americanos criaram empresas para extrair níquel; o atual Secretário de Comércio dos EUA, Howard Lutnick, foi CEO de uma mineradora na Groenlândia.

A Groenlândia é um país seriamente subdesenvolvido e com baixa densidade populacional. Possui menos de 160 quilômetros de estradas pavimentadas, sofre com as condições climáticas extremas do Ártico e tem uma força de trabalho muito pequena. O desenvolvimento da Groenlândia custaria centenas de bilhões. A maioria dos groenlandeses trabalha para o governo local (mais de 43% dos 25.000 habitantes empregados). O desemprego permanece alto, com o restante da economia dependente da demanda por exportações de camarão e peixe, seto-

res que recebem subsídios consideráveis do governo. De fato, os groenlandeses têm deixado a ilha e a população está diminuindo.



Aqueles que partiram foram em parte substituídos por trabalhadores migrantes asiáticos pobres, que ou estão fazendo trabalhos que os groenlandeses não querem fazer ou abriram pequenas lojas e negócios.



Quanto Trump teria que pagar para comprar a Groenlândia da Dinamarca em um "negócio imobiliário", como ele mesmo o chama, caso o acordo fosse fechado com a Dinamarca? O Financial Times sugeriu uma avaliação de US\$ 1,1 trilhão, considerando os recursos da ilha,

mas o New York Times apresentou uma estimativa bem menor, entre US\$ 12,5 bilhões e US\$ 77 bilhões.

Mas, é claro, ninguém consultou os habitantes da Groenlândia. Uma pesquisa do Verian Group, de janeiro de 2025, revelou que 85% dos groenlandeses se opõem à saída da Dinamarca para se juntar aos Estados Unidos, enquanto apenas 6% apoiam a ideia. Mas quem sabe se isso mudaria com os incentivos certos. O governo Trump está considerando pagamentos diretos — entre US\$ 10.000 e US\$ 100.000 por residente da Groenlândia — como forma de influenciar a opinião pública na Groenlândia em direção a um realinhamento com os EUA.

Será que Trump conseguirá o que quer? *"A Groenlândia é imprescindível para a segurança nacional e mundial. Não há como voltar atrás"*, disse Trump. Em Davos, o secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, zombou das tentativas dos líderes europeus de resistir à ameaça americana de impor um aumento de 10% nas tarifas de importação dos EUA, a menos que a Groenlândia seja devolvida. *"Imagino que eles formarão primeiro o temido grupo de trabalho europeu, que parece ser sua arma mais poderosa"* (risos). Bessent afirmou que a Europa é muito fraca para se proteger da influência russa e chinesa no Ártico e que é por isso que Donald Trump está pressionando para assumir o controle da Groenlândia.

É bem provável que Trump consiga anexar a Groenlândia e, assim, se torne o primeiro presidente dos EUA a expandir o império americano no hemisfério ocidental. A ação militar está descartada, mas a guerra econômica está na agenda, a menos que os europeus capitulem — e a Europa depende fortemente das importações de gás natural liquefeito dos EUA para sua energia e do poderio militar americano para continuar a guerra contra a invasão russa da Ucrânia. Portanto, algum tipo de "acordo imobiliário" é provável.

E então Trump seguirá em frente: na América Latina, seu objetivo é finalmente tomar Cuba; na América do Norte, o Canadá ainda é um alvo de anexação. Este último objetivo levou a uma mudança drástica de estratégia por parte do primeiro-ministro canadense, Mark Carney. Carney é o representante máximo da classe capitalista das finanças internacionais, um ex-executivo do Goldman Sachs, ex-presidente do Banco Central do Canadá e do Banco da Inglaterra. Ele retornou ao Canadá e assumiu habilmente o controle do Partido Liberal, que venceu a última eleição com um programa nacionalista de "independência" canadense das exigências de tomada de poder de Trump.

Agora em Davos, Carney fez um discurso surpreendente: *"Falarei hoje sobre a ruptura na ordem mundial, o fim da agradável ficção e o alvorecer de uma realidade brutal em que a geopolítica das grandes potências não tem limites... Todos os dias somos lembrados de que vivemos numa era de rivalidade entre grandes potências. Que a ordem baseada em regras está desaparecendo. Que os fortes fazem o que podem e os fracos sofrem o que devem."*

Com uma honestidade surpreendente (a posteriori, claro), Carney expôs a realidade da ordem internacional baseada em regras, da globalização e do Consenso de Washington. *"Du-*

rante décadas, países como o Canadá prosperaram sob o que chamávamos de ordem internacional baseada em regras. Aderimos às suas instituições, elogiamos seus princípios e nos beneficiamos de sua previsibilidade. Podíamos seguir políticas externas baseadas em valores sob sua proteção. Sabíamos que a história da ordem internacional baseada em regras era parcialmente falsa. Que os mais fortes se isentariam quando lhes conviesse. Que as regras comerciais eram aplicadas de forma assimétrica. E que o direito internacional se aplicava com rigor variável dependendo da identidade do acusado ou da vítima. MAS: "Essa ficção era útil, e a hegemonia americana, em particular, ajudou a fornecer bens públicos: rotas marítimas abertas, um sistema financeiro estável, segurança coletiva e apoio a estruturas para a resolução de disputas."

Mas isso acabou. "Mais recentemente, as grandes potências começaram a usar a integração econômica como arma. Tarifas como forma de pressão. Infraestrutura financeira como coerção. Cadeias de suprimentos como vulnerabilidades a serem exploradas. Não se pode 'viver na mentira' do benefício mútuo por meio da integração quando esta se torna a fonte da sua subordinação. As instituições multilaterais nas quais as potências médias se apoiavam — a OMC, a ONU, a COP — a arquitetura da resolução coletiva de problemas — estão muito enfraquecidas."

O que fazer? "Quando as regras deixam de te proteger, você precisa se proteger. Mas sejamos realistas quanto às consequências disso. Um mundo de fortalezas será mais pobre, mais frágil e menos sustentável." Carney afirma estar liderando o caminho para as principais economias capitalistas nesta nova era. "O Canadá foi um dos primeiros a ouvir o alerta, o que nos levou a mudar fundamentalmente nossa postura estratégica. Os canadenses sabem que nossa antiga e confortável suposição de que nossa geografia e participação em alianças automaticamente nos garantiam prosperidade e segurança não é mais válida."

Outros líderes em Davos deveriam reconhecer o que está acontecendo. "Significa nomear a realidade. Parem de invocar a 'ordem internacional baseada em regras' como se ela ainda funcionasse como anunciado. Chamem o sistema pelo que ele é: um período em que os mais poderosos perseguem seus interesses usando a integração econômica como arma de coerção." A realidade global é que "a velha ordem não vai voltar. Não devemos lamentá-la. Nostalgia não é estratégia. Mas, a partir da ruptura, podemos construir algo melhor, mais forte e mais justo. Essa é a tarefa das potências médias, que têm mais a perder com um mundo de fortalezas e mais a ganhar com um mundo de cooperação genuína. Os poderosos têm seu poder. Mas nós também temos algo — a capacidade de parar de fingir, de nomear a realidade, de fortalecer nossas comunidades e de agir em conjunto."

Assim, Carney se apresenta como realista enquanto os líderes europeus lutam para lidar com o caso Donroe e o fim do Consenso de Washington, que supostamente confirmava uma "aliança ocidental" contra as forças da "autocracia" (Rússia, China, Irã). Carney agora quer

que as "potências médias" se organizem separadamente – um BRICS do Norte? O Canadá acaba de assinar um acordo comercial com a China e se prepara para defender sua independência da potência hegemônica em sua fronteira, assim que Trump anexar a Groenlândia.

O suposto mundo capitalista harmonioso da cooperação global, liderado por um estado hegemônico em aliança com outras "democracias" capitalistas que ditavam as regras para os demais, acabou. Agora, cada nação luta por si, buscando novas alianças em um mundo multipolar. Nada mais é certo ou previsível. Não é de se admirar que o ouro, outrora um ativo de refúgio seguro, esteja em um patamar recorde.

SE QUERES A PAZ, PREPARA-TE PARA A GUERRA

*José Maurício Bustani**
*Paulo Nogueira Batista Jr.***

A ninguém escapa que vivemos atualmente uma fase de imensos riscos no mundo inteiro. Desde a Segunda Guerra Mundial, não se via um quadro geopolítico e militar tão problemático e perigoso.

A fonte principal de instabilidade, ameaças e agressões é conhecida. Seria um equívoco, entretanto, atribuir a Donald Trump a responsabilidade exclusiva pelo que vem ocorrendo. Antes pudéssemos fazê-lo. Trump é passageiro. Mas o problema é de natureza estrutural e será, portanto, mais duradouro.

A tradição imperial dos Estados Unidos

Duas observações. Primeira: o Império Americano sempre foi intervencionista e violento. O seu desprezo pela ordem internacional não é de hoje e vem se manifestando sob diversas formas, até na direção de organizações internacionais, ao orquestrar o afastamento do primeiro Diretor-Geral da Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ). E as invasões do Iraque, da Líbia e da Síria, entre outras, ocorreram sempre com base em alegações forjadas, impostas ao resto do mundo como verdades.

Não nos esqueçamos de que abusos e violências ocorreram também durante governos democratas. O Império não dá trégua. Já Eisenhower denunciava o temível poder do “complexo militar-industrial”. Mais recentemente, tornou-se de uso corrente a expressão “*deep state*” (“estado profundo”), constituído pelo Departamento de Estado, o Pentágono, o FBI, a CIA, a imprensa corporativa e poderosos grupos financeiros. O “*deep state*” atua sob qualquer presidência e, de fato, manobrou o leme de Clinton, Obama e Biden, tanto como o dos presidentes republicanos. E nem mesmo as ideias originalmente propostas no MAGA de Trump parecem lograr sobreviver ao império de tão possante motor.

Antes de Trump, porém, a ação imperial era protegida por camadas de retórica e hipocrisia – a hipocrisia que, como escreveu La Rochefoucauld, é “a homenagem do vício à virtude”. Trump é contra a hipocrisia, sempre foi. Quando atacou a Venezuela, por exemplo, disse com franqueza que o seu objetivo era “administrar” o país e passar a controlar o petróleo venezuelano. Em governos anteriores, operações semelhantes eram justificadas por preocupações com direitos humanos e democracia. Com Trump, o poder imperial deixou cair todas as máscaras.

*Diplomata, foi o primeiro Diretor-Geral da OPAQ e embaixador em Londres e Paris.

**Economista. Foi vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, estabelecido pelos BRICS. Autor, entre outros livros, de Estilhaços (Contracorrente). [<https://amzn.to/3ZulvOz>]

Uma superpotência em declínio é mais perigosa

Segunda observação: o fenômeno Trump deve ser visto como a reação de uma superpotência em declínio, que já não consegue manter a sua hegemonia global com base na competição econômica, de forma ordeira, obedecendo as regras do jogo. O governo Trump está desmontando por completo a arquitetura internacional que os próprios Estados Unidos construíram depois da Segunda Guerra Mundial. Não vai sobrar nada.

O recente ataque à Venezuela representa radical violação do Direito Internacional por parte de Washington. Já não podemos nos enganar: dispendo do maior poderio militar do planeta, o titubeante hegemom está disposto a utilizá-lo para impor cruamente sua vontade. Recusa-se a acomodar seus interesses ao quadro jurídico consagrado, num mundo crescentemente multipolar.

Foi-se para não voltar o Olimpo no qual viveu sozinho após o desmonte do Pacto de Varsóvia e o desmanche da União Soviética, cenário internacional em que uma China, hoje altamente capacitada econômica e militarmente, mantinha ainda presença discreta. Mas os Estados Unidos resistem ferozmente a adaptar-se a essa nova realidade mundial. Agora nervoso, o hegemom rasga seus disfarces e perde os modos ao despertar para um mundo no qual China, Rússia e Sul Global se fazem ouvir. Com essa franqueza brutal, perde credibilidade e multiplica as resistências e reações contrária em diversos países.

Desafios para o Brasil

Como fica o Brasil nesse admirável mundo novo? O sequestro de Maduro e os planos de dominação da Venezuela levantam, entre outras, uma questão fundamental para nosso entorno geográfico: a ausência de meios de defesa nos países sul-americanos, no Brasil em particular, que permitam exercer algum poder dissuasório diante da chamada “Doutrina Donroe”. Trazem à tona até mesmo a questão de nossa participação no Tratado de Não-proliferação Nuclear, ao qual aderimos em 1998 sem que se tivesse procedido a um verdadeiro e profundo debate público.

É imprescindível que retomemos, embora com trágico atraso, o fortalecimento de nossas Forças Armadas e o estabelecimento de uma verdadeira Base Industrial de Defesa, com a participação do empresariado nacional e a formação de quadros especializados. Pensemos no modelo francês da DGA (“*Direction générale de l’armement*”).

Tampouco devemos perder de vista o controle geográfico de recursos minerais e terras raras, assim como o das rotas e dos fluxos comerciais, questão na qual o Atlântico Sul assume importância cada vez mais crítica. A chamada Zona de Paz do Atlântico Sul deve deixar a retórica para tornar-se o foro de um diálogo mais estratégico entre seus membros, em coordenação com o grupo dos BRICS. Não se pode dizer hoje, em sã consciência, que o Canal do Panamá

seja a via bicontinental mais confiável.

Por último, e com não menor urgência, impõe-se abrir debate interno, por um lado sobre a situação jurídica de nossa Base de Alcântara, mantida curiosamente distante do noticiário e, por outro, sobre a adoção de política que vise preservar Fernando de Noronha (nossa Groenlândia?), objeto de recentes e perturbadoras referências. Tampouco devemos perder de vista as novas atividades militares estado-unidenses no Paraguai, bem como o incômodo que pode, de uma hora para outra, causar a Washington a presença da nossa população árabe/palestina na Tríplice Fronteira.

Afirma-se, às vezes, que o Brasil fez uma aposta existencial na paz. No mundo em que vivemos, essa aposta na paz pode ser suicida. Continua valendo o antigo lema romano: *Se vis pacem, para bellum* (se queres a paz, prepara-te para a guerra).

O Brasil perdeu de vista esse princípio básico. E ficamos despreparados para fazer face aos imensos desafios que nos aguardam. Nosso país é gigantesco, com amplos e variados recursos naturais. Se for percebido como um gigante de pés de barro, incapaz de defender-se, será fatalmente objeto de intervenções estrangeiras.

Essas intervenções só não ocorrerão se os interesses estrangeiros puderem se impor via prepostos locais. Já tivemos uma experiência traumática com Bolsonaro. Vários candidatos da mesma índole se apresentam para disputar a eleição presidencial de 2026 contra o presidente Lula. Se um deles vencer, Trump terá um presidente-vassalo no Brasil. Sem disparar um tiro, os Estados Unidos farão o que quiserem aqui, assim como fazem na Argentina de Milei.

O ataque à Venezuela e a tentativa de submetê-la a um processo de recolonização devem ser um estridente *wake up call* para o Brasil e outros países, pois levanta a questão essencial da ausência de poder dissuasório. Poder de dissuasão significa dispor de meios de indicar, de modo crível, que qualquer ataque ao território nacional implicará perdas expressivas para o país agressor.

A construção desse poder de dissuasão mostra-se urgente. Já deveria ter começado há muito tempo. Importante, entre outras iniciativas, estabelecer ou aprofundar a cooperação militar com países como China, Rússia, Índia e França. E repensar as escolas militares, revertendo o trabalho de colonização mental e subordinação às doutrinas dos Estados Unidos. O Brasil e suas forças armadas estão também intelectualmente desarmados.

Hoje, o Brasil é o único dos grandes países do planeta que não dispõe de armamento nuclear. E as nossas armas convencionais são insuficientes para defender o território nacional e nossas costas marítimas. Além disso, são fornecidas, em grande parte, pelos Estados Unidos – mais um ponto de vulnerabilidade militar.

A situação atual requer ação. Urgente. Bem planejada. Destemida. Temos de nos opor a um novo diálogo de Melos.

O ACORDO ENTRE O MERCOSUL E A UNIÃO EUROPEIA

*Rodrigo Medeiros**

O celebrado acordo entre o Mercosul e a União Europeia, após décadas de negociações, tem sido apresentado por seus defensores como uma grande conquista diplomática e comercial. Contudo, a análise mais atenta de seus termos revela um cenário bem menos auspicioso. Trata-se de um novo acordo que tende a aprofundar as nossas desigualdades econômicas, agravar problemas ambientais e reforçar a lógica de dependência estrutural que pouco contribui para um projeto soberano de desenvolvimento.

O acordo vem sendo criticado por diversos especialistas brasileiros como a continuidade das políticas de liberalização comercial que, nas últimas décadas, contribuíram de forma decisiva para a desindustrialização do país. Em vez de promover um salto tecnológico ou fortalecer cadeias produtivas de maior valor agregado, o Brasil opta por aprofundar sua inserção internacional como um fornecedor de commodities agrícolas e minerais, em condições desfavoráveis. Cui bono?

Para além da promessa genérica da geração de novos empregos, em sua maioria de baixos salários e de reduzido conteúdo tecnológico, o que se projeta é um agravamento da dependência econômica baseada na exportação de matérias-primas de baixo valor agregado. Em síntese, a economia brasileira se tornará ainda mais exposta à concorrência externa, sem garantias concretas de ganhos sistêmicos de produtividade, inovação ou adensamento industrial.

Do ponto de vista ambiental, os riscos são igualmente expressivos. Ao ampliar o acesso ao mercado europeu para carnes, soja e outros produtos agrícolas de elevado impacto ambiental, o acordo tende a estimular a expansão da fronteira agrícola sobre biomas sensíveis, como a Amazônia e o Cerrado. Paralelamente, pequenos agricultores tanto no Mercosul quanto na União Europeia enfrentarão pressões competitivas mais intensas, aprofundando processos de concentração econômica.

Para o Mercosul, a segurança alimentar e nutricional tende a ocupar um lugar secundário. A priorização das exportações de commodities agravará as vulnerabilidades alimentares de populações que já convivem com altos níveis de insegurança nutricional, além de pressionar os preços internos dos alimentos, afetando diretamente o custo de vida da população e o mal-estar social.

Paulo Nogueira Batista Jr. e Manoel Casado, em artigo publicado no site Jornal GGN em 18 de dezembro de 2025, levantaram uma questão central para o debate: “O Brasil, severamente desindustrializado, regredindo em marcha forçada à condição de país primário-exportador, volta a adotar o evangelho do livre comércio – justo na hora em que economias

*Professor do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) e editor da Revista Interdisciplinar de Pesquisas Aplicadas (Rinterpap). Artigo publicado originalmente no Site Jornal GGN em 23.01.2026.

centrais e países emergentes relevantes reduzem o grau de exposição externa de suas economias, adotam medidas de proteção contra a concorrência estrangeira e elevam seu nível de autonomia produtiva e tecnológica”. Cui bono?

Segundo os autores, o acordo ironicamente apelidado de “carros por vacas” mantém limitações severas justamente sobre produtos estratégicos da pauta brasileira, como carne bovina, frango e etanol, todos submetidos a cotas restritivas. Produtos básicos como soja, café verde e minério de ferro já gozavam de tarifa zero antes mesmo da assinatura do acordo. Além disso, a União Europeia reserva para si o direito de instaurar investigações que podem suspender as condições preferenciais de acesso ao seu mercado, obrigando inclusive os países do Mercosul a adotarem padrões europeus de produção.

Caso as importações de um produto agrícola considerado sensível aumentarem em 5%, na média de três anos, a União Europeia poderá abrir investigação para avaliar a possível suspensão dos benefícios. Penalidades serão aplicadas de forma muito rápida, em até três meses, algo que dará muito pouco tempo aos países do Mercosul para se explicarem e se defenderem. Estamos de fato diante de um quadro de grandes assimetrias.

Ainda assim, o Parlamento Europeu aprovou, no dia 21 de janeiro de 2026, uma decisão para exigir que, antes de um voto de ratificação, o acordo seja levado para a Corte de Justiça da Europa. De acordo com Jamil Chade, em sua coluna no ICL Notícias do mesmo dia, “nas horas que antecederam ao voto, mais de mil tratores cercaram o Parlamento”. Portanto, a assinatura do acordo desigual não representa a sua entrada imediata em vigor.

Em seu conhecido clássico ‘As veias abertas da América Latina’ (1971), Eduardo Galeano afirmou que “a estrutura econômica das colônias ibéricas nasceu subordinada ao mercado externo e, em consequência, centralizada em torno do setor exportador, que concentrava renda e poder”. Esses mercados coloniais cresceram como apêndices da Europa. Segundo Galeano, “tampouco em nosso tempo a existência de centros ricos do capitalismo pode explicar-se sem a existência das periferias pobres e submetidas: uns e outras integram o mesmo sistema”. Aprendemos algo com os clássicos intérpretes da nossa história?

Em sua obra clássica ‘Formação econômica do Brasil’ (1959), Celso Furtado analisou o Tratado de Methuen (1703), “acordo de panos e vinhos”, como o momento que moldou o subdesenvolvimento português e a dependência brasileira. O ouro extraído das minas brasileiras não ficava em Portugal. Ele era utilizado para cobrir o déficit comercial com a Inglaterra. Methuen foi o acordo que consolidou a periferia de Portugal no sistema econômico mundial, retirando-lhe a chance de se industrializar e drenando a riqueza do ouro brasileiro para o centro dinâmico de então.

O ACORDO MERCOSUL-EU NO CONTEXTO DE RETOMADA DAS NEGOCIAÇÕES EXTRA-REGIONAIS

*Augusto Castro**

A assinatura do Acordo de Parceria Mercosul-União Europeia¹ ocorre em momento de retomada do dinamismo da política comercial extra-regional do Mercosul, após mais de dez anos sem a conclusão de novos acordos comerciais. O Mercosul firmou acordos com Singapura, em 2023, e com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), em setembro de 2025, e mantém negociações avançadas com os Emirados Árabes Unidos.

As negociações com o Canadá, que estavam pausadas desde 2021, foram relançadas em outubro último. Com a Índia, foram iniciadas negociações para ampliação do escopo do acordo de preferências tarifárias em vigor desde 2009. Houve ainda, recentemente, a renovação do mandato para negociar acordos semelhantes com Indonésia e Vietnã. Além disso, há diálogos exploratórios com países como Japão, com expectativa de serem traduzidos em negociações comerciais no futuro próximo.

No grande tabuleiro do comércio internacional, como na vida, é importante ter opções. Em geral, cada novo acordo fechado faz com que novos parceiros comerciais busquem iniciar diálogos com vistas a, pelo menos, igualar as condições de acesso ao mercado outorgadas a países com os quais já há acordo concluído.

O enfraquecimento dos pilares do multilateralismo comercial, na atual conjuntura geopolítica, também contribui para maior ativismo na busca de novas parcerias comerciais, bilaterais ou regionais. “Diversificação” e “busca de resiliência das cadeias de valor” são as expressões da moda no campo do comércio internacional. É nesse contexto, precisamente, que ocorre a assinatura do Acordo de Parceria entre o Mercosul e a União Europeia, após mais de 25 anos desde o lançamento das negociações.

Aspectos relevantes do acordo EU-Mercosul

Gostaria de destacar, neste artigo, seis aspectos substantivos do Acordo, que considero especialmente relevantes, por assentarem base sólida para o aprofundamento da cooperação entre as duas regiões.

Em primeiro lugar, não se trata apenas de um acordo de livre comércio, mas de projeto de parceria mais amplo, e com consequências mais abrangentes para as duas regiões. Em momento de crise democrática, o Acordo é firmemente assentado em valores comuns caros aos dois lados. Ao lastrear o acordo na proteção da democracia, do Estado de Direito e dos direitos humanos, bem como no fortalecimento do multilateralismo, o Mercosul e a União Europeia

* Artigo publicado pelo autor originalmente no CEBRI Policy Papers n.16 (Out-Dez-25) publicado em 13.01.2026.

¹O presente artigo reflete opiniões estritamente pessoais e não representa necessariamente a visão do Ministério das Relações Exteriores ou do governo brasileiro.

emitem declaração clara e inequívoca sobre as bases que desejam estabelecer para a ampliação do intercâmbio econômico entre as duas regiões.

Não se trata de detalhe cosmético, na atual conjuntura internacional. Todo acordo comercial tem como objetivo criar valor e gerar prosperidade, e o lastro em valores democráticos e republicanos seguramente criam condições melhores para que esse valor e essa prosperidade possam beneficiar conjuntos mais amplos da população.

O segundo aspecto é o alinhamento do Acordo com os pilares do desenvolvimento sustentável. A adesão, participação ativa e cooperação no âmbito de regimes internacionais da área ambiental, como a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC) e seu Acordo de Paris, bem como em regimes internacionais de proteção aos trabalhadores e dos direitos humanos, são elementos constitutivos do Acordo. Em outras palavras, as concessões comerciais estão vinculadas ao engajamento nesses regimes, o que cria incentivo adicional para o fortalecimento do multilateralismo em todas essas áreas.

Outro ponto extremamente relevante do novo anexo ao capítulo de comércio e desenvolvimento sustentável, inserido no acordo na última fase de negociações, em 2023-2024, é o esforço para evitar que medidas ambientais configurem barreiras desnecessárias ao comércio. É nesse espírito, por exemplo, que foi introduzido compromisso para uso de dados e informações dos países do Mercosul para fins de avaliação de conformidade com políticas e medidas adotadas pela UE na área ambiental.

O terceiro elemento é a preservação do espaço para políticas públicas, sobretudo aquelas especificamente voltadas para a promoção do desenvolvimento. Na área de compras governamentais, foram excluídas do Acordo, no caso do Brasil, as compras no âmbito do SUS. Manteve-se, ademais, a flexibilidade para adoção de ferramentas de política industrial, como “offsets”, encomendas tecnológicas, margens de preferência e medidas voltadas para pequenas e médias empresas.

No setor automotivo, central à indústria de países do Mercosul, como Brasil e Argentina, houve extensão do cronograma de desgravação para veículos que devem dominar o setor no futuro próximo, como elétricos (18 anos), movidos a hidrogênio e que utilizem novas tecnologias (25 e 30 anos, respectivamente, com 6 anos de carência).

Além disso, caso a liberalização leve a perturbações no mercado dos países do Mercosul, há a possibilidade de utilizar salvaguardas específicas para o setor automotivo, mais facilmente acionáveis que as salvaguardas gerais, previstas no capítulo de defesa comercial do Acordo.

Outro ponto importante é a preservação da capacidade de adotar políticas para agregação local de valor a minerais críticos que, como é notório, são abundantes na região e podem fornecer novo impulso a segmentos importantes para o futuro da indústria nos países do Mercosul.

O quarto fator constitui a inovação do mecanismo de solução de controvérsias do Acordo. Face à possibilidade de que medidas unilaterais, adotadas por uma das Partes do Acordo, tenham impacto negativo em suas concessões comerciais, os dois lados pactuaram mecanismo de reequilíbrio, que poderá ser acionado pela Parte que sentir prejudicada para que, por meio de medidas compensatórias, ou da retirada proporcional de concessões, se possa restaurar o equilíbrio alcançado na conclusão das negociações.

O quinto elemento é algo frequentemente negligenciado em análises mais comuns do acordo comercial, que costuma focar em movimentos tarifários mais imediatos. Há, no Acordo, fortes incentivos para cooperação e/ou harmonização regulatória em diversas áreas, como regimes aduaneiros, medidas sanitárias e fitossanitárias, barreiras técnicas ao comércio, bem-estar animal, biotecnologia, comércio de serviços e propriedade intelectual, entre outras. A aproximação regulatória nessas áreas tende a gradualmente reduzir os custos de transação e facilitar o intercâmbio entre as regiões em diversos setores.

Um ponto particularmente relevante, em uma região fortemente agroexportadora, como é o caso do Mercosul, é a questão das indicações geográficas (IGs). No caso do Brasil, o Acordo consolida o reconhecimento de 37 IGs, como a do queijo da Canastra, mel do Pantanal e cafés do cerrado mineiro, o que contribui, per se, para a agregação de valor a produtos de exportação do agronegócio, não apenas para a UE, mas também para terceiros mercados, ao fortalecer internacionalmente a reputação de excelência dessas origens.

A harmonização regulatória facilita, ademais, a integração de cadeias produtivas, em um contexto em que, no caso do Brasil, por exemplo, mais da metade do estoque de investimento estrangeiro tem como origem países europeus.

O último aspecto, finalmente, diz respeito justamente ao setor do agronegócio, que foi central não apenas nas negociações, como nas narrativas criadas sobre o Acordo. É importante notar que os produtos mais sensíveis para o lado europeu – como as carnes, por exemplo – estão sujeitos a quotas tarifárias. A quota para carne bovina, de 99 mil toneladas, embora seja um ganho de acesso a mercado aos exportadores do Brasil e do Mercosul, representa algo em torno de 1,5% do consumo aparente do produto na UE. Da mesma forma, segmentos importantes do agronegócio europeu – como laticínios, vinhos e chocolates – devem colher benefícios importantes do Acordo.

As normas e padrões sanitários e fitossanitários do Brasil e dos países do Mercosul são sólidas e confiáveis. O Acordo prevê, inclusive, fortalecimento do diálogo e cooperação entre os dois lados em termos como bem-estar animal e biotecnologia.

Assinatura do acordo EU-Mercosul: próximos passos

Antes de concluir, gostaria de recordar brevemente os próximos passos após a assinatura do Acordo. Importante notar que tratam-se de dois acordos: o Acordo de Parceria Mercosul-UE (EMPA, na sigla em inglês) e o Acordo Provisório de Comércio (ITA, na sigla em inglês). Uma vez assinados, ambos terão que ser aprovados pelo Parlamento Europeu por maioria simples. Como versa sobre temas de competência exclusiva da Comissão Europeia, uma vez aprovado pelo Parlamento, o ITA estará pronto para ser ratificado pelo lado europeu.

O EMPA, que trata de temas políticos e de cooperação, além dos temas comerciais, terá que ser aprovado pelos Parlamentos dos países membros antes de poder ser ratificado. Do lado do Mercosul, a internalização do Acordo segue os procedimentos internos de cada país. No caso do Brasil, ambos os Acordos terão que ser aprovados pelo Congresso Nacional para poderem ser ratificados. Como o Acordo contém cláusula de vigência bilateral, basta que seja aprovado pelo lado europeu e por um dos países do Mercosul, para entrar em vigor para a UE e o país que completou os trâmites internos para a ratificação.

Nenhum acordo comercial é perfeito. De forma geral, os acordos sempre refletem o equilíbrio possível após negociações amplas e extremamente complexas. Ainda assim, não há dúvida de que a aposta em maior cooperação é sempre o melhor caminho, sobretudo em contexto de maior incerteza sobre o futuro do multilateralismo, e aumento de medidas protecionistas.

Uma vez em vigor, os acordos assinados têm tudo para inaugurar uma era extremamente promissora na integração entre o Mercosul e a União Europeia.

PERSPECTIVAS ECONÔMICAS PARA 2026*

Luiz Gonzaga Belluzzo

André Passos Santos

Nathan Caixeta

Murilo Tambasco

Os dias que antecedem o encerramento do ano costumam ser marcados pela proliferação de elaborados panegíricos proferidos por economistas e analistas financeiros, empenhados em projetar o cenário político e econômico do período vindouro, oscilando entre distintos matizes de otimismo e pessimismo.

O ex-ministro Delfim Netto, craque da economia e da retórica, certa vez disse: os economistas criam relações e depois contam histórias para explicá-las. Desconfiamos que as histórias mais razoáveis são aquelas que não se destinam ao exercício da predição, que confia na replicabilidade futura do passado, mas aquelas que se contentam em descrever o movimento das estruturas que moldam os fenômenos conjunturais.

Esse artigo registra nossas apreciações e desconfiâncias sobre as tendências para a economia brasileira e internacional para 2026.

No contexto brasileiro, a conjuntura é cercada de perigos e incertezas. Por um lado, no período recente, o país registrou o menor desemprego da série histórica, chegando a 5,2%, e foi acompanhado da menor taxa de informalidade, registrada em 37,7%. Esse movimento foi resultado direto do crescimento acelerado da economia entre o início de 2023 e a metade do ano de 2024, proporcionado pela forte expansão do consumo e do setor de serviços, além da reposição e incremento do estoque de capital em vista da maior expectativa de demanda gerada pelo impulso fiscal no ano de 2023.

Por outro, os indicadores recentes de atividade econômica revelam tendência de desaceleração da economia. Essa tendência é puxada, sobretudo, pelo fraco desempenho do consumo privado e da indústria de transformação, o que poderá, em breve, desacelerar os investimentos e reduzir o crescimento dos empregos diante de uma expectativa de demanda que dá sinais de esgotamento e de uma taxa de juros que inviabiliza o lucro empresarial, além de elevar o endividamento das famílias e encarecer o custo de capital das empresas.

Outro fator de destaque é a retração do impulso fiscal, conforme revela relatório da Secretária de Política Econômica (SPE). Entre 2023 e 2024, o impulso fiscal sobre o PIB foi de 3,8% na comparação interanual. Já entre 2024 e 2025, o impulso fiscal foi negativo, ficando em -2,84% e contribuindo para a desaceleração recente.

Contrariando o discurso corrente, que considera uma política fiscal expansionista dirigida para compensar os efeitos restritivos da política monetária sobre o crescimento, avaliamos que a tendência recente é, em parte, fruto de uma dupla política contracionista, tanto monetária, como fiscal.

*Versão resumida publicada no site Outras Palavras em 11.01.2026.

De outra parte, pesa a natureza cíclica do crescimento econômico. Não é plausível, no caso brasileiro, a sustentação das atuais taxas de crescimento que superaram o desempenho médio da economia na última década sem a elevação da participação da formação bruta de capital e da indústria de transformação no PIB.

A participação dos investimentos permaneceu estagnada, replicando os patamares registrados na última década. A indústria de transformação se encontra no menor nível da série histórica em comparação com o PIB após queda constante ao longo da última década.

Esses dois fatores constituem o motor de sustentação do crescimento e do aumento de produtividade. Motivo pelo qual, o fraco desempenho dos investimentos e da indústria de transformação tem condenado a economia nacional a ciclos curtos de expansão puxados ora pela elevação do consumo corrente, ora pelo desempenho das exportações. Descontados os fatores estruturais que condicionam os ciclos da economia brasileira, muito se tem debatido sobre a eficiência da política monetária e o tão falado risco fiscal.

Fato é que, se as projeções de mercado se confirmarem, o governo Lula III encerrará com a menor inflação média de todos os governos desde a implementação do sistema de metas. A principal ajuda para a queda da inflação ao longo de 2026 veio da taxa de câmbio, que se valorizou sobremaneira em relação ao pico alcançado no começo do ano após o ataque especulativo montado em torno da posse de Donald Trump.

Ainda assim, o BC resiste em sinalizar afrouxamento em sua política contracionista, algo que deve ocorrer no próximo ano de forma lenta, gradual e segura. Esse comportamento está vinculado à estreiteza da meta de inflação pactuada no primeiro ano de mandato do atual governo, estreita demais para os resultados obtidos nas últimas décadas. Somente duas vezes nos últimos 20 anos, em momentos de crise aguda, a economia brasileira registrou inflação na casa dos 3% a.a.

A junção entre juros altos e câmbio valorizado se, por um lado, contribui para o controle da inflação, por outro, tem elevado o déficit em transações correntes, que chegou a 3,5% do PIB, puxado sobretudo pelo aumento das importações. Esse movimento levou à queda do superávit comercial e o tornou incapaz de compensar o aumento expressivo das remessas de lucros e dividendos ao exterior. No paraíso para o rentismo forâneo a regra é clara: ganha-se com a escalada dos juros e depois troca-se juro por câmbio ao fim do ciclo de alta.

Neste quadro, a autoridade monetária é obrigada a antecipar-se em relação aos choques de preços e câmbio, elevando os juros rapidamente e a manter o patamar contracionista por períodos mais longos, temendo que o aquecimento excessivo da demanda amplifique os efeitos de novos choques e dos mecanismos convencionais de indexação.

Nosso entendimento é de que a meta de inflação atual é excessivamente restritiva, pois submete o Banco Central a um duplo constrangimento: operar uma política contracionista e, no limite, recessiva para atingir a meta, ou conviver com longos e desconfortáveis períodos de

desancoragem, o que mina a credibilidade da política monetária e põe em xeque o dever de equacionar o controle da inflação com a busca pelo pleno emprego.

O principal efeito dessa dinâmica é a restrição imposta à política fiscal. Segundo nota divulgada pelo Banco Central a cada 1% de aumento na taxa básica de juros, os encargos financeiros para a união se elevam em 0,49% do PIB. Atualmente esses encargos representam 7,8% do PIB e capturam o equivalente a 43,2% do orçamento da união. Esse cenário explica em muito a projeção do Tesouro para o próximo ano: a relação Dívida/PIB poderá chegar a 82,5%.

Enganam-se os que atribuem a elevação do endividamento público ao crescimento dos gastos públicos e ao déficit primário. Entre 2002 e 2025, a contribuição do resultado primário na variação da Dívida Líquida do Setor Público jamais ultrapassou 20% em períodos de déficit primário, com exceção do período de pandemia, explicando em média 15,3% do crescimento da dívida. Por outro lado, nos períodos de superávit, sobretudo entre novembro de 2002 e novembro de 2014, o resultado primário foi responsável pela desaceleração do crescimento da dívida em 16,8% na média.

Em todo período, contudo, os juros nominais, transferidos aos possuidores de títulos públicos via emissão de dívida nova (rolagem), explicaram 83,7% do crescimento da Dívida Líquida. Para se ter uma ideia, a Dívida Líquida/PIB cresceu 102% entre novembro de 2014 e novembro de 2025 (de 32,18% para 65,24%) e 86% desse crescimento deveu-se exclusivamente ao peso dos juros nominais na composição do Resultado Nominal (que registra a variação da Dívida Líquida).

Não é necessário o uso de matemática sofisticada para constatar o óbvio: a dívida cresce em virtude de seu custo elevado, determinado pela taxa de juros. Entre 2003 e 2014, a expansão do gasto aliada ao crescimento econômico produziu a redução da Dívida Líquida em proporção do PIB em decorrência de sistemáticos superávits fiscais e do acúmulo de reservas cambiais.

O período seguinte, entre 2014 e 2022, foi marcado pela obsessão acerca da austeridade fiscal, consagrada no regime de metas fiscais. Como consequência, o déficit público virou rotina e o crescimento estagnou.

Um sábio economista, ao confessar sua ruptura com a teoria convencional, disse: “certas coisas são tão simples que deveriam ser óbvias. Se o governo se propõe a conter seus gastos de forma sistemática e prolongada, prejudicando o fluxo do gasto privado, a renda deixa de circular: os empresários diminuem o ritmo de investimento, os fornecedores são obrigados a diminuir a produção, o desemprego se eleva, a massa salarial declina e o consumo capota”.

Esse processo de paralisação do fluxo do gasto culmina na queda da renda da sociedade como um todo, impactando negativamente a receita fiscal e piorando o resultado das contas públicas. Essa é a dinâmica que vem orientando a administração fiscal desde 2016, primeiro com o Teto de Gastos e agora com o Arcabouço Fiscal. São remédios produzidos pela mesma

fábrica de pensamento: a fusão entre o liberal- conservadorismo tosco e o rentismo.

O governo atual foi exitoso no cumprimento da meta fiscal, se aproximando do déficit nulo em 2025, mesmo diante dos olhares desconfiados de economistas e analistas de mercado que insistem na defesa do aprofundamento do ajuste fiscal, algo entre 3 e 4% do PIB. As recomendações vão além: a campanha feroz pela desvinculação dos benefícios sociais e previdenciários do salário mínimo e pela derrubada dos pisos constitucionais para saúde e educação já encanta os governistas mais pragmáticos.

Nossa avaliação é que o aprofundamento do ajuste fiscal para além do já contratado na lei do Arcabouço Fiscal e a adoção de medidas de flexibilização do gasto obrigatório pelo andar de baixo (benefícios sociais e mínimos constitucionais) é prejudicial ao país e pode retroceder rapidamente os avanços do mandato Lula III.

Devemos, ainda no campo fiscal, ressaltar a histórica aprovação da isenção de imposto de renda para quem ganha até 5 mil reais acompanhada pelo imposto sobre as altas rendas (valores excedentes a 50 mil reais mensais). Consideramos essa pauta, diante da atual configuração conservadora do Congresso Nacional, a grande vitória do atual governo. O impacto potencial sobre o crescimento da demanda e sobre a distribuição de renda acenam para uma melhoria relativa da desigualdade social que hoje, como ontem, é abissal no país.

Para fechar a análise do cenário doméstico, destacamos a postura pragmática e ativa do governo brasileiro diante do ataque produzido pela administração de Donald Trump ao Brasil. A defesa da soberania jurídica e econômica do país é marcada, também, pela guinada conservadora na América Latina, posicionando o Brasil como peça-chave na resistência contra o avanço do fascismo global e ator central na reconfiguração da ordem internacional.

O cenário internacional revela-se igualmente desafiador. Segundo projeções da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), embora a economia mundial tenha demonstrado relativa resiliência diante dos choques comerciais e financeiros recentes, a expansão global deve se situar em torno de 3,2%, patamar insuficiente para sustentar um ciclo robusto de crescimento nas economias emergentes.

Preocupa sobremaneira a estagnação dos países desenvolvidos que, mesmo após o fim dos ciclos de aperto monetário direcionados a combater o choque de oferta provocado pelas guerras na Rússia e em Israel, não chegaram a exibir o desempenho requerido para frear o processo de desindustrialização que acomete suas economias e a elevação do desemprego estrutural ligado ao avanço da indústria 4.0 sobre os setores industrial e de serviços.

Ao largo, enquanto sobram ondas de protesto contra políticas de austeridade, de diminuição do Estado de Bem-Estar e de restrição migratória, avançam celeremente as alternativas conservadoras e, em alguns casos, projetos políticos de viés abertamente autoritário.

As mesmas sociedades responsáveis por generalizar os valores da modernidade - a liberdade, a busca pela igualdade de oportunidades, a soberania da razão, a democracia, etc. -,

são as sociedades que, hoje, sucumbem à destruição desses valores através da exacerbação dos valores mercantis, centrados no hiper individualismo competitivo e predatório. O produto dessa destruição é a emergência de arranjos de poder que simulam a liberdade enquanto operam por meio de práticas coercitivas, que emulam a busca pela liberdade mediante exercícios de tirania.

Um dos principais vetores dessa deriva autoritária contemporânea se encontra na atuação das big techs e de seus barões. Elas se apresentam como espaços de liberdade individual que se opõem à tirania da coletividade. Os indivíduos produtores e consumidores de informação, atolados entre a desesperança no futuro e o individualismo carente de subjetividade, se encantam com os poderes ofertados por esses espaços digitais, submetendo-se aos deveres da competição e do ressentimento contra os semelhantes.

São fartamente documentadas as relações entre os períodos de severa transformação dos modos de vida e dos mecanismos de sociabilidade e o aprofundamento da natureza financeira do capitalismo. O momento atual, diria Mark Twain, não repete a história, mas rima com suas contradições.

Para sintetizar esse conjunto de relações, analisemos a dinâmica entre o desenvolvimento dos setores de alta tecnologia, os impactos sobre os mercados de trabalho e os estilos de consumo e, finalmente, a vultuosa valorização dos direitos de propriedade (ações, títulos, etc.) sobre a riqueza ancorada no desempenho desses setores.

Joseph Schumpeter ensinou que o progresso técnico surge da aplicação da ciência avançada na criação de métodos de produção e meios de consumo aliada à expansão do crédito necessário para elevados volumes de investimento capazes de sustentar a ruptura do padrão tecnológico vigente. A chamada destruição criadora supõe a superação integral da dinâmica de acumulação centrada em um determinado estado da técnica e nos vínculos entre o Estado, as grandes empresas capitalistas e a alta finança.

O complexo de transformações nascidas da indústria 4.0, os impactos no mercado de trabalho global e a intensa rearticulação do paradigma neoliberal que se seguiram à Grande Crise de 2008 deram vida à um novo estágio da globalização que conta com o aprofundamento das desigualdades, o aumento descomunal da concentração de riqueza e a corrida, no espaço global, pelo domínio tecnológico, industrial e militar.

Ao longo desse processo de rearticulação, os métodos de gestão e centralização da riqueza aplicados pelas grandes instituições financeiras se aprimoraram formidavelmente, aportando as condições adequadas para uma nova corrida especulativa em torno do financiamento dos setores de alta tecnologia.

Juntamente aos instrumentos de captação de recursos amplificados por novas rodadas de desregulamentação financeiras e pelas rodadas (cada vez mais frequentes) de flexibilização monetária, os processos de fusões e aquisições permitiram a rápida concentração desses novos setores.

Esse novo período de exuberância irracional desagua na ampliação sem precedentes do risco sistêmico entre as posições de alavancagem montadas para as gigantescas chamadas de capital requeridas pelas empresas de tecnologia e a ausência de retornos operacionais capazes de sustentar os modelos de negócio dessas grandes empresas, o que já tem levado parte dos grandes investidores institucionais a reduzir seus níveis de exposição.

Esses movimentos, como poderia se esperar, centraram-se fortemente na valorização das posições de mercado e à concentração de risco no setor tecnológico dos Estados Unidos. O grupo de empresas denominado *Magnificent Seven* (*Sete magníficas*) — composto por gigantes como Microsoft, Apple, Alphabet, Amazon, Meta, Tesla e Nvidia — alcançou uma capitalização conjunta que ultrapassa o Produto Interno Bruto de grandes economias, como a União Europeia.

A valorização expressiva desses ativos, sustentada por expectativas otimistas quanto à difusão da inteligência artificial e à expansão dos lucros futuros, tem elevado os múltiplos de mercado a patamares sem precedentes. Esse processo guarda semelhanças estruturais com episódios anteriores de exuberância financeira, nos quais a concentração de ganhos, a alavancagem crescente e a dissociação entre preços dos ativos e fundamentos econômicos antecederam correções abruptas, como observado na crise de 2008.

Na composição do índice S&P 500, essas empresas já respondem por uma fatia significativa — cerca de 35% — elevando o nível de risco sistêmico subjacente a esse núcleo estreito de performance de mercado. Enquanto o S&P 500 cresceu 98,2% nos últimos 5 anos, somente as sete magníficas representaram cerca de 57% desse desempenho, com crescimento agregado de 234,8%.

Em seu conjunto, essa intensa valorização das ações norte-americanas já chega a posicionar o valor de mercado das empresas listadas em algo próximo a 230% do PIB dos EUA, o dobro do que representavam antes da Grande Crise de 2008. Em contrapartida, os lucros dessas empresas em relação aos seus valores de mercado (P/E Ratio) se encontra no mesmo patamar que antecedeu a bolha dotcom em 2000 e a Grande Crise.

Em paralelo, o reposicionamento das carteiras defensivas em posse de grandes instituições financeiras tem levado ao desempenho impressionante do Ouro e ao aumento da posição em títulos públicos, indicando o aumento da percepção de risco em relação aos ativos expostos à pesadas posições de alavancagem (ações, criptos, ETFs, etc.).

Diante dessas evidências, observamos com preocupação a possibilidade de uma nova crise financeira internacional cuja contenção pelos bancos centrais e tesouros nacionais exigirá esforços incontavelmente maiores do que os dispendidos na crise anterior.

A NATUREZA FINANCEIRA DO DESEQUILÍBRIO FISCAL BRASILEIRO*

*José Luis Oreiro***

A coluna do jornalista Sérgio Lamucci no Valor Econômico do dia 01 de setembro de 2025 finalmente apresenta a natureza do desequilíbrio fiscal brasileiro, qual seja, os “elevadíssimos gastos com juros do setor público” (<https://valor.globo.com/brasil/coluna/juro-alto-e-pib-mais-fraco-aumentam-desafio-fiscal.ghtml>). Com efeito no acumulado em 12 meses até julho de 2025 os gastos com juros da dívida pública atingiram R\$ 941,2 bilhões ou 7,64% do PIB ao passo que o déficit nominal do setor público, que inclui o déficit primário e o pagamento de juros atingiu a marca de R\$ 968,5 bilhões ou 7,86% do PIB.

O conceito de déficit que importa para a dinâmica da dívida pública é o déficit nominal, ou seja, aquele que engloba o déficit primário e o **pagamento de juros sobre a dívida pública**. É uma simples identidade contábil a variação da dívida pública (ΔB) é igual, por definição, ao déficit primário – o qual é igual a diferença entre a receita de impostos (T) e os gastos primários do setor público (G) – somado ao pagamento dos juros sobre a dívida que é igual, por definição, ao produto entre a taxa de juros paga pelos títulos públicos (i) multiplicado pelo estoque da dívida pública (B). Assim, em termos algébricos temos que $\Delta B = (G-T)+i.B$ (1)

No acumulado em 12 meses até julho de 2025, o déficit primário – esse que é a variável que o arcabouço fiscal do Fernando Haddad tenta controlar – foi de apenas R\$ 27 bilhões, respondendo por apenas 2,7% do déficit nominal no acumulado em 12 meses! Já os gastos com juros, os quais não tem nenhum tipo de controle e cuja dinâmica é totalmente determinada pelas decisões discricionárias do Conselho de Política Monetária do Banco Central- e que se tornou autônomo com relação ao governo em 2021 durante o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (que será julgado a partir de amanhã no STF por tentativa de Golpe de Estado e Abolição Violenta do Estado Democrático de Direito) – explicam 97,3% do déficit nominal e, portanto, do aumento da dívida pública no acumulado em 12 meses até julho de 2025.

Qualquer pessoa minimamente sensata e que não tiver sido infectada com o vírus FL-PCC-COV 2025 ao se deparar com esses números irá chegar a conclusão que para eliminar o desequilíbrio fiscal do Brasil e colocar a dívida pública numa trajetória não explosiva é necessário reduzir o pagamento de juros por intermédio da redução da taxa de juros que o governo paga sobre sua dívida. Como, no Brasil, quase 50% da dívida pública é “selicada”, ou seja, indexada a taxa de juros Selic; então qualquer ajuste fiscal de caráter permanente deverá passar por uma redução estrutural da taxa de juros, ou seja, uma redução do valor de longo-prazo da taxa selic. Como tenho argumentado *ad-nauseam* em várias publicações nos últimos 3 anos, essa redução exige uma reforma monetária no Brasil, como recentemente lembrado pelo colunista

*Publicado originalmente no blog do autor em 01.09.2025

**Professor de Economia na UNB-Brasília-DF.

Pedro Cafardo do Valor Econômico (<https://valor.globo.com/brasil/coluna/tarifaco-nao-pode-silenciar-o-debate-sobre-os-juros.ghtml>).

Mas as pessoas que são infectadas pelo vírus FL-PCC-COV 2025, cuja contaminação se dá por intermédio de contato profissional com o mercado financeiro e/ou com a leitura de manuais de macroeconomia escritos nos Estados Unidos, passam a sofrer de dissonância cognitiva, esquizofrenia e delírios psicóticos. Ao se defrontarem com esses números as pessoas infectadas acreditam piamente que o problema fiscal brasileiro é resultado do déficit primário. Os infectados acreditam que a taxa de juros no Brasil é extremamente alta porque o governo (sic) não consegue equilibrar as suas contas, por fazer gastos excessivos com bolsa família, BPC e aposentadorias.

Assim o equilíbrio fiscal passaria pelo congelamento do salário mínimo por 7 anos, pela desvinculação do BPC do salário mínimo e também pela redução do valor do bolsa família, pois com o valor atual está sendo muito difícil para os empresários conseguirem contratar trabalhadores sem ter (pasmem) que aumentar os salários!

Com isso, o mercado de trabalho fica muito apertado e os empresários serão obrigados a – que absurdo – introduzir inovações que aumentem a produtividade do trabalho. Onde já se viu um empresário ter que inovar para ganhar a vida?

Infelizmente a ciência ainda não descobriu uma cura para o vírus FL-PCC-COV 2025. A única forma de impedir o contágio é pelo isolamento (político). Os não infectados podem impedir o alastramento dessa doença votando em não infectados nas eleições de 2026.

NATUREZA DO CRESCIMENTO RECENTE DO BRASIL

*Maria Luiza Falcão**

O Brasil voltou a crescer, mas de forma contida e ainda insuficiente diante do atraso econômico e social acumulado. Após um período de estagnação, deterioração institucional e aprofundamento das vulnerabilidades sociais, o terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula 03) conseguiu interromper a trajetória de declínio e recolocar a economia em movimento. Trata-se menos de um ciclo robusto de expansão e mais de uma recuperação cautelosa, marcada por limites estruturais persistentes. O desemprego caiu, a pobreza extrema foi reduzida e o investimento público voltou a desempenhar algum papel, ainda que em escala aquém do necessário para uma transformação de maior dimensão.

Esses resultados são reais e politicamente relevantes. Mas, exatamente por isso, a pergunta que se impõe não é conjuntural nem personalizável. Ela é histórica e estrutural: crescer para quem, em um país marcado por uma das mais altas concentrações de renda e riqueza do mundo?

A desigualdade brasileira como herança estrutural

A desigualdade no Brasil não é produto de um governo específico nem de um ciclo econômico isolado. Ela é resultado de uma formação histórica marcada pela escravidão, pela concentração fundiária, por um Estado patrimonialista, por um sistema tributário regressivo e por uma financeirização persistente. Trata-se de uma desigualdade que se reproduz mesmo em períodos de crescimento justamente porque está inscrita na forma como o excedente econômico é apropriado.

Ao longo da história recente, o país conheceu fases de expansão econômica que conviveram com manutenção — ou até aprofundamento — da concentração de renda e riqueza. O crescimento, por si só, nunca foi suficiente para alterar esse padrão. Sem políticas distributivas de envergadura e sem transformação da estrutura produtiva, a expansão tende a reforçar hierarquias existentes. É nesse registro que deve ser analisado o ciclo atual.

Crescimento recente e seus efeitos sociais

O atual governo conseguiu frear um processo de deterioração econômica e social do período que precedeu o Lula 03, a desastrosa experiência do governo do alopado e perigoso Jair Messias Bolsonaro e seu clã, que afrontava o Estado de Direito, suas Instituições Democráticas e as conquistas sociais. No seu desgoverno, entre 2019 e 2022, a economia brasileira apresentou

*Maria Luiza Falcão Silva – MSc em Economia (University of Wisconsin–Madison), PhD (Heriot-Watt University), Professora aposentada da Universidade de Brasília (UnB), membro da ABED e do Grupo Brasil-China de Economia das Mudanças do Clima (GBCMC/NEASIA). Artigo publicado originalmente no site JornalGGN em 20.01.26.

crescimento médio próximo de zero, incapaz de recuperar o atraso acumulado desde a recessão de 2015–2016.

Assim, a retomada moderada da atividade, o reaquecimento do mercado de trabalho e a reconstrução de políticas sociais produziram efeitos imediatos sobre as camadas mais vulneráveis da população. A valorização do salário mínimo e a recuperação de programas de transferência de renda tiveram impacto direto sobre pobreza, insegurança alimentar e renda disponível.

O aumento do investimento público, em especial por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), reintroduziu a infraestrutura como eixo de desenvolvimento, com efeitos positivos sobre emprego, demanda regional e encadeamentos produtivos. Ainda assim, a escala desse esforço permanece limitada frente às necessidades históricas do país. Nada disso é trivial em um Brasil que havia naturalizado a austeridade permanente como virtude macroeconômica.

Crescimento orientado por missões: a Nova Indústria Brasil

Esse novo ciclo de crescimento não é espontâneo nem desordenado. Ele está ancorado em uma inflexão conceitual relevante: a retomada do planejamento produtivo por meio do programa Nova Indústria Brasil, estruturado a partir da lógica do crescimento orientado por missões.

Diferentemente de políticas industriais fragmentadas, a abordagem por missões parte da definição explícita de objetivos estratégicos capazes de mobilizar investimento público e privado, orientar o crédito, articular inovação e induzir mudanças estruturais. O crescimento deixa de ser tratado como simples resultado do equilíbrio macroeconômico e passa a ser concebido como processo deliberado de transformação produtiva.

As missões definidas — envolvendo transição energética, saúde, infraestrutura sustentável, transformação digital, defesa, soberania alimentar e adensamento produtivo — buscam elevar o conteúdo tecnológico da produção, melhorar a qualidade do emprego e criar bases mais sólidas para a redução das desigualdades no médio prazo. O desafio é que essa estratégia opera sob fortes restrições macroeconômicas, o que limita seu alcance transformador.

O PAC como braço material das missões

O crescimento orientado por missões encontra no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) seu principal instrumento material. Investimentos em infraestrutura, energia, transportes, saneamento, habitação e mobilidade urbana criam demanda estável, ativam cadeias produtivas nacionais e reduzem desigualdades regionais.

O PAC funciona, assim, como política industrial indireta. Ele cria escala, previsibilidade e aprendizado produtivo, além de reduzir custos sistêmicos que historicamente penalizam

a produção no Brasil. Sempre que o investimento público foi coordenado, a indústria respondeu. Sempre que colapsou, a estrutura produtiva se enfraqueceu. O limite desse esforço não está no instrumento, mas no ambiente em que ele opera.

O limite estrutural: crescer não basta

Reconhecer os avanços do ciclo atual não significa ignorar seus limites históricos. A melhora das condições sociais ocorre em um contexto ainda marcado por elevada concentração de renda e riqueza no topo da pirâmide, forte poder do sistema financeiro e uma estrutura tributária que segue penalizando o trabalho mais do que o patrimônio.

A desigualdade de riqueza permanece praticamente intocada. Rendas financeiras seguem amplamente protegidas, grandes patrimônios são pouco tributados e a regressividade fiscal limita o alcance redistributivo do crescimento. Trata-se de um desafio estrutural, não de uma omissão conjuntural do governo.

Geopolítica, financeirização e compressão das margens nacionais

A pergunta fundamental “crescer para quem?” precisa hoje ser formulada em um contexto internacional profundamente distinto daquele que marcou ciclos anteriores de expansão brasileira. O mundo no qual o Brasil tenta crescer é mais fragmentado, mais protecionista e mais instável. A nova geopolítica desde o primeiro mandato de Donald Trump não representa uma anomalia passageira, mas a consolidação de uma ordem internacional menos cooperativa e mais conflitiva.

Guerras comerciais, uso explícito de tarifas como instrumento de política externa, enfraquecimento das instituições multilaterais e politização das cadeias globais de valor reduziram o espaço para estratégias passivas de inserção internacional. O comércio deixou de ser regido prioritariamente por regras previsíveis e passou a ser subordinado a disputas de poder, segurança nacional e interesses geopolíticos.

Para economias periféricas e semiperiféricas como a brasileira, isso significa menos margem para crescer por inércia e maior custo para sustentar estratégias baseadas apenas em commodities ou integração subordinada.

Novo contexto

Esse novo cenário internacional agrava problemas internos históricos. A financeirização global intensificada, combinada com políticas monetárias restritivas nos países centrais, pressiona fluxos de capitais, limita políticas domésticas e reforça a lógica rentista. Ao mesmo tempo, a disputa tecnológica entre grandes potências estreita ainda mais o espaço para estratégias de desenvolvimento tardio.

O crescimento tímido brasileiro não é apenas reflexo de cautela doméstica. Ele também expressa a compressão objetiva das margens de manobra impostas por um sistema internacional mais instável, financeirizado e desigual.

É nesse contexto que políticas orientadas por missões e investimento público coordenado deixam de ser opção ideológica e passam a ser condição mínima de sobrevivência econômica.

Crescimento, distribuição e democracia

Em sociedades profundamente desiguais, a questão distributiva não é apenas econômica. Ela é democrática. Quando o crescimento é tímido e melhora indicadores sem alterar estruturas de poder econômico, cria-se uma tensão silenciosa entre expectativas sociais e transformações efetivas.

Democracias se fortalecem quando conseguem traduzir crescimento em mobilidade social, ampliação de oportunidades e redução consistente das desigualdades. Quando isso não ocorre, o risco não é apenas econômico, mas político: frustração difusa, desmobilização e abertura de espaço para discursos autoritários travestidos de eficiência.

Um avanço relevante: alívio tributário na base

A recente decisão do governo de aliviar a tributação sobre quem ganha até cinco salários mínimos, ampliando a faixa de isenção e reduzindo a carga sobre a base da pirâmide social, foi uma medida engenhosa com impacto distributivo imediato – melhora a renda disponível das famílias trabalhadoras e reforça o consumo popular.

Esse avanço corrige parcialmente uma das distorções mais perversas do sistema tributário brasileiro. Ao mesmo tempo, evidencia o tamanho do desafio restante: aliviar a base é necessário, mas insuficiente enquanto rendas altas, patrimônio e ganhos financeiros permanecerem praticamente blindados.

Eleições e o teste histórico à frente

Às vésperas das próximas eleições, a política de valorização do salário mínimo reaparece como divisor de águas do debate distributivo. Não como lembrança nostálgica, mas como evidência concreta de que escolhas políticas importam. Foi sob os governos do PT que o salário mínimo deixou de ser mero indexador nominal e passou a funcionar como instrumento ativo de redistribuição, dinamização do mercado interno e redução da desigualdade de renda.

Defender essa política hoje não é repetir o passado, mas afirmar um compromisso mínimo com a democracia social em um país de rendas estruturalmente comprimidas. Ao mesmo tempo, o próprio legado do salário mínimo impõe uma cobrança: ele mostrou que é

possível redistribuir, mas também revelou os limites de fazê-lo sem enfrentar a concentração de riqueza no topo.

O debate eleitoral que se avizinha não será apenas sobre crescer mais ou menos, mas sobre se o crescimento continuará elevando a base enquanto preserva os privilégios do andar de cima — ou se avançará, finalmente, para uma redistribuição mais profunda de renda, riqueza e poder econômico.

BANCO MASTER: ECONOMIA OU POLÍCIA?

*Paulo Kliass**

Vira e mexe a gente aqui no Brasil passamos a conviver com alguma instituição financeira ocupando com destaque as páginas policiais da grande imprensa. Os escândalos envolvendo bancos ou empresas assemelhadas são muito mais frequentes do que deveriam, principalmente se partirmos do princípio de que existe um sistema de fiscalização e regulação bastante aprimorado para evitar esse tipo de crime ou desvio de comportamento no mercado. A questão é que, na maior parte dos casos, o poder econômico exercido por estas grandes corporações caminha junto com forte esquema de poder político, com surpreendente capacidade de exercer pressão sobre os órgãos de Estado encarregados de evitar e/ou punir esse tipo de situação.

O banco da vez é o Master. Mas, mesmo assim, ele foi logo secundado pela liquidação extrajudicial efetuada também pelo Banco Central (BC) sobre o Banco Will, em razão da existência de ligações profundas e perigosas entre as duas instituições de crédito. O caso é de graves proporções e vem se somar a uma série de eventos anteriores. Assim, o que se percebe é que a lista de crises de empresas do setor financeiro provocadas por gestão fraudulenta é bastante longa. Alguns dos casos mais conhecidos de bancos liquidados pelo BC são os seguintes:

- Banco Opportunity (2015)
- Banco BVA (2013)
- Banco Cruzeiro do Sul (2012)
- Banco Pan Americano (2010)
- Banco Santos (2005)
- Banestado (2003)
- Banco Bamerindus (1997)
- Banco Econômico (1995)

Antes do Master: lista longa.

Além destes, há uma outra série de empresas que agiam na interface do financismo com a economia real e que não foram devidamente fiscalizadas pelos órgãos públicos responsáveis por isso. Trata-se de operações criminosas levadas a cabo por

estas corporações e que deveriam ter sido proibidas ou punidas por organismos como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ou a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Alguns dos casos que ficaram mais conhecidos, seja pelos valores bilionários envolvidos nas falcatruas ou pelo peso dos atores políticos ali presentes, são os seguintes:

*Doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal. Artigo publicado originalmente no site Jornal GGN em 27.01.2026.

- Lojas Americanas (2023)
- Kraft Heinz (2019)
- CVC (2020)
- IRB (2019)
- Via (2019)
- Itapemirim (2016)

Muitas pessoas se questionam se o problema das fraudes e dos crimes não seriam características estruturais e intrínsecas aos próprios bancos e demais instituições financeiras. É verdade que a natureza mesma deste tipo de empresa implica em algum tipo de ação que envolve apropriação de recursos de outrem. Afinal, a origem dos bancos como instituição na dinâmica econômica pressupõe o papel de agenciador e de repassador de recursos. Isto significa que a estrutura de ativos dos bancos não é formada por patrimônio próprio. Ou seja, eles operam com recursos de terceiros que ali depositam seus valores em busca de algum rendimento e os bancos oferecem esses mesmos recursos para “atores quartos” na escala sem fim da intermediação financeira. Assim, o risco e a especulação são a norma neste segmento.

Práticas criminosas e impunidade recorrente.

Esta conformação sensível e potencialmente explosiva é que está na base da necessidade de um sistema bastante refinado e aprimorado de fiscalização e regulação por parte do poder público. No entanto, o processo de captura das agências reguladoras aqui se manifesta também com toda a sua violência institucional. A exemplo das demais instituições responsáveis pela atividade de regulação setorial, o BC há décadas opera para satisfazer aos interesses dos bancos, das empresas que deveriam ser fiscalizadas, controladas, reguladas e punidas. Assim, seus dirigentes fazem cara de paisagem para escândalos como o nível cronicamente elevado dos *spreads* praticados, a exorbitância das tarifas cobradas e o nível impressionante de práticas de oligopólio e cartel por parte das grandes corporações.

Esse nível de complacência para com o irregular e o antiético logo resvala para a passividade face a práticas ilegais e criminosas. Via de regra, o BC deixa a coisa rolar sem nenhum tipo de intervenção, ainda que todos os operadores do mercado financeiro saibam exatamente o que está ocorrendo em empresas consideradas “problemáticas”. Assim, em geral, quando a situação se torna insustentável e as condições passam a ser conhecidas de um público mais amplo, o órgão tenta correr atrás do prejuízo. Porém, na maioria dos casos, ele chega atrasado em sua função e quando as perdas já são irreversíveis.

No caso do Banco Master esse comportamento foi muito claro. Para além da lentidão do BC em agir, o poder político e a influência de Daniel Vorcaro se fizeram presentes em outras instituições da República. As faces mais evidentes começam a ser reveladas aos pou-

cos, mas envolvem dirigentes do topo dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo. Mas as práticas levadas a efeito pelos dirigentes do Master superam em muito as questões de padrão ético questionável de qualquer instituição bancária que atue de acordo as regras e a lei. Trata-se de estratégia empresarial de alto risco para a manipulação de recursos de terceiros, mas incluindo decisões ilegais e criminosas, como as ações de investigação dos órgãos policiais e de investigação estão comprovando a cada novo dia.

Maior controle das empresas do financismo e aplicação rigorosa da legislação.

Por outro lado, a cumplicidade nas práticas criminosas do Master envolve também algumas grandes empresas de auditoria. No caso específico, a KPMG, a PricewaterhouseCoopers, a Ernst Young e a Crowe validaram ao longo dos últimos anos as contas claramente fraudadas e maquiadas do Master. Além disso, outras instituições da rede do financismo também tornaram-se cúmplices das investidas criminosas do banco de Vorcaro, a exemplo da gestora de ativos Reag e dos fundos de investimento operados pelo BTG e pela XP. Com relação à primeira, basta lembrar que foi liquidada pelo BC no ano passado justamente por inúmeras irregularidades descobertas em sua atuação no mercado financeiro.

Assim o que se pode perceber é que Daniel Vorcaro vem se somar a outros indivíduos que amealharam grandes fortunas e ocupavam papel de destaque no topo da pirâmide da desigualdade que nos caracteriza. A proximidade com as esferas de poder político e a prática incestuosa com os tomadores de decisão no âmbito da máquina pública fizeram com que os crimes não fossem imediatamente impedidos e punidos. Estes são os casos, para citar apenas alguns, de Naji Nahas, de Daniel Dantas e de Eike Batista. Todos foram presos, mas as fortunas gastas com grandes escritórios de advocacia contribuíram para reduzir o tempo de detenção e eles voltaram à atividade econômica sem nenhum constrangimento.

Outro caso mais recente que exemplifica a impunidade que acomete estes grupos privilegiados da elite de nossa sociedade refere-se ao trio composto por Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira. Eles estavam por trás o escândalo envolvendo os crimes praticados pelo grupo Americanas e não sofreram, até o presente momento, nenhum tipo de punição por tal processo. A sensação de intangibilidade de operações no universo do financismo terminou por atrair a criminalidade “nua e crua”, tal como identificada pelos grupos de tráfico e as milícias. As ações da Polícia Federal e do Ministério Público reveladas pela Operação Carbono Oculto apontaram claramente para uma conexão profunda entre os recursos do Primeiro Comando da Capital (PCC) e empresas do financismo.

Todos estes casos acima mencionados e o Banco Master revelam que não se trata apenas de má condução ou desvio na mera atividade econômica. São empresas e dirigentes que se envolveram profundamente em práticas criminosas. Por isso, os casos saem do âmbito restrito da economia e passam requerer a presença da polícia. Mas uma grande lição que podemos

extrair a esse respeito refere-se à necessidade ampliar e aprofundar as capacidades estatais para prevenir esse tipo de crime. Isso significa dotar o Estado brasileiro de condições de agora para regular e fiscalizar tais setores. Ao contrário da demagogia levantada pelo financismo para a tal da “independência do BC”, o que necessitamos são órgãos mais transparentes e republicanos de controle sobre setores de atividade mais sensível.

ECONOMIA E CAPITALISMO

*Prabhat Patnaik**

É um fato bem conhecido que a economia *mainstream* contemporânea, a única ensinada aos estudantes em grande parte do mundo, não capta a realidade do capitalismo. Algo menos reconhecido, no entanto, é que tal economia – não apenas em suas formas atuais, mas independentemente das novas formas que venha a assumir – é incapaz de apreender a realidade desse sistema. Vejamos por quê.

Toda produção requer a ação coordenada de um certo número de indivíduos. Seja no caso de membros de uma comunidade tribal caçando um javali selvagem, seja no caso de uma fábrica capitalista produzindo automóveis, é fundamental que os indivíduos envolvidos nessas atividades trabalhem de acordo com um determinado plano, o qual necessariamente requer ação coordenada para sua realização.

A ação coordenada, por sua vez, exige disciplina. Na maioria dos modos de produção anteriores, essa disciplina era imposta por meio da coerção explícita. Se as ações dos escravizados que trabalhavam em conjunto não fossem coordenadas em razão de um relaxamento no ritmo de trabalho de alguns, então aqueles que assim procediam seriam fisicamente punidos pelos feitores dos proprietários de escravos. Da mesma forma, no feudalismo, se os servos que trabalhavam nas terras do senhor feudal não agissem de maneira coordenada – na colheita, por exemplo – e por essa razão uma parte dela fosse perdida, então os servos tidos como preguiçosos seriam espancados.

Em suma, a produção requer coordenação. E numa sociedade em que os meios de produção não são de propriedade comum – isto é, na qual existe uma distinção entre proprietários e trabalhadores – e onde os trabalhadores não têm um interesse voluntário em aderir a um plano de ação coordenado, é necessário que haja meios coercitivos de obrigá-los à conformidade.

O capitalismo, no entanto, apesar de ser uma sociedade dividida em classes, não recorre à coerção explícita como regra. Não que os capitalistas não utilizem ocasionalmente a coerção física, mas essa não é a norma do sistema, o que levanta a questão: como a disciplina do trabalho é mantida no capitalismo para que os trabalhadores sejam obrigados a se conformar com o plano de ação coordenado?

A resposta é que no capitalismo isso se alcança por meio daquilo que o economista marxista polonês Michał Kalecki chamou de “ameaça da demissão”. Qualquer pessoa que seja considerada lenta e que, portanto, atrapalhe o plano de ação coordenado, é simplesmente expulsa do emprego. Esta pessoa, em suma, perde seu lugar dentro do sistema e é lançada fora dele.

*Professor aposentado do Centro de Estudos de Economia e Planejamento da Escola de Ciências Sociais da Universidade Jawaharlal Nehru. Autor, entre outros livros, de *Capitalism and individual freedom: a marxist economic critique of liberalism* (Tulika Books). [<https://amzn.to/4jHSUNX>]. Artigo publicado originalmente na *Monthly Review* online. Republicado no site *A Terra é Redonda* em 15.01.26. Tradução de Ricardo d' Arêde.

Conclui-se daí que no capitalismo, enquanto sistema, deve haver um “dentro” e um “fora” para impor a disciplina do trabalho, essencial à produção. Embora não haja coerção física explícita, como deixar uma pessoa escravizada passar fome ou espancar um servo, existe uma coerção implícita imposta aos trabalhadores, sem a qual a produção capitalista certamente não seria possível. Para que essa coerção possa existir, deve haver um espaço “fora” do sistema, no qual as condições de vida sejam tão difíceis que os indivíduos empregados “dentro” da região capitalista temam ser empurrados para “fora” dela.

A totalidade do capitalismo, portanto, é constituída de duas regiões: uma “interna” e outra “externa”. Somente a tradição marxista leva em consideração esse fato e assinala a existência de um “exército de reserva de trabalho” como uma característica necessária e constitutiva dessa região “externa”.

Mesmo muitos marxistas ou simpatizantes do marxismo não percebem esse ponto. Eles veem o exército de reserva de trabalho apenas como uma explicação para o fato de os salários reais no capitalismo permanecerem atrelados a um nível (historicamente determinado) de subsistência, ou seja, apenas como algo que desempenharia o mesmo papel que a teoria malthusiana da população desempenhava no sistema ricardiano.

Na visão de David Ricardo, a teoria malthusiana explicava por que os salários reais dos trabalhadores permaneciam mais ou menos atrelados a um nível de subsistência, pois, segundo Thomas Malthus, se os salários subissem acima desse patamar, os trabalhadores se reproduziriam rapidamente, o que faria aumentar a oferta de trabalho e empurraria os salários novamente para o nível de subsistência.

Marx rejeitou a teoria de Thomas Malthus, chamando-a de uma “calúnia contra o gênero humano”, e acredita-se, de modo geral, que ele tenha substituído a explicação caluniosa de Thomas Malthus por seu conceito de exército de reserva de trabalho,¹ o qual serviria para manter os salários reais reduzidos ao nível de subsistência.

Esta, porém, é uma leitura incompleta de Marx. É verdade que o exército de reserva de trabalho mantém os salários reais reduzidos a um nível de subsistência historicamente determinado, mas esse não é o seu único papel. Sem o exército de reserva, não haveria disciplina de trabalho no capitalismo e, conseqüentemente, a produção capitalista se tornaria impossível.

No entanto, toda a economia mainstream contemporânea vê o capitalismo como um sistema autocontido, no qual todos os “fatores de produção” estariam plenamente empregados se fosse permitido aos mercados funcionarem livremente, e as tradições dissidentes existentes, como a tradição keynesiana, que não aceita essa proposição, ainda assim acreditam que o capi-

¹Originalmente, o conceito utilizado por Marx é o de “exército industrial de reserva” (*industrielle Reservearmee*, no alemão). Em traduções e debates mais recentes, tem-se preferido a expressão “exército de reserva de trabalho” (*reserve army of labour*), como adotada pelo autor do presente artigo, por enfatizar que se trata de uma reserva de força de trabalho subordinada às necessidades gerais da acumulação capitalista, e não apenas ao setor industrial em sentido estrito. Essa formulação soa mais adequada ao capitalismo contemporâneo, marcado pela centralidade dos serviços, da informalidade e da financeirização, sem prejuízo do conteúdo teórico do conceito marxiano.

talismo, enquanto sistema autocontido, pode alcançar o pleno emprego de todos os “fatores de produção” por meio dos esforços do Estado em suplementar o funcionamento do mercado.

Em outras palavras, tanto as tradições ortodoxas quanto as heterodoxas da teoria econômica não marxista atualmente existentes enxergam apenas o lado “interno” do capitalismo. Elas sequer percebem a necessidade de uma região “externa”, isto é, de um espaço que contenha uma massa de trabalhadores desempregados, subempregados e em situação de desemprego disfarçado,² de modo que o risco de ser lançado nessa região aterrorize os trabalhadores empregados e sirva para incutir neles uma obediência à disciplina absolutamente essencial para a produção capitalista.

A razão pela qual a economia *mainstream* contemporânea e até mesmo seus críticos heterodoxos não veem a necessidade de uma região “externa” é que ambos não analisam a produção como algo *sui generis*, enxergando-a apenas como mera extensão da troca. Seu foco, em suma, reside no processo de troca que os mercados presumidamente realizam, e é aí que a análise deles para.

O que acontece depois que o capitalista compra matérias-primas e força de trabalho no mercado e adentra as instalações industriais não é algo que ocupa sua atenção. Na melhor das hipóteses, essa análise só abrange a produção em um mundo fictício, onde toda produção é artesanal, com cada artesão empregando apenas seu próprio trabalho, de modo que não há necessidade de estabelecer um arranjo separado para impor a disciplina do trabalho. Mas fora desse universo imaginário, e certamente para uma economia capitalista, tanto a economia *mainstream* quanto suas teorias críticas válidas e perspicazes, como a teoria keynesiana, claramente deixam a desejar.

Isso tem implicações importantes. A existência de um exército de reserva é necessária não apenas para a produção e não só para manter os salários reais em níveis baixos, como já foi observado, mas para garantir que os trabalhadores atuem como uma classe de tomadores de preço,³ fraca demais para exigir e obter salários nominais mais elevados, mesmo quando seus salários reais estão sendo corroídos.

Isso não significa que, caso o exército de reserva desaparecesse ou diminuísse, o sistema colapsaria imediatamente. Seu funcionamento, contudo, tornar-se-ia impossível ao longo do tempo – o que basicamente significa que a manutenção do pleno emprego no capitalismo é uma impossibilidade. A noção keynesiana de que as economias capitalistas podem manter o

²Desemprego disfarçado: descreve uma situação em que parte da força de trabalho está empregada em funções de baixíssima produtividade, com uma contribuição real nula ou próxima de zero para a produção total, de modo que, se essas pessoas fossem removidas de seus postos hoje, a produção total da economia não diminuiria.

³Tomadores de preço (*price-takers*): no contexto da economia política marxista, tomadores de preço são agentes econômicos — sobretudo trabalhadores, produtores individuais e pequenas empresas — que não detêm poder suficiente para influenciar a formação dos preços de mercado. Esses preços lhes são impostos externamente, como dados objetivos resultantes da concorrência e das leis gerais da acumulação capitalista. Diferentemente dos capitais dominantes ou monopolistas, os tomadores de preço devem ajustar seus custos reprodutivos às condições já estabelecidas no mercado, sob pena de exclusão econômica.

pleno emprego por meio da intervenção estatal na “gestão da demanda” é uma quimera, decorrente do fato de que Keynes via a deficiência da demanda agregada como a única causa para o desemprego involuntário.

Essa não é apenas uma reivindicação vazia. A ideia keynesiana, colocada em prática no período do pós-guerra, fracassou em 1968 com uma explosão dos salários nominais em todo o mundo capitalista avançado, o que, por sua vez, deu origem a uma explosão inflacionária, já que a sustentação das baixas taxas de desemprego acabou com o papel dos trabalhadores como “tomadores de preço”. Por fim, essa explosão inflacionária, impulsionada pelos preços das commodities primárias, foi encerrada com Ronald Reagan e Margaret Thatcher, que acabaram com a “gestão da demanda” keynesiana e recriaram o desemprego em massa.

Se a manutenção do pleno emprego é impossível no capitalismo, então também o é a manutenção de um Estado de bem-estar social. As medidas do Estado de bem-estar tornam menos intolerável a posição do exército de reserva e, conseqüentemente, a punição para o trabalhador que foi “mandado embora” por supostamente violar a disciplina do trabalho é menos severa. Tais medidas, portanto, minam a disciplina do trabalho dentro do sistema capitalista; além disso, elas fortalecem o poder de barganha dos trabalhadores, enfraquecendo assim seu papel como “tomadores de preço”. Essas medidas, evidentemente, podem vigorar durante algum tempo, mas a ação deliberada dos capitalistas será sempre no sentido de corroê-las.

Nos anos de 1950 e início dos anos 1960, houve muita discussão sobre se “o capitalismo tinha mudado”, se ele havia alterado sua natureza predatória para um capitalismo de bem-estar social – muitos acreditaram que sim. A imposição do neoliberalismo, no entanto, mudou a sorte dos trabalhadores até mesmo nos países de capitalismo avançado, e essa imposição era imanente ao sistema.

Conclui-se daí que todas as tentativas de “reformular” o capitalismo e torná-lo mais “humano” estão fadadas ao fracasso. Uma sociedade mais “humana” só pode ser construída com a superação do capitalismo, inaugurando um sistema no qual os meios de produção sejam de propriedade social.

INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO IRRACIONAL

*Fernando Nogueira da Costa**

No livro *Previsivelmente Irracional*, publicado em 2008, Dan Ariely apresenta a ideia central de nossas decisões financeiras e cotidianas não serem aleatórias, mas sim marcadas por *erros sistemáticos e previsíveis*. Diferente da economia convencional, com o pressuposto de sermos “máquinas racionais de cálculo”, Ariely demonstra através de experimentos sermos influenciados por forças invisíveis — como emoções, relatividade e normas sociais — e elas nos levam a agir contra nossos próprios interesses econômicos.

Apresento, em seguida, as principais ideias sobre finanças e comportamento humano extraídas deste livro. A primeira diz respeito à verdade sobre a relatividade e o *efeito chamariz*. O ser humano raramente escolhe coisas em termos absolutos, pois não temos um medidor interno de valor. Nós nos focamos nas vantagens relativas de uma opção em relação a outra.

O *Decoy Effect* é usado quando empresas ofertam uma opção propositalmente inferior para tornar outra opção mais atraente. Por exemplo, ao oferecer uma assinatura de revista “impressa” pelo mesmo preço de uma “impressa + digital”, a empresa induz o consumidor a escolher a opção combinada, fazendo-a parecer uma “pechincha” diante o preço elevado propositalmente da “impressa”.

Nossas decisões de compra são fortemente influenciadas por âncoras, isto é, preços iniciais aceitos. Embora o primeiro preço aceito possa ser arbitrário (como os últimos dígitos do seguro social influenciando lances em um leilão), uma vez estabelecido na mente, essa âncora nominal molda o disposto a pagar por produtos futuros e relacionados.

Outro viés heurístico é chamado de auto-rebanho ou a própria manada (*self-herding*). Tendemos a “fazer fila atrás de nós mesmos”. Se entramos uma vez em uma cafeteria cara (como a *Starbucks*) e gostamos, passamos a repetir esse comportamento, transformando uma decisão arbitrária em um hábito de longo prazo.

O preço zero (“custo do grátis”) não é apenas mais um desconto. Ele é um gatilho emocional irracional. As pessoas frequentemente escolhem um item gratuito de menor valor em vez de um item muito superior, embora custe pouco, apenas pelo medo intrínseco de perder. O “grátis” nos cega para as desvantagens de uma transação.

Vivemos em dois mundos simultâneos: um regido por *normas sociais* (favores, calor humano, sem pagamentos imediatos) e outro por *normas de mercado* (preços, salários, trocas precisas). Introduzir dinheiro em uma interação social (como oferecer pagamento à sogra por um jantar de Ação de Graças) viola as normas sociais e pode destruir relacionamentos. As pessoas costumam trabalhar mais arduamente por uma causa social em lugar de ser por um salário baixo. Emocionalmente, aquele trabalho gratuito vale mais. . .

*Professor Titular do IE-UNICAMP. Baixe seus livros digitais em “Obras (Quase) Completas”: <http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/>Email: fernandonogueiracosta@gmail.com. Artigo publicado originalmente no site Jornal GGN em 27.01.2026.

Ariely aborda por qual razão falhamos em cumprir metas de longo prazo, como poupar dinheiro ou fazer dieta. Nós sucumbimos à gratificação imediata em detrimento dos objetivos futuros. A solução proposta é *o pré-compromisso*: criar ferramentas de autocontrole capazes de limitarem nossa liberdade de escolha no futuro, como prazos rígidos ou cartões de crédito com bloqueio de gastos excessivos. Esta protelação seria uma forma de autocontrole.

O alto preço da posse é denominado *efeito de doação*. Nós sobrevalorizamos o possuído. Quando somos donos de algo, focamos no *possível de perder*(a posse) em vez de no *possível de ganhar*(o dinheiro da venda). Isso cria um abismo de preços entre compradores e vendedores.

O poder do preço se refere ao *efeito placebo*. O preço de um produto altera a nossa expectativa, e, por sua vez, altera a nossa experiência física. Em seus experimentos, Ariely descobriu um analgésico de 2,50 dólares era percebido como muito mais eficaz diante o mesmo medicamento rotulado com o preço de 0,10 dólares. Nossa mente obtém exatamente o esperado...

Quanto à *relação entre desonestidade e dinheiro*, a maioria das pessoas é capaz de “trapacear só um pouquinho”. No entanto, a desonestidade aumenta drasticamente quando estamos lidando com *objetos não monetários*(como fichas, lápis ou ações) em vez de *dinheiro vivo*. O dinheiro nos devolve a sensatez moral, enquanto objetos a um passo de distância do dinheiro facilitam a racionalização do roubo.

Para entender a visão de Ariely, imagine um navio com um sistema de navegação sempre desviando cinco graus para a esquerda quando encontra uma corrente quente. Se o capitão não souber desse defeito sistemático (nossa irracionalidade), ele nunca chegará ao destino certo. Ariely nos ensina a reconhecer esses “desvios” para podermos ajustar o leme de nossas finanças.

Um psicólogo não é “necessariamente” individualista metodológico. Mas as Finanças Comportamentais, se levadas a sério como Economia e não como Psicologia Aplicada, exigem uma *virada holista e sistêmica*. O problema é essa virada não ter sido plenamente realizada na literatura dominante.

O psicólogo adotar necessariamente o individualismo metodológico vale apenas para certas tradições da psicologia, sobretudo o behaviorismo clássico, a psicologia cognitiva experimental e a psicometria aplicada. Mas há tradições inteiras explicitamente holistas ou relacionais-sistêmicas, como a psicologia social, a psicologia histórico-cultural, a psicologia institucional, psicodinâmica social, psicologia ecológica e sistêmica. Logo, individualismo metodológico não é um destino disciplinar, mas uma escolha epistemológica.

As Finanças Comportamentais nasceram como uma correção micropsicológica da teoria da decisão neoclássica. Mantiveram o indivíduo como unidade de análise, substituíram “agente racional” por “agente enviesado” (ou “previsivelmente irracional”) e continuaram buscando a melhor decisão individual possível, agora “corrigida”. Nesse sentido, elas permanecem

presas ao individualismo metodológico, mesmo quando incorporam psicologia.

O ponto de ruptura lógico (raramente assumido) se dá quando afirmo a pluralidade de decisões descentralizadas, descoordenadas e desinformadas, embora interativas, descrever exatamente um sistema não possível de ser explicado pela soma das decisões individuais. Ele gera propriedades emergentes, produz dinâmicas macro não intencionais e retroage sobre os próprios agentes.

Isso é, por definição: holismo metodológico mais teoria da emergência sistêmica complexa. Nesse ponto, a unidade de análise deixa de ser o indivíduo e passa a ser o mercado, o circuito financeiro, o regime monetário, o ciclo de expectativas e a arquitetura institucional.

A inconsistência interna das Finanças Comportamentais ocorre por um paradoxo central quando dizem, implicitamente, “os indivíduos são sistematicamente irracionais, enviesados e imitativos, mas o sistema resultante dessas interações continua sendo analisado como se fosse uma agregação de decisões individuais”.

Isso é epistemologicamente inconsistente. Se decisões são imitativas, expectativas são endógenas, informação é socialmente produzida e preços retroagem sobre crenças, então, não faz sentido teorizar ‘a melhor decisão individual’ fora do contexto sistêmico.

Seria uma virada correta das Finanças Comportamentais a mudança da pergunta fundamental. A *pergunta equivocada dominante* é “como o indivíduo deveria decidir melhor?” A pergunta correta sistêmica é “como padrões comportamentais coletivos, sob determinadas instituições, produzem dinâmicas macrofinanceiras específicas?” Em inglês, seria sair de *normative decision theory* (teoria normativa da decisão) para *evolutionary macro-behavioral theory* (teoria macrocomportamental evolutiva).

Nesse quadro, o psicólogo econômico não é um engenheiro de decisões individuais, mas um analista de formação social das expectativas, dinâmicas de manada, narrativas financeiras, regimes de confiança, memória inflacionária, aprendizagem coletiva sob incerteza radical. Ele se aproxima muito mais de Minsky, de Keynes (cap. 12 da *Teoria Geral*), de Shiller (“narrativas”), de Simon (racionalidade limitada), em vez de Kahneman ou Ariely, lido como manual de “*nudges*”.

A consequência crucial seria o abandono da teoria da “melhor decisão”, porque em sistemas financeiros complexos não existe “melhor decisão” fora do contexto. Decisões racionais individualmente podem ser desastrosas coletivamente. Estabilidade micro pode gerar instabilidade macro conforme mostrou Minsky. Portanto, a tarefa teórica central não é prescritiva, mas evolutiva e contextual. Trata-se de explicar como certos regimes financeiros emergem, por quais razões se tornam instáveis, e quais arquiteturas institucionais canalizam ou amplificam vieses coletivos.

Enfim, descartemos a ideia de psicologia exigir sempre o individualismo metodológico e a de Finanças Comportamentais deveriam se limitar a “corrigir decisões individuais”.

Adotemos uma abordagem coerente exigente do holismo metodológico. O objeto real é a evolução do contexto macro sistêmico, não a otimização individual. Isso recoloca as Finanças Comportamentais como parte da Economia Política da Instabilidade, não como apêndice da microeconomia.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL CATARINENSE CAIU 0,8% EM NOVEMBRO DE 2025

*Gabriel Schwalbe Hoffmann**

A pesquisa sobre a Produção Industrial Mensal - PIM Regional - é realizada pelo IBGE desde a década de 1970 sintetizando um conjunto de indicadores de curto prazo relativos ao comportamento da produção real da indústria extrativa e de transformação. Para tanto, são produzidos índices mensais para 17 unidades da federação segundo o critério de que tais unidades federativas tenham participação de, no mínimo, 0,50% do total do valor da transformação nacional. Ressalta-se que no caso da região Nordeste é realizado um agregado regional, razão pela qual tal região figura junto com as unidades federativas na divulgação das informações, conformando o horizonte de 18 localidades pesquisadas.

Sobre essa pesquisa é importante levar em consideração o alerta de Bernardo Almeida, analista de pesquisa do IBGE, o qual esclarece que a soma dos resultados regionais não resulta automaticamente no resultado nacional, que é divulgado pela PIM Brasil, sempre na semana anterior. Isto porque uma parte da produção nacional não é vista pelos resultados regionais, uma vez que são pesquisadas apenas 15 localidades. Como as séries locais são formadas independentemente, o resultado nacional atua como parâmetro para a análise regional.

O mês de novembro de 2025 apresentou variação nula (0,0%) na produção industrial nacional em comparação com o mês anterior do mesmo ano, tomando como base a série com ajustes sazonais. O resultado nulo obtido em novembro, deixa evidente a dificuldade de crescimento da produção industrial nos onze meses de 2025. Contudo, na comparação com o mês anterior, 8 dos 15 locais pesquisados pelo IBGE obtiveram um movimento positivo. Mato Grosso e Espírito Santo apresentaram crescimento mais acentuado, seguidos por Paraná, Pernambuco, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e Região Nordeste.

Entre as principais categorias econômicas, na comparação com o mês anterior, bens de consumo duráveis, recuou (-2,5%) e assinalou a taxa negativa mais elevada em novembro de 2025. O segmento de bens intermediários (-0,6%) também apresentou variação negativa no mês de novembro. Por outro lado, os setores produtores de bens de capital (+0,7%) e de bens de consumo semi e não duráveis (+0,6%) mostraram avanços no presente mês.

No presente texto analisa-se o comportamento da produção física industrial no âmbito nacional no mês de novembro/25 para, posteriormente, fazer as análises específicas para o estado de Santa Catarina. O trabalho em questão, de periodicidade mensal, acompanha a evolução do setor industrial segundo as estratificações territoriais (UFs) e por atividades econômicas (grandes categorias/indústria geral) definidas pela PIM/IBGE segundo os parâmetros adotados na CNAE 2.0.

*Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (NECAT/UFSC). Email: gabriel17@gmail.com

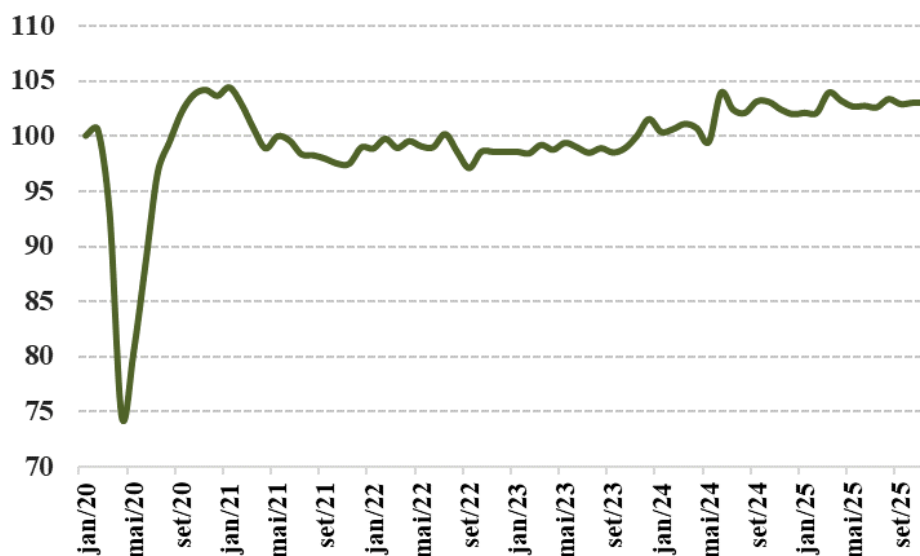
Indústria nacional estagnou no mês de novembro/2025

O Gráfico 1 evidencia a evolução do índice de produção física industrial no Brasil desde janeiro de 2020, destacando os impactos econômicos da pandemia de Covid-19. O primeiro semestre de 2020 foi marcado por uma queda abrupta na produção industrial, que, mesmo com uma recuperação inicial impulsionada por políticas públicas como o auxílio emergencial e o saque do FGTS, permaneceu distante dos melhores patamares registrados na década anterior. Esse quadro reflete um período prolongado de estagnação, agravado pela política monetária restritiva vigente até 2023, que elevou o custo do crédito e desestimulou os investimentos produtivos. Embora 2024 tenha sido marcado por certa resiliência na atividade industrial, os resultados ainda mostraram oscilações significativas: a produção industrial nacional acumulou alta de (+3,1%) no ano, mas encerrou dezembro com nova retração de (-0,3%) frente ao mês imediatamente anterior, consolidando a desaceleração observada no último trimestre. Esse desempenho reflete o impacto do crédito caro, especialmente sobre os investimentos, além das incertezas fiscais que limitaram uma recuperação mais robusta do setor.

Ao longo de 2024, a produção industrial apresentou oscilações entre pequenos avanços e recuos. Um exemplo marcante foi o forte crescimento de junho (+4,3%), seguido por queda em julho (-1,5%) e estabilidade em agosto (+0,2%). Essa trajetória instável continuou com leve alta em setembro (+0,9%), retração em outubro (-0,2%), nova queda em novembro (-0,7%) e recuo em dezembro (-0,3%), resultando em um desempenho negativo no último trimestre do ano.

O primeiro semestre de 2025 manteve um cenário de instabilidade, com taxas de crescimento próximas de zero nos dois primeiros meses do ano. Em março, contudo, a produção industrial apresentou um avanço expressivo de (+1,8%), indicando uma possível retomada do crescimento. Contudo nos meses seguintes, abril, maio, junho e julho o setor voltou a registrar resultados negativos ou ínfimos, que variam de (+0,1%) a (-0,7%). Em agosto, entretanto, o movimento se inverteu: a produção industrial cresceu (+0,7%), mostrando um leve fôlego para o setor. Contudo nos meses de setembro, outubro e novembro as taxas de crescimento voltaram a apresentar valores adversos da ordem de (-0,4%), (+0,1%) e (0,0%) respectivamente, deixando claro a persistente dificuldade em alcançar um crescimento consistente ao longo de 2025. Dificuldade essa que já vem ocorrendo desde 2024, quando as taxas também foram pouco expressivas. Entre os fatores que continuam limitando a expansão industrial estão o elevado custo do crédito e as baixas expectativas quanto à redução da taxa Selic.

Gráfico 1 - Índice de produção física com ajuste sazonal, Brasil, novembro de 2025
(jan/2020 = 100)



Fonte: IBGE, Pesquisa Industrial Mensal – PF. Elaboração: NECAT/UFSC

A Tabela 1 mostra a evolução da produção industrial brasileira ao longo dos últimos doze meses, considerando os diferentes períodos analisados pelo IBGE. Na variação mês contra mês anterior, é visível a dificuldade de consolidação do crescimento da indústria, já que março de 2025 (+1,8%) foi o único mês com expansão relevante desde setembro de 2024 (+0,9%), impulsionada por resultados positivos em três das quatro grandes categorias econômicas. Nos outros meses, prevaleceram quedas ou altas pouco significativas. O desempenho de setembro de 2025, em relação ao mês anterior, mostrou novamente a tendência de queda da produção industrial com uma taxa de (-0,4%). Outubro, por outro lado voltou a apresentar taxa positiva apesar de tímida (+0,1%) e por fim em novembro a produção física nacional permaneceu estagnada (0,0%), o que reforça o comentário da análise do gráfico 1. A produção industrial no ano de 2025 vem apresentando sérias dificuldades de crescimento no âmbito nacional.

Na comparação com novembro de 2024, a indústria recuou (-1,2%) em novembro de 2025, com 9 dos 18 locais pesquisados registrando queda. Vale mencionar que novembro de 2025 (19 dias) teve o mesmo número de dias úteis que igual mês do ano anterior. Como destaques negativos, Mato Grosso do Sul (-13,9%) e Pará (-11,6%) obtiveram recuos de dois dígitos e os mais acentuados nesse mês, pressionados, principalmente, pelo comportamento negativo observado nas atividades de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (álcool etílico), no primeiro local; e de indústrias extrativas (minérios de ferro e de manganês – em bruto ou beneficiados), no segundo. Como destaque positivo o estado do Espírito Santo acumulou crescimento de (+36,8%) impulsionada principalmente pela indústria extrativa. É válido mencionar que a base de comparação é baixa visto que o setor produtivo do ES recuou (12%)

no mês de novembro de 2024.

Ao se analisar o acumulado anual (jan/25– nov/25) a situação é um pouco menos delicada. Houve expansão de (+0,6%), com resultados positivos em 11 dos 18 locais pesquisados, com resultados positivos em duas das quatro grandes categorias econômicas, 15 dos 25 ramos, 42 dos 80 grupos e 50,3% dos 789 produtos pesquisados. Espírito Santo (+10,8%), Rio de Janeiro (+4,6%) e Santa Catarina (+3,4%) assinalaram os avanços mais acentuados para os onze meses do ano, impulsionados, em grande parte, pelas atividades de indústrias extrativas (óleos brutos de petróleo e gás natural) no primeiro local, no segundo; de produtos alimentícios, máquinas, aparelhos e materiais elétricos e máquinas e equipamentos no último. Ainda que o resultado do acumulado anual seja positivo são notáveis as quedas consecutivas do acumulado anual de maio a novembro, inclusive podendo ser notado um recuo de (-1,2%), o que evidencia uma tendência de queda do acumulado.

No acumulado dos últimos 12 meses, a produção industrial cresceu (+0,7%), mas prosseguiu assinalando perda de ritmo frente aos índices dos meses anteriores. Em termos regionais, dez dos dezoito locais pesquisados registraram taxas positivas em novembro de 2025, mas onze apontaram menor dinamismo frente aos índices de outubro. Pará, Mato Grosso, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Santa Catarina, Ceará e Rio Grande do Norte assinalaram as principais perdas entre outubro e novembro de 2025, enquanto Espírito Santo e Rio de Janeiro mostraram os ganhos mais acentuados entre os dois períodos.

Tabela 1 - Variação da produção física industrial no Brasil em diversos períodos

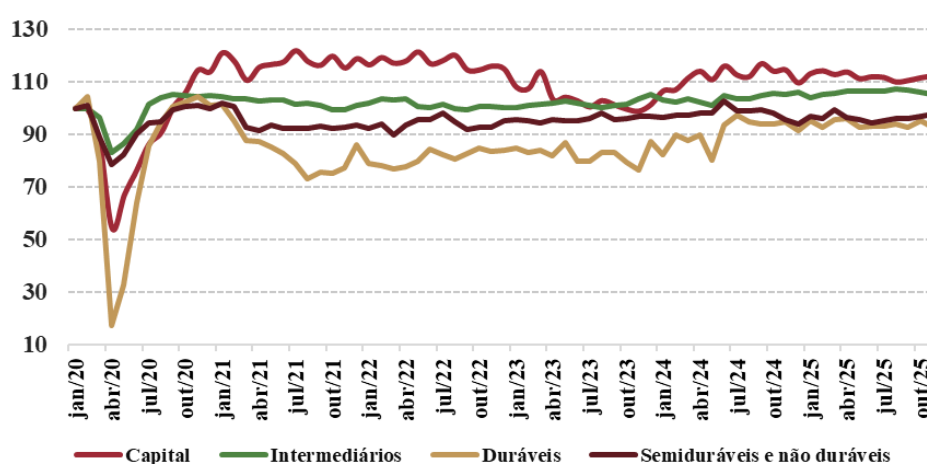
Mês	Mês/Mês anterior (1)	Mês/Mês ano anterior (2)	Acumulado anual (3)	Acumulado doze meses (4)
dez/24	-0,4	1,4	3,1	3,1
jan/25	0,1	1,3	1,3	2,9
fev/25	0	1,2	1,2	2,6
mar/25	1,8	3,5	2	3,1
abr/25	-0,7	-0,5	1,4	2,4
mai/25	-0,5	3,4	1,8	2,8
jun/25	0,1	-1,3	1,2	2,4
jul/25	-0,1	0,3	1,1	1,9
ago/25	0,7	-0,7	0,8	1,6
set/25	-0,4	2	1	1,5
out/25	0,1	-0,5	0,8	0,9
nov/25	0	-1,2	0,6	0,7

Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC

- (1) Base: mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal; (2) Base: mesmo mês no ano anterior;
 (3) Base: mesmo período no ano anterior; (4) Base: período anterior de 12 meses.

O conjunto das grandes categorias econômicas é apresentado no Gráfico 2. Na comparação com o mês imediatamente anterior, os bens de consumo duráveis apresentaram a maior taxa negativa em novembro de 2025, ao recuarem (-2,5%), eliminando parte da expansão de (+2,8%) observada no mês precedente. O setor produtor de bens intermediários também registrou resultado negativo (-0,6%), configurando o terceiro mês consecutivo de queda na produção, período no qual acumulou perda de (-1,8%). Em sentido oposto, os segmentos de bens de capital (+0,7%) e de bens de consumo semi e não duráveis (+0,6%) registraram taxas positivas em novembro de 2025, sendo que o primeiro avançou (+2,1%) ao longo de três meses consecutivos de crescimento, enquanto o segundo acumulou ganho de (+1,5%) no intervalo entre outubro e novembro de 2025. Esse comportamento mostra, mais uma vez, os efeitos das elevadas taxas de juros que restringem a produção de bens de maior complexidade e contribuem para a desaceleração do desempenho da indústria como um todo.

Gráfico 2 - Índice de produção física com ajuste sazonal, categorias de uso, Brasil, (jan/20 – nov/25) (jan/2020 = 100)



Fonte: IBGE, Pesquisa Industrial Mensal – PF. Elaboração: NECAT/UFSC

A média móvel trimestral é um indicador que suaviza oscilações mensais ao calcular a média dos últimos três meses, permitindo observar tendências de curto prazo com maior clareza. Na série com ajuste sazonal, considerando o comportamento desse índice na margem, dentre as grandes categorias econômicas, os bens intermediários (-0,6%) e os bens de consumo duráveis (-0,4%) apresentaram taxas negativas em novembro de 2025, sendo que o primeiro aprofundou a perda de (-0,2%) registrada em outubro, enquanto o segundo eliminou parte do avanço de (+0,7%) observado no mês anterior. Em contrapartida, os segmentos de bens de capital (+0,7%) e de bens de consumo semi e não duráveis (+0,5%) registraram resultados positivos em novembro de 2025, com o primeiro interrompendo a trajetória de queda iniciada

em abril de 2025 e o segundo assinalando o quarto mês consecutivo de crescimento, período em que acumulou expansão de (+1,9%).

As variações por categorias de uso em novembro de 2025 estão detalhadas na tabela 2. Na comparação mês/mês anterior, duas das quatro grandes categorias registraram avanços: bens de capital (+0,7%) e bens de consumo semi e não duráveis (+0,6%). Por outro lado, os setores de bens intermediários e de bens de consumo duráveis registraram taxas negativas de crescimento, com (-0,6%) e (-2,5%), respectivamente. As perdas do mês de novembro podem ser explicadas, em grande medida, pela queda nos setores de veículos automotores, reboques e carrocerias (-1,6%), de produtos químicos (-1,2%), de produtos alimentícios (-0,5%) e de bebidas (-2,1%).

Em novembro de 2025, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, a indústria apresentou um desempenho negativo mais intenso, com queda em 3 das 4 grandes categorias econômicas, em 16 dos 25 ramos, em 51 dos 80 grupos e em 54,4% dos 789 produtos pesquisados. Entre as atividades, os principais impactos negativos sobre o resultado total da indústria vieram dos setores de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-9,2%) e de veículos automotores, reboques e carrocerias (-7,0%). Esses resultados foram influenciados principalmente pela menor produção de óleo diesel, querosene de aviação, álcool etílico e gasolina automotiva, no primeiro caso, e de caminhões, automóveis, reboques, semirreboques e autopeças, no segundo. Também contribuíram para o desempenho negativo os setores de produtos de metal, produtos químicos, produtos de madeira, bebidas, máquinas e materiais elétricos, artefatos de couro e calçados, equipamentos de informática e eletrônicos, além de móveis, todos com taxas negativas no período. Os dados das subcategorias serão apresentados na tabela 3.

Tabela 2 - Variação da atividade industrial do Brasil em vários períodos, categorias de uso, em novembro de 2025

Categorias	Mês/Mês anterior (1)	Mês/igual mês ano anterior (2)	Acumulado no ano (3)	Últimos doze meses (4)
Bens de capital	0,7	-4,9	-1	-0,2
Bens intermediários	-0,6	-1,2	1,7	1,7
Consumo duráveis	-2,5	-6,2	3	3,4
Consumo semi e não duráveis	0,6	0,1	-2,2	-2,2

Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC

(1) Base: mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal; (2) Base: mesmo mês no ano anterior;

(3) Base: mesmo período no ano anterior; (4) Base: período anterior de 12 meses.

Entre as grandes categorias econômicas, o desempenho acumulado dos onze primeiros meses de 2025 revelou maior dinamismo dos bens de consumo duráveis (+3%) e dos bens intermediários (+1,7%), com 15 dos 25 ramos, 42 dos 80 grupos e 50,3% dos 789 produtos

pesquisados. Entre as atividades, as principais influências positivas no total da indústria foram registradas nas indústrias extrativas (+4,7%), produtos alimentícios (+1,2%) e máquinas e equipamentos (+5,2%), impulsionadas, principalmente, pela maior produção dos itens óleos brutos de petróleo, na primeira comparação; carnes de bovinos congeladas, frescas ou refrigeradas, pães, carnes de suínos congeladas, frescas ou refrigeradas, produtos embutidos ou de salamiaria e outras preparações de carnes de suínos, queijos, carnes e miudezas de aves congeladas, tortas, bagaços e farelos da extração do óleo de soja, leite condensado e preparações e conservas de peixes, na segunda; e tratores agrícolas, máquinas para limpeza e seleção de grãos, aparelhos de ar-condicionado de paredes, de janelas ou transportáveis (inclusive os do tipo “split system”), ferramentas hidráulicas de motor não elétrico de uso manual, aparelhos elevadores ou transportadores para mercadorias, máquinas para perfuração e sondagem usadas na prospecção de petróleo, máquinas ou aparelhos para o setor agrícola e de pecuária, lingoteiras para fundição, máquinas para colheita e carregadoras-transportadoras, na terceira comparação.

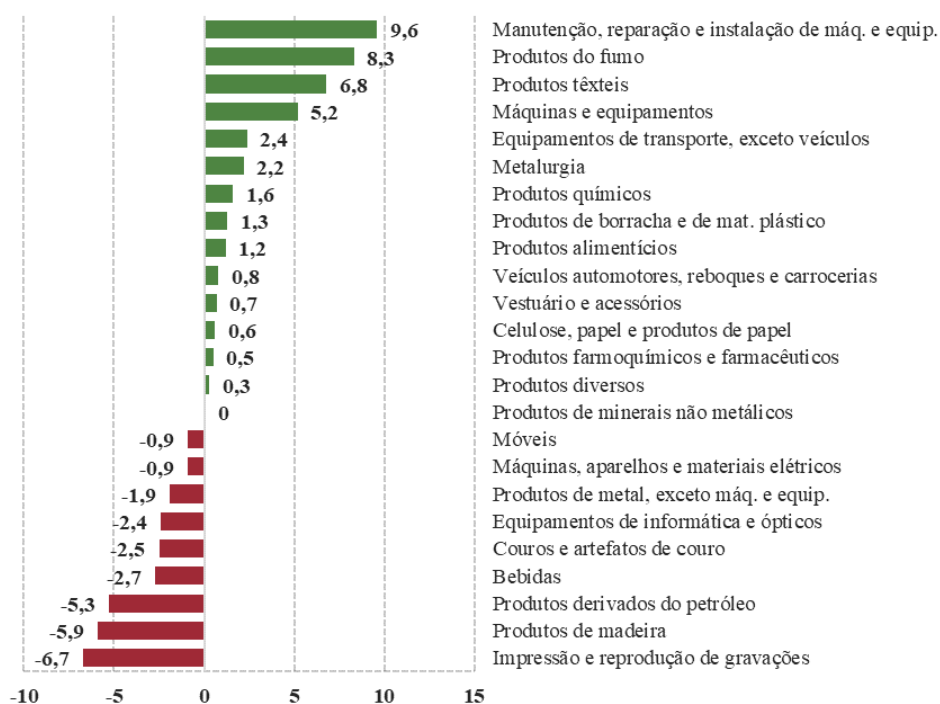
Por fim, nos últimos doze meses, é possível notar um desempenho moderadamente positivo da indústria, porém marcado por contrastes entre os diferentes macrossetores. O segmento de bens de consumo duráveis apresentou o melhor resultado, com alta de (+3,4%), refletindo a melhora gradual da confiança do consumidor. Na sequência, os bens intermediários registraram crescimento de (+1,7%), indicando algum avanço nos investimentos produtivos, ainda que limitado pelas persistentes taxas de juros elevadas. Em sentido oposto, os segmentos de bens de consumo semi e não duráveis e de bens de capital apresentaram queda no acumulado dos últimos doze meses, com taxas negativas de (-2,2%) e (-0,2%), respectivamente, impactados por fatores climáticos e pela redução na produção de alimentos, o que reforça o caráter mais vulnerável dessa categoria diante de choques de oferta e demanda. Os resultados obtidos no presente mês mostram uma visível retração da maioria dos macrossetores nos diferentes períodos em comparação à análise feita nos meses anteriores, o que levanta novamente a questão da dificuldade de crescimento da indústria do Brasil.

Com base nos dados apresentados no Gráfico 3, é possível notar que a produção física acumulada anual da indústria de transformação no mês de novembro/25 teve taxas menores comparadas com meses anteriores. Os segmentos que mais impulsionaram a indústria no acumulado anual foram os manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (+9,6%) seguido de produtos de fumo (+8,3%) e logo na sequência produtos têxteis (+6,8%). É importante ressaltar que o setor de produtos têxteis se manteve como o setor com maior crescimento até maio de 2025, contudo no presente mês de análise o setor foi fortemente rebaixando, passando de um crescimento de (+10,3%) em outubro para (+6,8%) em novembro, assim sendo o setor com maior queda entre todos os setores analisados. Ao todo 14 dos 24 setores obtiveram resultados positivos.

Na comparação entre janeiro-novembro de 2025 e igual período de 2024, nove seg-

mentos acumularam retração e um apresentou estagnação (dois a menos caso comparado com o mês anterior). O recuo mais significativo veio de impressão e reprodução de gravações (-6,7%), seguido por produtos de madeira (-5,9%) e o setor de produtos derivados do petróleo (-5,3%). De modo geral, o gráfico aponta para uma queda geral da indústria. Setores mais ligados a bens de capital mostram resultados melhores, enquanto áreas mais ligadas ao consumo interno ou afetadas por sazonalidades continuam apresentando desempenho mais fraco. Outra questão relevante a se levantar é a quantidade de setores presentes na zona negativa na análise do acumulado anual. É possível notar que no último semestre de 2025 os resultados estão sendo pouco favoráveis para a indústria, com muitos setores na faixa negativa e os setores que apresentam resultados positivos, em sua maioria, são resultados pouco expressivos, com valores orbitando (+1%).

Gráfico 3 - Produção física industrial, setores de atividades, Brasil, acumulado anual comparado com o mesmo período do ano anterior (jan / nov -2025)



Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC

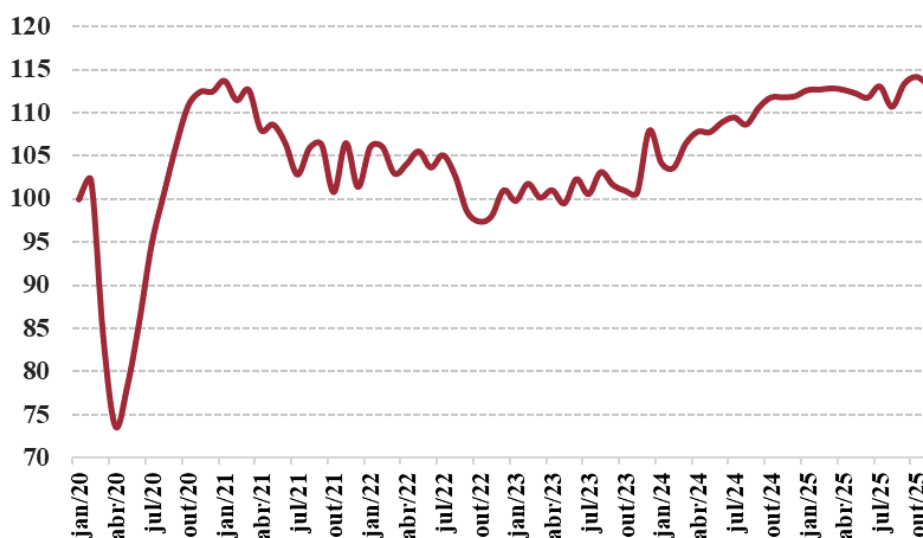
Produção industrial catarinense reduziu -0,8% em novembro de 2025

O Gráfico 4 ilustra a evolução do índice de produção física da indústria de Santa Catarina entre janeiro de 2020 e novembro de 2025. Vale lembrar que a crise econômica de 2014 a 2016 já havia provocado uma forte retração nesse indicador, com efeitos mais profundos até mesmo do que os da crise de 2008. Entre 2017 e 2019, o setor viveu uma recuperação lenta

e contínua, que foi interrompida com o início da pandemia de Covid-19, no começo de 2020. A produção industrial catarinense sofreu uma queda acentuada no primeiro semestre daquele ano, acompanhando a tendência nacional. Porém, a retomada iniciada a partir de agosto de 2020 foi mais intensa em Santa Catarina do que no restante do país, o que fez com que o índice estadual se mantivesse acima da média nacional até o final de 2022. Após um curto período de aproximação no início de 2023, os índices voltaram a se distanciar, com a indústria catarinense voltando para uma trajetória superior à da indústria brasileira.

No acumulado de 2024 até dezembro, o descolamento se acentuou, com a indústria catarinense registrando crescimento de (+7,5%) no ano, mostrando maior dinamismo produtivo em relação ao resultado nacional. Esse cenário se modificou no ano de 2025 uma vez que em janeiro (+0,6%) as taxas de crescimento começaram a se reduzir. Este movimento se consolidou nos meses seguintes com fevereiro (+0,1%), março (+0,2%), abril (-0,2%), maio (-0,4%), junho (-0,4%), e julho, que registrou o primeiro crescimento relevante dos cinco primeiros meses (+1,2%), agosto contudo voltou a registrar queda acentuada (-2,1%) e no mês de setembro houve uma resiliência maior, com crescimento de (+2,4%) e outubro com (+0,7%). Finalmente, no mês de novembro o resultado da produção industrial catarinense foi oposto ao analisado no mês anterior, com queda de (-0,8%), consolidando-se como o quinto local com a maior taxa de retração em relação ao mês anterior. Dessa forma o desempenho oscilatório visto nos últimos meses reforça a dificuldade da indústria estadual em sustentar o ritmo de crescimento, permanecendo fortemente condicionada às oscilações da indústria e da demanda nacional que também não apresentou taxa positiva no presente mês da análise.

Gráfico 4 - Índice de produção física com ajuste sazonal, Santa Catarina, 2020 - nov/25
(jan/2020 = 100)



Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC

A Tabela 3 apresenta as variações mensais da produção física industrial catarinense em diferentes períodos entre dezembro de 2024 e novembro de 2025. Na comparação com o mês anterior, os resultados mostram desempenho positivo apenas em janeiro, fevereiro, março, julho, setembro e por fim outubro com crescimentos de respectivamente (+0,6%), (+0,1%), (+0,2%), (+1,2%), (+2,4%) e (+0,7%). Cinco dos onze primeiros meses de 2025 revelaram taxas de crescimento negativas, o mês de agosto, apresentou a pior variação (-2,1%) desde janeiro de 2024, onde obteve resultado negativo de (-3,4%). No mês de novembro o resultado não foi diferente, com queda significativa de (-0,8%) O resultado negativo da indústria pode ser explicado pelo ambiente de juros elevados, que restringe o acesso ao financiamento, pressiona os custos operacionais e reduz o consumo de produtos manufaturados assim como já mencionado anteriormente. Junto a isso, é possível notar menor absorção externa, especialmente por mercados estratégicos como Estados Unidos e China, fator que tem prejudicado ramos da indústria catarinense mais intensivos em valor agregado.

Com relação às variações referentes ao mesmo mês do ano anterior, os maiores avanços ocorreram em outubro de 2024 (+12,5%) e novembro de 2024 (+7,4%), sinalizando forte recuperação no segundo semestre de 2024. Já em 2025, o crescimento perdeu força: janeiro (+8,6%) e março (+9,2%) mantiveram expansão elevada, mas abril (+0,1%), maio (+4,3%), junho (+3,3%), julho (+3,4%) e finalmente agosto (-1,8%) indicaram clara trajetória de desaceleração que também pode ser explicado pela base forte de comparação, visto que, 2024 apresentou altas taxas de crescimento no segundo semestre. O mês de setembro (+5,3%) trouxe um resultado levemente compensatório com relação aos meses anteriores, mas o mês de outubro retornou com resultados fracos para a indústria (+1,9%). Finalmente no mês de novembro a indústria catarinense obteve queda de (-1,4%) com relação a novembro de 2024, o que levanta novamente as questões já mencionadas da dificuldade de crescimento estável da indústria estadual.

No acumulado do ano, a indústria catarinense iniciou em alta (+8,6% em janeiro de 2025), mas foi perdendo a força de crescimento ao longo dos meses seguintes, até atingir (+3,4%) em novembro. Esse movimento mostra que, embora o setor tenha entrado em 2025 em ritmo acelerado, possivelmente impulsionado pela demanda maior por conta da sazonalidade, a capacidade de expansão vem reduzindo de forma muito clara desde o mês de março.

Tabela 3 - Variação da produção física industrial em Santa Catarina em diversos períodos

Mês	Mês/Mês anterior (1)	Mês/Mês ano anterior (2)	Acumulado anual (3)	Acumulado doze meses (4)
dez/24	0,1	6,5	7,5	7,5
jan/25	0,6	8,6	8,6	7,5
fev/25	0,1	6,4	7,5	7,5
mar/25	0,2	9,2	8,1	8,5
abr/25	-0,2	0,1	6	7,1
mai/25	-0,4	4,3	5,6	6,8
jun/25	-0,4	3,3	5,2	6,9
jul/25	1,2	3,4	4,9	6,1
ago/25	-2,1	-1,8	4	5,6
set/25	2,4	5,3	4,2	5,4
out/25	0,7	1,9	3,9	4,5
nov/25	-0,8	-1,4	3,4	3,6

Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC

- (1) Base: mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal; (2) Base: mesmo mês no ano anterior;
 (3) Base: mesmo período no ano anterior; (4) Base: período anterior de 12 meses.

O acumulado dos últimos 12 meses confirma a tendência das taxas acumuladas anuais: após alcançar (+8,1%) em março de 2025, o indicador caiu para (+3,6%) em novembro, apontando perda relativamente alta da atividade industrial. Assim, o quadro geral mostra que, apesar do forte desempenho no segundo semestre de 2024, a indústria catarinense enfrenta desaceleração considerável nos últimos seis meses, juntamente com o enfraquecimento do cenário industrial nacional.

O desempenho do conjunto dos setores de atividades de Santa Catarina em diferentes períodos de 2025 está descrito na Tabela 4. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, a indústria catarinense apresentou resultados distintos entre os setores. Dentre os segmentos com resultados positivos, o único setor que conquistou resultado relevante foi o de produtos de minerais não metálico. No trimestre analisado fica evidente a queda na produção de muitos segmentos, como por exemplo, os setores de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, metalurgia, produtos têxteis e produtos alimentícios, que obtiveram as maiores quedas entre os setores. Esses resultados em princípio podem ser explicados tanto pela menor produção segmentada no mês de novembro quanto pela base de comparação forte que foi 2024.

No acumulado de janeiro a novembro de 2025, os resultados apontam para uma forte retração de diversos setores ao comparar os três meses da tabela 4, visto que, apenas os setores de produtos de minerais não metálicos, produtos químicos, produtos de borracha e de produtos alimentícios aumentaram seu acumulado no trimestre analisado, nenhum outro setor apresentou

variação positiva. Ao analisar as perdas mais relevantes, os setores que aparecem são os de produtos de metal exceto máquinas e equipamentos, metalurgia e produtos de madeira. Portanto é visível a queda sistemática dos setores de produção de Santa Catarina principalmente os que mais utilizam bens de capital.

Tabela 4 - Produção Física Industrial de Santa Catarina por setores de atividades, variação mensal em relação ao mesmo mês do ano anterior / Acumulada do ano em comparação com o mesmo período do ano anterior

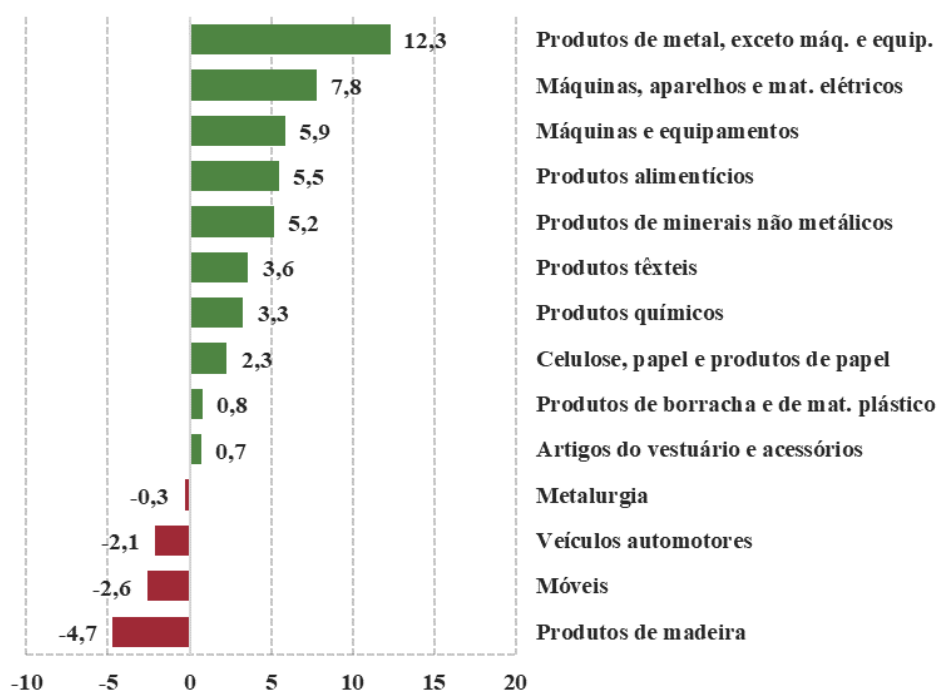
Setor de atividade	Mês/mesmo mês do ano anterior			Acumulada no ano		
	set/25	out/25	nov/25	set/25	out/25	nov/25
Produtos alimentícios	16,7	7,7	3,8	5,4	5,6	5,5
Produtos têxteis	7,6	4,7	-1,8	4,1	4,2	3,6
Artigos do vestuário e acessórios	2,6	-0,2	1,5	0,8	0,6	0,7
Produtos de madeira	-8,5	-11,8	-16,8	-2,5	-3,5	-4,7
Celulose e papel	7,5	2,8	1,7	2,3	2,3	2,3
Produtos químicos	9,2	4	6,7	2,9	3	3,3
Produtos de borracha e de mat. Plástico	-0,7	2,6	3	0,3	0,5	0,8
Produtos de minerais não metálicos	4,8	3,9	9,4	4,9	4,8	5,2
Metalurgia	-7,8	-19,3	-15,8	3,7	1,2	-0,3
Produtos de metal, exceto máq. e equip.	5,8	-0,2	-9,5	16,7	14,8	12,3
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	8,6	11,9	-7,4	9,3	9,6	7,8
Máquinas e equipamentos	3,1	1,2	2,5	6,8	6,2	5,9
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-14,7	-2,5	-11,9	-1	-1,2	-2,1
Móveis	-12	-22,5	-14,1	1,5	-1,5	-2,6

Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC

A consolidação desses resultados setoriais anteriormente mencionados é apresentada por meio do Gráfico 5, que compara quanto cresceu ou caiu um indicador de janeiro até o mês atual da análise, em relação a esse mesmo período do ano anterior. A análise mostra um cenário de crescimento generalizado ainda que em ritmos diferentes. Entre os 14 segmentos analisados, apenas os setores de produtos de madeira, móveis, veículos automotores e metalurgia apresentaram resultados negativos, com (-4,7%), (-2,6%), (-2,1%) e (-0,3%) respectivamente, todos os outros setores mostram resultados positivos, com destaque para produtos de metal (+12,3%), máquinas aparelhos e materiais elétricos (+7,8%), máquinas e equipamentos (+5,9%) e produtos alimentícios (+5,5%). Portanto, os dados atuais apresentaram divergências com as análises feitas nos meses anteriores, principalmente nos setores ligados a bens de capital, que veem decaindo sistematicamente.

Já na base do gráfico estão setores como com as maiores quedas, que já foram mencionados anteriormente. Ainda que com uma diminuição no acumulado anual entre a maioria dos segmentos, a maioria das taxas acumuladas mostram variações positivas com relação ao mesmo período de 2024, o que demonstra certa resistência do ramo industrial de Santa Catarina. Contudo, é importante destacar que a maioria dos ramos apresentaram queda em relação aos últimos cinco meses o que levanta um alerta sobre o quanto a indústria catarinense pode ser resiliente em relação a indústria nacional, que nos últimos meses vem enfrentando forte retração.

Gráfico 5 - Produção física industrial em Santa Catarina por setores de atividades, acumulado no ano (nov/25)



Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC

Considerações finais

A indústria brasileira encerrou novembro de 2025 estagnada e mantendo o padrão de instabilidade que vem caracterizando o setor desde o final de 2024. Apesar do crescimento considerável nos meses de março e agosto, os dados ainda mostram as dificuldades estruturais de retomada de um ciclo consistente de expansão. Os resultados dos últimos doze meses, embora positivos em termos gerais, indicam um crescimento tímido e desigual entre os macrossetores. De modo geral, o panorama industrial nacional continua limitado por entraves internos, como o elevado custo do crédito e a lentidão na redução da taxa Selic, que freiam investimentos e o consumo de bens de maior valor agregado. No cenário externo, a combinação entre o tarifaço norte-americano e a concorrência chinesa impõe desafios adicionais à competitividade da indústria brasileira, afetando setores estratégicos como siderurgia e bens intermediários.

Em Santa Catarina, os resultados reforçam o mesmo movimento presente no plano nacional. Depois de registrar quedas sucessivas e uma leve recuperação em julho, setembro e queda novamente na presente análise em novembro, a produção industrial ainda apresenta diversas taxas negativas ao longo de 2025, acumulando perda de dinamismo ao longo do ano. O estado, que havia se destacado positivamente até o final de 2024, agora enfrenta forte desaceleração em diversos segmentos tradicionais, como madeira, produtos de metal e veículos. Ainda assim, apesar das sucessivas quedas, os setores ligados à produção de bens de capital, como

máquinas e equipamentos, ainda mantêm desempenho relativamente sólido e com capacidade de frear a retração geral.

Assim, tanto em nível nacional quanto regional, o quadro industrial de 2025 é marcado por um crescimento frágil, desigual e dependente de fatores externos e de políticas internas que ainda não demonstraram força suficiente para sustentar uma recuperação consistente.

Referências bibliográficas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Mensal da Indústria. Produção Física (PIM). Rio de Janeiro (RJ): IBGE, novembro de 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Mensal da Indústria. Produção Física Regional (PIM Regional). Rio de Janeiro (RJ): IBGE, novembro de 2025.

IEDI – Instituto de Estudos para o Setor Industrial. Análise IEDI 12/01/26:
https://www.iedi.org.br/artigos/top/analise/analise_iedi_20260112_industria.html

FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. Análise econômica 14/01/26:
<https://observatorio.fiesc.com.br/publicacoes/producao-industrial-catarinense-recua-14-em-novembro>

SANTA CATARINA REGISTRA ESTABILIDADE NO VAREJO AMPLIADO EM NOVEMBRO DE 2025

*Rafael Nicolo Serra Ferreira**

A Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constitui um dos principais instrumentos para acompanhar a dinâmica conjuntural do comércio varejista no Brasil. O levantamento mensura a receita bruta de revenda em empresas formalmente registradas, com 20 ou mais empregados, cuja atividade principal está vinculada ao comércio. De caráter contínuo e com abrangência nacional, a pesquisa cobre as 27 Unidades da Federação, gerando indicadores mensais de volume de vendas e receita nominal, atualizados em séries históricas, atualmente tendo 2022 como ano-base. Além do varejo restrito, a PMC contempla ainda o varejo ampliado, que incorpora atividades como a comercialização de veículos, motocicletas, peças e materiais de construção.

O mês de novembro de 2025 foi marcado por um crescimento mais moderado no comércio varejista nacional, dando continuidade à trajetória positiva, porém com sinais de perda de fôlego em relação ao ritmo observado em outubro. O resultado indica que, embora o consumo se mantenha aquecido no curto prazo, o setor começa a sentir os efeitos de um cenário econômico mais desafiador, com a persistência de juros elevados e uma maior seletividade por parte dos consumidores, especialmente nos segmentos de maior valor agregado.

Em termos regionais, o desempenho manteve-se heterogêneo, com uma desaceleração mais evidente em alguns dos principais mercados do país. Em Santa Catarina, o comércio registrou um resultado de estabilidade, interrompendo a sequência de altas dos meses anteriores. Esse movimento alinha o estado à tendência nacional de arrefecimento e reflete uma acomodação natural da demanda após um período de crescimento mais intenso.

O presente texto analisa o comportamento do volume de vendas do comércio no âmbito nacional, referente a novembro de 2025, com ênfase especial no varejo ampliado, para posteriormente aprofundar a análise sobre o desempenho do setor em Santa Catarina. Este acompanhamento, de periodicidade mensal, baseia-se nos dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE, seguindo suas estratificações territoriais e por atividade econômica, conforme os parâmetros da CNAE 2.0.

Varejo ampliado mantém crescimento, mas com sinais de desaceleração

O gráfico 1 ilustra a trajetória do índice de volume de vendas do comércio varejista ampliado, com ajuste sazonal, cobrindo o período de janeiro de 2020 a novembro de 2025. A série histórica evidencia os distintos ciclos econômicos vivenciados pelo comércio brasileiro, marcados por fases alternadas de retração, retomada e estabilidade.

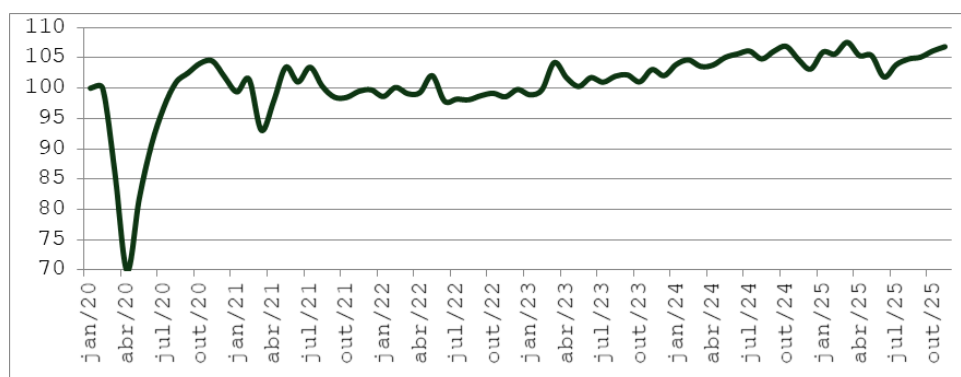
*Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (NECAT/UFSC). Email: rafaelnserra@gmail.com

No início de 2020, nota-se o impacto severo da pandemia de COVID-19, que provocou uma forte contração nas vendas devido às medidas de isolamento social. Em seguida, houve uma expressiva recuperação ao longo do segundo semestre. Em 2021, o setor operou em um patamar mais regular, ainda sujeito a oscilações pontuais durante o período de reabertura econômica. O avanço da vacinação em 2022 impulsionou a normalização das atividades comerciais, resultando em um ambiente mais estável de consumo.

Durante 2023, o comércio varejista ampliado consolidou uma trajetória de crescimento moderado, superando o patamar pré-pandemia e encerrando o ano em níveis historicamente elevados. Já em 2024, o ritmo de expansão perdeu parte do fôlego, mas manteve resiliência diante das condições econômicas desafiadoras, com destaque para o desempenho constante do primeiro semestre. Em 2025, observou-se uma nova aceleração nas vendas no início do ano, atingindo o pico histórico em março, seguida por uma sequência de meses de acomodação. Após retrações em abril e maio e relativa estabilidade em junho e julho, o setor esboçou uma recuperação em setembro.

Em outubro, essa tendência se consolidou com um crescimento mais robusto no varejo ampliado. Em novembro, o crescimento prosseguiu, porém em ritmo mais moderado, confirmando a continuidade da recuperação, mas com sinais de perda de fôlego. A média móvel trimestral também sinalizou uma desaceleração em relação aos meses anteriores. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, o indicador manteve-se em terreno negativo, evidenciando que, embora o setor apresente trajetória positiva no curto prazo, ainda enfrenta desafios para superar a base de comparação de 2024. O varejo ampliado, que inclui veículos, motos, partes e peças e material de construção, reflete assim um cenário de crescimento moderado no curto prazo, mas com persistência de fragilidades estruturais em alguns segmentos de maior valor agregado, especialmente aqueles mais sensíveis às condições de crédito e juros.

Gráfico 1 - Índice de volume de vendas do comércio varejista ampliado com ajuste sazonal, Brasil, 2020-nov 2025 (jan 2020 = 100)



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio. Elaboração: NECAT/UFSC.

A Tabela 1 apresenta a variação no volume de vendas do comércio varejista ampliado com base nos quatro índices de variação mensurados pela Pesquisa Mensal do Comércio (PMC).

Em comparação com o mês anterior, o registro de novembro foi positivo em 0,7%, dando continuidade à trajetória de recuperação iniciada em setembro, porém em ritmo mais moderado que o observado em outubro (1,0%), sinalizando uma desaceleração no crescimento mensal.

Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o setor registrou retração de 0,3%, mantendo-se em terreno negativo pelo segundo mês consecutivo e reforçando que a base de comparação com 2024 continua a impor desafios ao setor. No acumulado do ano, o comércio varejista ampliado nacional manteve-se estável em -0,3%, indicando que o desempenho de 2025 ainda não foi suficiente para reverter as perdas acumuladas ao longo do ano. Já nos últimos doze meses, o índice apresentou variação negativa de 0,2%, o que representa o primeiro resultado negativo nesta base de comparação desde maio de 2023 e reforça um cenário de moderação no longo prazo. Essa trajetória reflete a manutenção do crescimento no curto prazo, mas com perda de intensidade.

Tabela 1 - Variação volume de vendas do comércio varejista ampliado em diversos períodos, Brasil

Mês	Mês/Mês anterior (1)	Mês/igual mês ano anterior (2)	Acumulado no ano (3)	Últimos doze meses (4)
dez/24	-1,5	0,8	3,7	3,7
jan/25	2,7	2,2	2,2	3,4
fev/25	-0,3	2,4	2,3	2,9
mar/25	1,8	-1,1	1,1	3
abr/25	-2	1,2	1,1	2,7
mai/25	0	1	1,1	2,4
jun/25	-3,3	-4	0,3	1,9
jul/25	2	-2,4	-0,1	1,2
ago/25	0,9	-2,1	-0,4	0,7
set/25	0,3	1,1	-0,2	0,7
out/25	1	-0,3	-0,2	0
nov/25	0,7	-0,3	-0,3	-0,2

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio. Elaboração: NECAT/UFSC.

- (1) Base: mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal; (2) Base: mesmo mês no ano anterior;
 (3) Base: mesmo período no ano anterior; (4) Base: período anterior de 12 meses.

A Tabela 2 apresenta as variações percentuais do índice de volume do comércio varejista ampliado, estratificado pelos diversos setores, compreendendo os últimos três meses para

cada diferente base de comparação.

Na comparação do mês atual com o imediatamente anterior (novembro em relação a outubro de 2025), com ajuste sazonal, nota-se uma predominância de resultados positivos, com oito dos dez setores em alta, mantendo a trajetória de crescimento. O desempenho mais favorável foi observado em "Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação"(+4,1%), seguido por "Móveis e eletrodomésticos"(+2,3%) e "Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos"(+2,2%). Os setores que apresentaram variação negativa foram "Tecidos, vestuário e calçados"(-0,8%), "Veículos, motocicletas, partes e peças"(-0,2%).

No segundo grupo, que compara o desempenho do mês corrente com o mesmo mês do ano anterior (novembro de 2025 em relação a novembro de 2024), o cenário é mais heterogêneo, com cinco setores em alta e cinco em queda. Os destaques positivos foram "Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação"(+9,9%), "Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos"(+7,2%) e "Livros, jornais, revistas e papelaria"(+5,9%). Já os recuos mais intensos ocorreram em "Veículos, motocicletas, partes e peças"(-5,8%), "Tecidos, vestuário e calçados"(-4,0%) e "Material de construção"(-3,0%). Esses resultados indicam que, apesar da manutenção do crescimento na margem, a comparação com o ano anterior continua a revelar fragilidades.

Por fim, o terceiro grupo compara o acumulado do ano com o mesmo período de 2024, permitindo uma leitura do comportamento setorial ao longo do ciclo de 2025. O cenário geral permanece misto, com sete setores em crescimento e três em retração. Entre os destaques positivos estão "Móveis e eletrodomésticos"(+4,2%), "Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos"(+4,1%) e "Outros artigos de uso pessoal e doméstico"(+2,4%). Em contrapartida, persistem quedas em "Veículos, motocicletas, partes e peças"(-3,3%), "Livros, jornais, revistas e papelaria"(-0,8%) e "Material de construção"(-0,2%), indicando que a recuperação observada nos últimos meses ainda não foi suficiente para reverter o desempenho negativo acumulado em alguns segmentos.

Tabela 2 - Índice e variação da receita nominal e do volume de vendas no comércio varejista ampliado, por atividades, Brasil (2022 = 100)

Atividades de divulgação (Comércio)	Mês/Mês Imediatamente Anterior			Mês/Mesmo Mês do Ano Anterior			Variação acumulada no ano/Mesmo período ano anterior		
	set/25	out/25	nov/25	set/25	out/25	nov/25	set/25	out/25	nov/25
	Comb. e lubrificantes	-1,1	1,7	0,6	-0,6	0,2	-1,3	0,6	0,5
Hip. sup., prod. Alim., beb. e fumo	-0,2	0	1	-0,6	0	-0,1	0,9	0,8	0,7
Tecidos, vest. e calç.	-1,2	0,1	-0,8	-1,5	-2,3	-4	3,3	2,7	2
Móveis e eletr.	0	0,9	2,3	8,1	3,4	5,2	4,2	4,1	4,2
Artigos farm., méd., ortop., de perf. e cosmé.	1,4	0,4	2,2	4,5	5,6	7,2	3,5	3,7	4,1
Livros, jorn., rev. e pap.	-1,1	0,9	1,5	-1,9	1	5,9	-1,6	-1,4	-0,8
Equipamentos e mater. P: escritório, info. e comun.	-0,3	4	4,1	5,8	8,1	9,9	-0,5	0,4	1,5
Ou. Art. de uso pes. e domé.	0,9	0,3	2	3,1	1,2	4,7	2,2	2,1	2,4
Veí., motoc., partes e peç	-1	3,1	-0,2	-2,2	-4,3	-5,8	-2,8	-3	-3,3
Material de construção	0,1	0,6	0,8	-0,3	-3,8	-3	0,6	0,1	-0,2

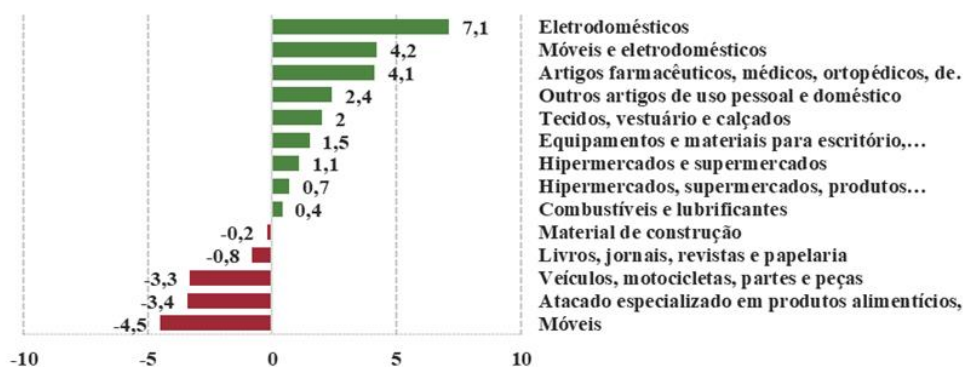
Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio. Elaboração: NECAT/UFSC.

O Gráfico 2 ilustra a variação acumulada no ano das atividades do comércio varejista ampliado de novembro de 2025. Das 14 atividades analisadas, nove registraram variação positiva e cinco apresentaram resultados negativos, mantendo o equilíbrio observado no mês anterior, embora com ajustes nos valores de alguns segmentos.

As maiores variações positivas foram observadas em "Eletrodomésticos" (+7,1%), que mantém a liderança entre os setores com melhor desempenho no acumulado do ano, e "Móveis e eletrodomésticos" (+4,2%). Em seguida, destacam-se "Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria" (+4,1%) e "Outros artigos de uso pessoal e doméstico" (+2,4%). Também apresentaram resultados positivos, ainda que mais moderados, "Tecidos, vestuário e calçados" (+2,0%), "Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação" (+1,5%), "Hipermercados e supermercados" (+1,1% e +0,7%) e "Combustíveis e lubrificantes" (+0,4%).

Por outro lado, as atividades com desempenho negativo indicam os principais focos de fragilidade no setor. A maior retração do período foi registrada em "Móveis" (-4,5%), seguida por "Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo" (-3,4%), "Veículos, motocicletas, partes e peças" (-3,3%) e "Livros, jornais, revistas e papelaria" (-0,8%). Além disso, "Material de construção" (-0,2%) passou a apresentar resultado negativo no acumulado do ano, revertendo o desempenho positivo observado até outubro.

Gráfico 2 - Variação do volume de vendas por segmento do comércio varejista ampliado, Brasil, acumulado no ano (novembro)



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio. Elaboração: NECAT/UFSC.

Comércio catarinense registra estabilidade e alinha-se ao cenário nacional

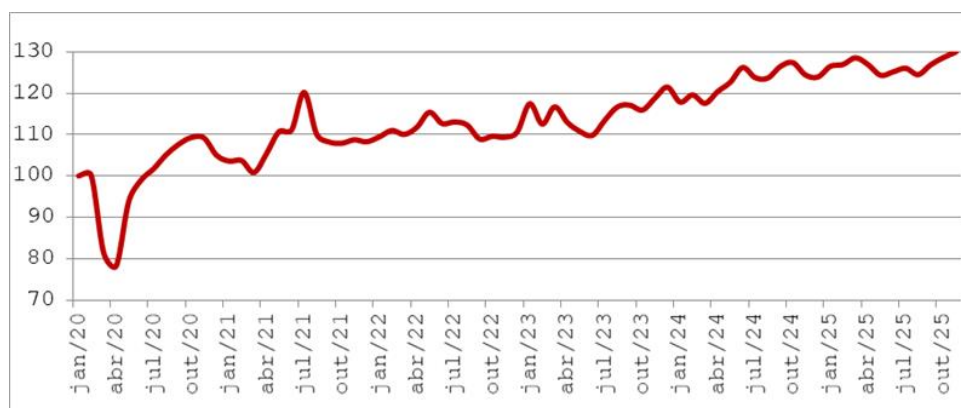
No cenário estadual, o comércio varejista de Santa Catarina registrou um resultado de estabilidade em novembro de 2025, interrompendo a sequência de altas e superando o quadro de crescimento robusto observado no mês anterior. O resultado alinha o estado à tendência nacional de arrefecimento e reflete uma acomodação natural da demanda após um período de expansão mais intensa.

O comportamento do comércio catarinense segue amparado por fatores estruturais positivos, como o dinamismo do mercado de trabalho e a diversificação produtiva, que continuam a conferir resiliência ao setor mesmo em um contexto de desaceleração do consumo em nível nacional.

Assim, o desempenho de Santa Catarina no mês de novembro, embora ainda positivo em outras bases de comparação, sinaliza um momento de ajuste e moderação, em linha com o comportamento observado no restante do país.

O Gráfico 3 apresenta a evolução do índice de volume de vendas do comércio varejista ampliado em Santa Catarina, entre janeiro de 2020 e novembro de 2025. Observa-se uma queda acentuada no início de 2020, em decorrência dos impactos da pandemia de Covid-19, seguida por uma recuperação expressiva ainda naquele ano. A partir de 2021, o indicador passou a oscilar em um patamar de estabilidade elevada. Já em 2023, verifica-se o início de uma trajetória de crescimento mais consistente. Durante 2024, o comércio manteve níveis elevados de atividade, atingindo novos picos históricos. Essa tendência se prolongou em 2025, e, após o crescimento expressivo em outubro, o setor registrou estabilidade em novembro, confirmando a perda de fôlego e a acomodação da atividade comercial no estado.

Gráfico 3 - Índice de volume de vendas do comércio varejista ampliado, Santa Catarina, 2020-nov 2025 (jan/2020=100)



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio. Elaboração: NECAT/UFSC.

A Tabela 3, ao apresentar os dados do comércio varejista ampliado em Santa Catarina, contempla os resultados referentes ao mês de novembro de 2025, permitindo uma análise que vai além da variação pontual, ao incorporar também as dimensões interanual, acumulada e de longo prazo. Com base nos quatro indicadores calculados pela Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) — variação em relação ao mês anterior, variação interanual, acumulado no ano e variação em doze meses —, é possível delinear um panorama abrangente da trajetória recente do setor.

Na comparação com o mês anterior, o comércio varejista ampliado catarinense registrou estabilidade em 1,0%, desacelerando significativamente em relação ao desempenho de outubro (1,4%) e sinalizando uma perda de fôlego na trajetória de expansão. Em relação ao mesmo mês de 2024, a variação foi de 1,0%, mantendo-se em terreno positivo, mas com desaceleração frente aos resultados dos meses anteriores.

No acumulado do ano, o indicador apresentou novo recuo para 2,6%, após registrar 2,8% em outubro, o que demonstra uma erosão gradual do desempenho acumulado ao longo de 2025. Por fim, na variação dos últimos doze meses, o comércio varejista ampliado de Santa Catarina registrou alta de 2,6%, resultado inferior aos 3,0% registrados em outubro, evidenciando uma desaceleração contínua no ritmo de expansão em termos de longo prazo.

Esses resultados reforçam que, embora o comércio catarinense mantenha fundamentos sólidos, o setor atravessa um momento de acomodação e moderação do crescimento. A desaceleração observada em todas as bases de comparação reflete um ajuste natural após o período de expansão mais intensa, alinhando Santa Catarina à tendência nacional de arrefecimento da atividade comercial.

Tabela 3 - Variação do volume de vendas do comércio varejista ampliado em diversos períodos, Santa Catarina

Mês	Mês/Mês anterior	Mês/igual mês ano anterior	Acumulado no ano	Últimos doze meses
dez/24	-0,4	2,2	7	7
jan/25	2,1	7,8	7,8	7,5
fev/25	0,3	5,5	6,7	7,1
mar/25	1,3	5,8	6,4	7,7
abr/25	-1,3	4,7	6	7,2
mai/25	-2	1,8	5,1	6,5
jun/25	0,7	-1,1	4,1	5,6
jul/25	0,7	1,5	3,7	4,7
ago/25	-1,2	-2,5	2,9	4
set/25	1,9	3,6	2,9	3,9
out/25	1,4	1,7	2,8	3
nov/25	1	1	2,6	2,6

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio. Elaboração: NECAT/UFSC.

- (1) Base: mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal; (2) Base: mesmo mês no ano anterior; (3) Base: mesmo período no ano anterior; (4) Base: período anterior de 12 meses.

A Tabela 4 apresenta a variação do volume de vendas do comércio varejista ampliado por atividades em Santa Catarina, contemplando dois principais indicadores: o comparativo interanual e o acumulado no ano.

Na análise do primeiro indicador (novembro/25 vs. novembro/24), observa-se uma predominância de resultados positivos, com cinco setores em alta e cinco em retração. Os maiores crescimentos foram registrados em "Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação" (+36,5%), que intensificou ainda mais seu desempenho, "Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos" (+8,3%) e "Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo" (+6,6%). Em contrapartida, as retrações mais acentuadas ocorreram em "Móveis e eletrodomésticos" (-9,1%), "Tecidos, vestuário e calçados" (-4,7%), "Veículos, motocicletas, partes e peças" (-4,1%) e "Livros, jornais, revistas e papelaria" (-1,1%), indicando que os setores de bens duráveis e semiduráveis continuam a enfrentar desafios significativos.

Quanto ao segundo indicador, que mede o acumulado do ano em relação ao mesmo período de 2024, o comércio catarinense apresenta um quadro favorável, com oito setores em crescimento e dois em queda. Os principais destaques positivos são "Outros artigos de uso

peçoal e doméstico"(+10,2%), "Material de construção"(+7,2%) e "Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo"(+7,1%), que lideram o desempenho estadual no acumulado. Também se destacam "Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos"(+5,1%), "Livros, jornais, revistas e papelaria"(+4,1%), "Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação"(+4,0%) e "Combustíveis e lubrificantes"(+3,6%). Por outro lado, "Móveis e eletrodomésticos"(-4,9%), "Veículos, motocicletas, partes e peças"(-1,2%) apresentam os desempenhos mais fracos no acumulado, evidenciando a persistência de dificuldades em segmentos de maior valor agregado.

Tabela 4 - Índice e variação da receita nominal e do volume de vendas no comércio varejista ampliado, por atividades, Santa Catarina (2022 = 100)

Atividades de divulgação (Comércio)	Mês/Mesmo Mês do Ano Anterior			Variação acumulada no ano/Mesmo período ano anterior		
	set/25	out/25	nov/25	set/25	out/25	nov/25
Comb.e lubrificantes	5,3	2,9	-0,1	4,1	4	3,6
Hiper., super, prod. Alim, bebidas e fumo	6,3	6,6	6,6	7,2	7,1	7,1
Tecidos, vestuário e calçados	-1,9	-1,5	-4,7	3,8	3,3	2,5
Móveis e eletrodomésticos	-7,1	-15,9	-9,1	-2,9	-4,3	-4,9
Artigos farma., méd., ortopé., de perfumaria e cosméticos	3,6	6,5	8,3	4,5	4,7	5,1
Livros, jorn., revis. e papelaria	5,1	2,9	-1,1	4,7	4,6	4,1
Equip. e mater. para escritório, info. e comunicação	25,5	30,6	36,5	-2,6	0,5	4
Outros arti. de uso pe. e domés.	7,8	3,1	4,2	11,9	10,9	10,2
Veí., motoc., partes e peças	1,8	-3	-4,1	-0,6	-0,9	-1,2
Material de construção	6	10,2	2,1	7,5	7,8	7,2

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio. Elaboração: NECAT/UFSC.

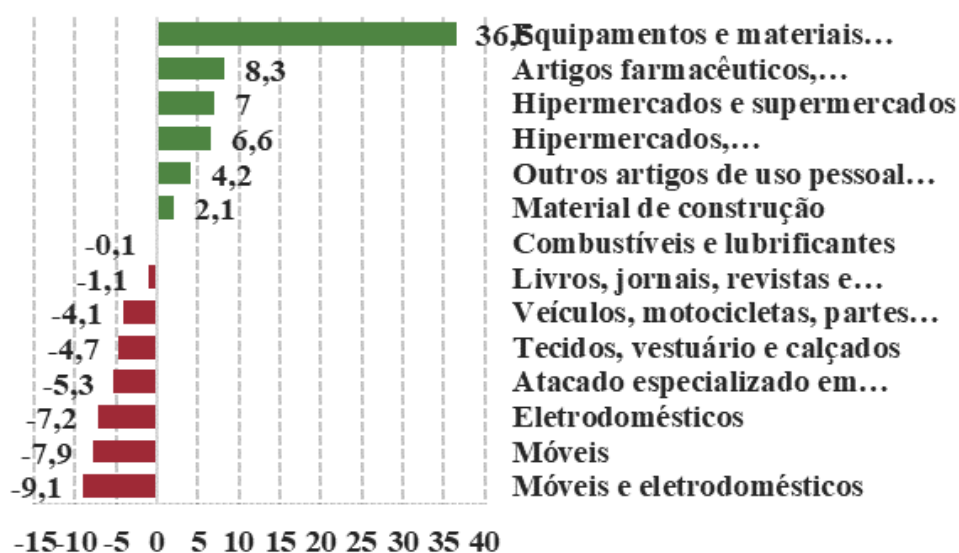
O Gráfico 4 apresenta a variação acumulada no ano do volume de vendas por segmento do comércio varejista ampliado em Santa Catarina, com base na Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) de novembro de 2025. Dos catorze grupos analisados, seis registraram resultados positivos e oito apresentaram quedas.

Entre os destaques positivos, o setor de "Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação" assumiu a liderança com crescimento expressivo de 36,5%, consolidando-se como o segmento de melhor desempenho no acumulado do ano. Em seguida

aparecem "Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria" (+8,3%) e as duas categorias de "Hipermercados e supermercados" (+7,0% e +6,6%). Outros segmentos que apresentaram resultados positivos foram "Outros artigos de uso pessoal e doméstico" (+4,2%), "Material de construção" (+2,1%).

Em contrapartida, os setores com variações negativas continuam concentrados em bens duráveis e atividades de atacado. As maiores retrações foram observadas em "Móveis e eletrodomésticos" (-9,1%), "Móveis" (-7,9%), "Eletrodomésticos" (-7,2%), "Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo" (-5,3%), "Tecidos, vestuário e calçados" (-4,7%) e "Veículos, motocicletas, partes e peças" (-4,1%).

Gráfico 4 - Variação do volume de vendas por segmento do comércio varejista ampliado, Santa Catarina, acumulado no ano (outubro)



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio. Elaboração: NECAT/UFSC.

Considerações finais

O resultado do comércio varejista em novembro de 2025 marca um momento de inflexão, revertendo o quadro de crescimento robusto do mês anterior e sinalizando uma acomodação natural da atividade comercial. O desempenho, embora ainda positivo no curto prazo, revela sinais de perda de fôlego em grande parte dos setores, refletindo um ambiente econômico mais desafiador, com a persistência de juros elevados e uma maior seletividade por parte dos consumidores. O cenário, que em outubro apontava para um reaquecimento, agora indica uma moderação e ajuste da demanda.

Em Santa Catarina, o comércio acompanhou a tendência nacional de desaceleração, registrando estabilidade após meses de crescimento consistente. Embora o estado continue

amparado por uma base econômica sólida e um mercado de trabalho aquecido, com uma das menores taxas de desemprego e maiores níveis de ocupação do Brasil, o resultado de novembro evidencia que mesmo economias resilientes não estão imunes aos efeitos de um cenário macroeconômico mais restritivo. A manutenção da renda e do emprego segue conferindo ao comércio catarinense uma resiliência estrutural, mas o ritmo de expansão arrefeceu.

A Fecomércio SC havia apontado para uma melhora na disposição de compra das famílias, e os resultados de outubro confirmaram essa tendência. No entanto, novembro revela que o consumidor, embora ainda confiante, tornou-se mais cauteloso, concentrando suas compras em produtos essenciais e postergando decisões de maior valor. Esse comportamento reflete uma adaptação ao cenário de juros elevados e sinaliza que as vendas de fim de ano, como Black Friday e Natal, dependerão fortemente de condições de financiamento e promoções atrativas.

De forma geral, o cenário para o fechamento de 2025 é de cautela moderada. O comércio tende a manter estabilidade nos próximos meses, com crescimento limitado pela persistência de condições financeiras restritivas e pela moderação da demanda das famílias. Santa Catarina, por sua vez, deve continuar demonstrando resiliência, sustentada por seus fundamentos econômicos sólidos, mas alinhada à tendência nacional de ajuste e acomodação da atividade comercial após um ano de desempenho heterogêneo.

Referências bibliográficas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal do Comércio**. Rio de Janeiro (RJ): IBGE, Novembro de 2025.

SETOR DE SERVIÇOS CATARINENSE RETRAIU -0,7% EM NOVEMBRO/25

*Kauê Soares Alexandre**

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) acompanha o comportamento conjuntural do setor de serviços no país e nas 27 Unidades Federativas (UFs) ao pesquisar a receita bruta de serviços em empresas juridicamente constituídas, cujo número de pessoas ocupadas que desempenham como atividade principal um serviço não-financeiro, excluídas as áreas de saúde e educação, seja igual ou superior a 20. Em 13 de janeiro/26 foi divulgada a trigésima sétima edição da pesquisa, relativa ao mês de novembro de 2025, após o início da última alteração metodológica¹.

No Brasil, o setor de serviços caiu -0,1% na passagem de outubro para novembro de 2024, mantendo-se relativamente próximo do pico da série histórica que foi atingido no mês anterior (outubro/25). Santa Catarina, seguindo o mesmo sentido, contraiu -0,7% no mesmo período, fato relacionado à queda nos transportes e serviços prestados às famílias estaduais.

Tomado o conjunto das Unidades Federativas (UFs), foram contabilizadas apenas 10 expansões e 17 retrações, com relação a outubro/25, na série dessazonalizada. Os maiores saldos tiveram a seguinte ordem: Paraíba (+2,9%), Pará (+2,6%), Pernambuco (+1,3%), Minas Gerais (+1,1%) e Roraima (+0,9%). Os menores ocorreram no Acre (-4,2%), Distrito Federal (-3,4%), Amapá (-3,3%), Amazonas (-3%), Piauí (-2,5%).

Mais detidamente, os dados do setor de serviços brasileiro relativos à novembro/25 indicam a estabilização do nível de atividade setorial, enquanto no caso do setor de serviços catarinense observou-se uma correção para baixo mais significativa. Em termos setoriais, a situação foi causada pela nulidade do crescimento e leve queda nos segmentos mais relacionados com a expansão da renda e consumo, como transportes e serviços prestados às famílias. O constrangimento do setor de serviços brasileiro tem íntima relação com o aumento do nível de preços, em especial da chamada “inflação de serviços”, e do custo de financiamento do consumo, com particular atenção para serviços atrelados ao consumo não-essencial das famílias, sendo que a sustentação do crescimento é obtida nos segmentos vinculados a atividade empresarial e à digitalização da economia, como informação e comunicação (IPEA, 2025, p. 9).

Neste artigo analisa-se o comportamento específico do índice de volume de serviços no âmbito nacional no mês de novembro/25 para, na sequência, fazer a mesma análise no contexto estadual. O trabalho em questão, de periodicidade mensal, acompanha a evolução do setor de

*Graduando em Ciências Econômicas pela UFSC. Email: k.s.alexandre.itj@gmail.com.

¹No início de 2023 a PMS passou por uma revisão metodológica, cujos principais pontos foram: 1) redução do tamanho da amostra, que passou para 11.124 empresas; 2) mudanças nos pesos e importâncias de determinados serviços; 3) maior estratificação, com nova tabulação, adicionando 11 subsetores; e 4) atualizações nos deflatores, para além do deslocamento do período de referência, que passa a ser o ano-base de 2022. Para mais informações, consultar: “Mattei, L. Breves notas sobre as mudanças metodológicas realizadas pelo IBGE nas pesquisas mensais. Informativo NECAT, nº 13, mar/23. Florianópolis, 2023”.

serviços, segundo as estratificações em termos territoriais (UFs) e de atividade econômica (atividades de divulgação), definidas pela PMS/IBGE segundo os parâmetros adotados na CNAE 2.0.

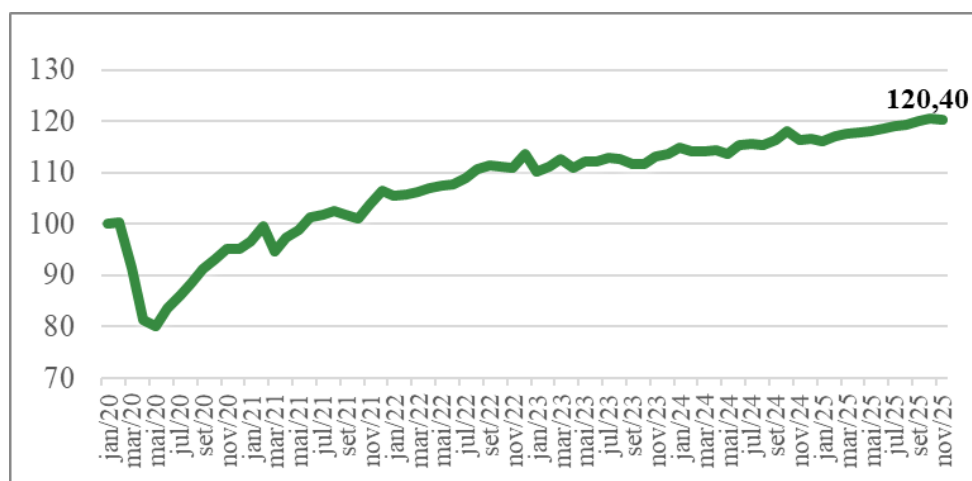
Leve retração no volume de serviços no âmbito nacional

Na edição de novembro/25 o índice de volume de serviços brasileiro registrou uma acomodação de -0,1%, quebrando a sequência de nove resultados positivos, conforme aponta o Gráfico 1, que faz o recorte temporal de janeiro/20 (pré-pandemia) a novembro/25. Desde abril/25 o indicador segue em um ciclo expansivo, permanecendo em um nível 20,4% acima do período pré-pandemia e 0,1 p. p. abaixo do considerado auge da série histórica.

No primeiro trimestre de 2024 o índice de volume de serviços nacional crescia moderadamente, mesmo após um resultado positivo expressivo ao final de 2023. É observada uma queda em maio/24, que foi, no entanto, recuperada nos meses seguintes, como resultado do crescimento no setor de transportes. Outra queda aconteceu em agosto/24, sendo que a partir dela o setor apresentou um ritmo de crescimento acelerado e atingiu o auge da série histórica logo em outubro/24. É quando a desaceleração do índice no último trimestre de 2024 inverte a tendência fazendo com que ocorresse uma estabilização em patamar relativamente alto ao final do ano. Apesar do enfraquecimento constatado no início de 2025, o saldo líquido do primeiro trimestre foi de uma expansão moderada, em consequência do dinamismo dos serviços de informação e comunicação, seguido por uma expansão acumulada de 1,1% no segundo trimestre deste ano.

No terceiro trimestre de 2025, por sua vez, houve uma expansão de 0,9% contra o trimestre anterior. Após a renovação do pico da série, em outubro, o penúltimo resultado do ano de 2025 demonstrou certa acomodação do nível de atividade, com taxas de crescimento interanuais da ordem de 2,7%.

Gráfico 1 - Índice de volume de serviços com ajuste sazonal, Brasil, jan/2020-nov/2025
(jan/20=100)



Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC.

As taxas de variações publicadas mensalmente são visualizadas na Tabela 1, a qual contém as diferentes bases de comparação temporal utilizadas pela PMS/IBGE. Nesse sentido, os parágrafos subsequentes tratarão de cada uma delas mais detidamente. Na primeira coluna, que diz respeito à variação percentual do volume de serviços em relação ao mês imediatamente anterior (outubro/25) e retirados os efeitos sazonais, o indicador apresentou a já referenciada leve correção negativa. Quando observado no conjunto dos últimos doze meses, o indicador ficou negativo apenas duas vezes (no mês atual e em janeiro), consolidando-se uma trajetória de crescimento a partir das observações de fevereiro/25.

Na sequência, a segunda coluna apresenta a variação de novembro/25 contra novembro/24, apresentando um saldo positivo de +2,5%. A tendência é de crescimento, com poucas oscilações positivas e negativas em torno da média do período. O sinal se mantém positivo desde abril/24.

A terceira coluna mostra o saldo do volume acumulado ao longo do ano corrente (jan-nov/25) em relação ao mesmo período do ano anterior (jan-nov/24). O saldo de +2,7%, seguindo o patamar do mês anterior, representa uma ligeira acomodação no último trimestre, marcado os efeitos do ciclo expansivo entre maio e setembro.

Por fim, a quarta e última coluna apresenta o acumulado agregado dos últimos doze meses (dez/24-nov/25) com relação ao mesmo período no ano anterior (dez/23-nov/24). Com esse indicador é possível observar uma trajetória interanual e com maior duração. Nesse caso, houve uma leve acomodação para baixo nos últimos meses, uma vez que a base de comparação capta os grandes saldos positivos do final de 2024.

Tabela 1 - Variação (%) do volume de serviços segundo diferentes bases de comparação no Brasil, dez/24-nov/25.

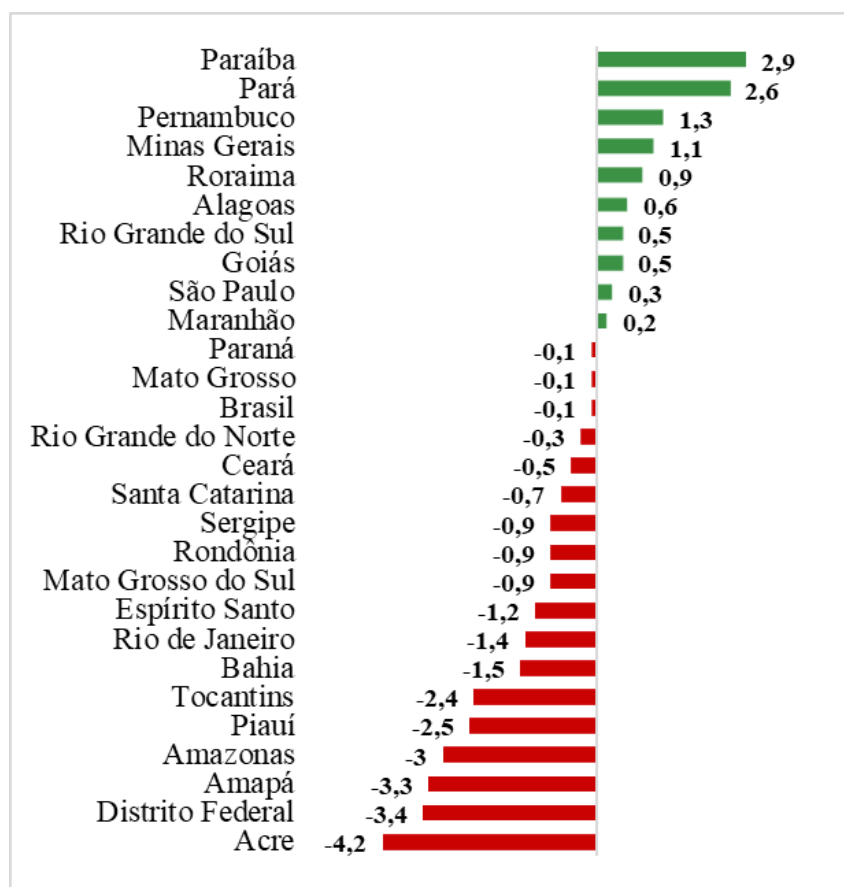
	Mês/Mês imediatamente anterior (1)	Mês/Mês ano anterior (2)	Acumulado no ano (3)	Últimos doze meses (4)
dez/24	0,2	2,8	3,1	3,1
jan/25	-0,3	1	1	2,8
fev/25	0,8	4,3	2,7	2,9
mar/25	0,4	1,8	2,4	3,1
abr/25	0,3	1,8	2,2	2,8
mai/25	0,2	3,9	2,6	3
jun/25	0,4	2,9	2,6	3,1
jul/25	0,3	2,8	2,7	3
ago/25	0,2	2,4	2,6	3
set/25	0,7	4,2	2,8	3,1
out/25	0,4	2,1	2,7	2,7
nov/25	-0,1	2,5	2,7	2,7

Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC.

- (1) Base: mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal; (2) Base: mesmo mês no ano anterior;
 (3) Base: mesmo período no ano anterior; (4) Base: período anterior de 12 meses

O Gráfico 2 apresenta o comportamento do índice de volume de serviços em relação ao mês imediatamente anterior, na série dessazonalizada e estratificada pelas Unidades Federativas e agregado do país. Segundo afirmado anteriormente, observaram-se apenas 10 saldos positivos. Cabe, além do exposto anteriormente, observar a distribuição heterogênea dos saldos nas regiões/estados. Na Região Sul, apenas o Rio Grande do Sul (+0,5%) obteve saldo positivo. O restante dos saldos positivos se concentram basicamente nas unidades da federação da região Nordeste e norte do país, exceto São Paulo e Goiás, ainda que ambos tenham apresentado variações percentuais positivos bastante modestos.

Gráfico 2 - Variação (%) Mês/Mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal, do índice de volume de serviços segundo Unidades Federativas e Brasil, outubro/25.



Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC.

A Tabela 2 apresenta as variações percentuais do índice de volume de serviços, estratificado pelos cinco macrossetores pesquisados pela PMS/IBGE, compreendendo os últimos três meses para cada diferente base de comparação. No primeiro grupo de colunas observa-se a variação do mês atual com relação ao mês imediatamente anterior, na série dessazonalizada. A queda global de -0,1% adveio principalmente da retração das atividades de transportes (-1,4%) e informação e comunicação (-0,7%), sendo que no primeiro caso a queda aparece principalmente nos transportes aéreos (-3,8%) e aquaviários (-2,7%), enquanto no segundo grupo a redução é fruto da queda nos serviços audiovisuais (-4,6%). O destaque positivo ficou por conta dos serviços profissionais, administrativos e complementares (+1,3%) e seu subgrupo de atividades técnico-profissionais (+2,9%), seguido por outros serviços (+0,5%) e serviços prestados às famílias (0%) que obteve saldo nulo.

No segundo grupo de colunas é visualizado o mês atual com relação ao mesmo mês do ano anterior, na série sem ajuste sazonal. A taxa acumulada de +2,5%, quando decomposta pelos grupos de atividade, apresenta apenas variação negativa nos serviços prestados às famílias (-1%), em consequência do menor volume de vendas no ramo hoteleiro (-3,4%). Mesmo

em ritmo inferior ao observado anteriormente, destaca-se o grupo informação e comunicação (+3,4%), especialmente no setor de tecnologia da informação (+9,4%), seguido pelos serviços profissionais, administrativos e complementares (+3,2%), cuja expansão foi causada, principalmente, pelo aumento nos serviços técnico-profissionais (+6,4%) e pelo grupo de transportes (+2,5%), destacando-se os transportes aéreos (+13,4%). Por fim, o grupo de outros serviços (+1,9%) variou positivamente graças às atividades de esgoto e gestão de resíduos (+4,4%) e atividades auxiliares aos serviços financeiros que se expandiram em 3

Tabela 2 - Comportamento de diferentes grupos de atividades de divulgação segundo indicadores utilizados na PMS, Brasil, set/25-nov/25.

	Mês/Mês imediatamente anterior (1)			Mês/Mês ano anterior (2)			Acumulado no ano (3)		
	set/25	out/25	nov/25	set/25	out/25	nov/25	set/25	out/25	nov/25
Total	0,7	0,4	-0,1	4,2	2,1	2,5	2,8	2,7	2,7
Prestados às famílias	-0,5	0,1	0	-0,3	0,4	-1	1,2	1,1	0,9
Informação e comunicação	1,2	0,4	-0,7	5	5,9	3,4	5,5	5,6	5,4
Profissionais, adm. e comp.	-0,3	0,3	1,3	2,8	0	3,2	2,6	2,3	2,4
Transportes e correio	1,1	1	-1,4	5,8	1,1	2,5	2,6	2,5	2,5
Outros serviços	2,4	0,2	0,5	3,1	3,4	1,9	-1,7	-1,2	-0,9

Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC.

Base: (1) mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal; (2) Base: mesmo mês no ano anterior;

(3) Base: mesmo período no ano anterior

O último grupo de colunas é reservado ao acumulado no ano com relação ao mesmo período do ano anterior, de forma que permite analisar mais detidamente o impacto das variações mensais no acumulado anual dos respectivos grupos de atividades. O resultado global de +2,7% foi puxado pelo grupo de atividades de informação e comunicação (+5,4%), com especial destaque para as atividades de tecnologia da informação (+12,2%), seguido pelo setor de transportes (+2,5%) e seu subgrupo de transportes aéreos (+17,6%). Na sequência encontram-se os serviços profissionais, administrativos e complementares (+2,4%), com destaque para o grupo de serviços técnicos (+3,4%) e serviços prestados às famílias (+0,9%), sendo que para este último foi decisivo o avanço no ramo hoteleiro (+2,7%). O único resultado negativo ficou por conta dos outros serviços (-0,9%), com queda generalizada em todos os subgrupos.

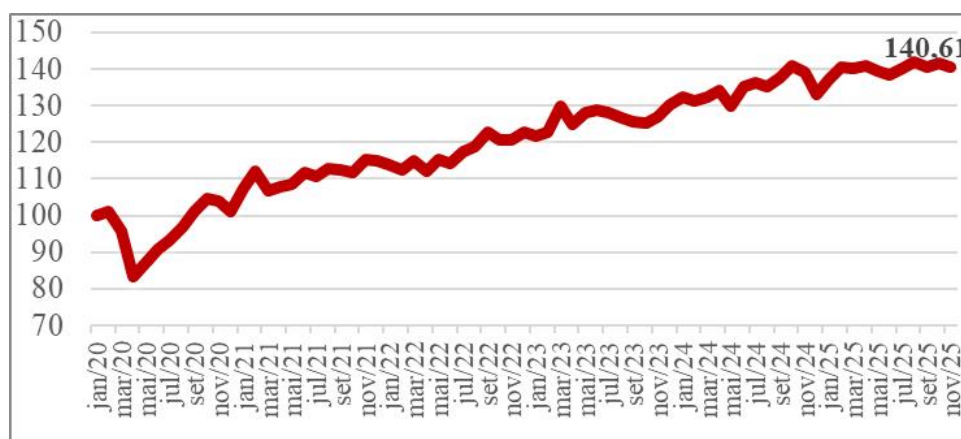
Queda nos transportes catarinenses reduz o agregado estadual

O comportamento do índice de volume de serviços em nível estadual é ilustrado pelo Gráfico 3, que segue a mesma configuração do Gráfico 1. Seguindo o agregado nacional, o índice de volume de serviços contratados retraiu -0,7%. Ainda pelas informações do referido gráfico nota-se que o setor está 40,6% acima do nível pré-pandemia e -0,9% abaixo do pico da série histórica de santa Catarina atingido em agosto/25.

Nas análises mensais anteriores do setor afirmou-se que enquanto no caso nacional observa-se um crescimento estável desde o último trimestre de 2024, com uma contribuição direta de segmentos mais exógenos à renda, como os serviços de comunicação e informação, o setor de serviços catarinense apresentou uma expressiva instabilidade para o mesmo período, mesmo contando com um saldo líquido consideravelmente maior que a média nacional no ano de 2024, isto porque os segmentos mais dinâmicos tiveram uma relação mais estreita com a renda disponível para consumo, como é o caso do serviços prestados às famílias e o setor de transportes.

A trajetória de crescimento ensaiada entre os meses de julho e agosto/25, ancoradas em uma retomada das atividades de apoio empresarial (em especial dos serviços profissionais), parece estar se enfraquecendo desde setembro com efeitos negativos sobre os acumulados anuais. Tal situação está ligada a uma correção para baixo nos setores de transportes e serviços prestados às famílias.

Gráfico 3 - Índice de volume de serviços com ajuste sazonal, Santa Catarina, 2020-out/2025 (jan/20=100).



Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC.

A situação do volume de serviços segundo as diferentes bases de comparação utilizadas pelo IBGE é apresentada na Tabela 3, registrando-se que as quatro séries temporais em tela são semelhantes àquelas apresentadas na Tabela 1.

A comparação do mês atual com o mês imediatamente anterior, livre de efeitos sazonais, apresentou um ajuste da ordem de -0,7%, se afastando do mais alto patamar da série (agosto/25). Com isso, a trajetória instável do indicador mensal acaba dificultando previsões do setor de serviços estadual, dado que nos últimos 12 meses ocorreram seis saldos negativos, muito embora tais resultados tenham sido seguidos por expansões da mesma ou maior magnitude.

Tabela 3 - Variação (%) do volume de serviços segundo diferentes bases de comparação em Santa Catarina, dez/24-nov/25.

	Mês/Mês imediatamente anterior (1)	Mês/Mês ano anterior (2)	Acumulado no ano (3)	Últimos doze meses (4)
dez/24	-4,2	1,9	6,6	6,6
jan/25	2,9	3,9	3,9	6,1
fev/25	2,5	5,9	4,9	5,9
mar/25	-0,3	5,6	5,1	6,4
abr/25	0,6	5,8	5,3	6,1
mai/25	-1	6,3	5,5	6,4
jun/25	-0,6	3,2	5,1	6,4
jul/25	1,1	2,8	4,8	5,9
ago/25	1,3	4,1	4,7	5,8
set/25	-1,1	2,6	4,5	5,3
out/25	0,8	1,2	4,1	4,3
nov/25	-0,7	-0,2	3,7	3,5

Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC.

(1) Base: mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal; (2) Base: mesmo mês no ano anterior;

(3) Base: mesmo período no ano anterior; (4) Base: período anterior de 12 meses

Na comparação do índice de volume atual com o mesmo mês do ano anterior, o dado de -0,2%, o primeiro negativo desde fevereiro de 2022 e menor que a média nacional, indica certa perda de fôlego no setor de serviços estadual, mesmo diante de uma longa trajetória ascendente neste indicador.

Por outro lado, o acumulado do ano com relação ao mesmo período do ano anterior apresentou uma queda de 0,4 p. p., evidenciando uma perda de forças aceleradoras para horizontes mais longos. Apesar do exposto, o indicador estadual demonstra um ritmo positivo e superior à média nacional.

Por fim, no acumulado dos últimos doze meses com relação ao período anterior de doze meses houve uma relativa diminuição da ordem de -0,8 p. p. A passagem para baixo deste indicador com relação ao indicador imediatamente anterior é evidência da mudança de trajetória no setor durante o final de ano. Na medida em que se aproxima o mês de dezembro a tendência é a aproximação entre o indicador de média acumulada e da janela de 12 meses.

Na sequência, a Tabela 4 - compreendendo os dados relativos ao último trimestre - apresenta a estratificação da pesquisa segundo os cinco grupos de atividades de divulgação (macrosetores) publicadas pela PMS/IBGE. Cabe notar que no caso das Unidades Federativas a PMS/IBGE não divulga as atividades de seleção estaduais (subsetores) e o indicador de variação do mês atual com relação ao mês imediatamente anterior, sendo adicionada a coluna da variação dos últimos doze meses com relação ao mesmo período do ano anterior em seu lugar.

No caso da comparação do mês com mesmo mês do ano anterior (novembro/24), o resultado global de -0,2% têm relação mais direta com a queda nos transportes (5,6%) e serviços

prestados às famílias (-5,7%), além da queda dos outros serviços (-6,8%). As atividades que sustentaram positivamente o nível de atividade foram serviços profissionais, administrativos e complementares (+13,6%), grupo que vem acomodando um alto volume de serviços prestados, e informação e comunicação (+5,1%), serviços mais voltados às empresas.

Tabela 4 - Saldo (%) de diferentes atividades de divulgação em Santa Catarina segundo indicadores utilizados pela PMS, ago-out/25.

	Mês/Mês ano anterior (1)			Acumulado no ano (2)			Últimos doze meses (3)		
	set/25	out/25	nov/25	set/25	out/25	nov/25	set/25	out/25	nov/25
Total	2,6	1,2	-0,2	4,5	4,1	3,7	5,3	4,3	3,5
Prestados às famílias	-0,7	1	-5,7	5,9	5,4	4,3	6,5	5,6	4,1
Informação e comunicação	5,6	4,1	5,1	5,2	5,1	5,1	5,2	5	5
Profissionais, adm. e comp.	10,8	12,7	13,6	5,6	6,4	7	5,7	6	6,8
Transportes e correio	-0,8	-3,1	-5,6	3,9	3,1	2,3	5,5	3,6	2,1
Outros serviços	0,3	-4,1	-6,8	-0,3	-0,7	-1,2	-0,5	-1	-1,6

Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: NECAT/UFSC.

- (1) Base: mesmo mês no ano anterior; (2) Base: mesmo período no ano anterior;
 (3) Base: período anterior de 12 meses.

O acumulado do ano em relação ao mesmo período do ano anterior (jan-nov/24) apresenta perda de dinamismo, a despeito do saldo positivo de +3,5%, superior à média nacional em 1,2 pontos percentuais. A situação é delineada em meio à desaceleração nos serviços prestados às famílias (+4,3%) e nos transportes (+2,3%), apesar da elevação verificada nos serviços profissionais, administrativos e complementares (+7%). Os demais segmentos, informação e comunicação (+5,1%) e outros serviços (-1,2%) mantiveram-se dentro da trajetória anterior, com destaque para o crescimento anual do primeiro.

No acumulado dos últimos 12 meses com relação ao período anterior de 12 meses (dez/23-nov/24), a sensível perda de nível é causada sobretudo, pela diminuição do nível de atividade do setor de transportes (+2,1%), bem como dos reflexos negativos nos serviços prestados às famílias (+4,1%). Enquanto isso, informação e comunicação (+5%) manteve-se estável, enquanto os serviços profissionais, administrativos e complementares (+6,8%) elevaram sua participação no indicador ao mesmo tempo em que o grupo de outros serviços permaneceu em queda (-1,6%).

Considerações finais

Os dados relativos ao mês de novembro/25 sinalizaram a acomodação do nível de atividade, no caso nacional, e uma queda considerável, no caso estadual. Nesse sentido, em ambos os casos houve queda no setor de transportes, sendo que em Santa Catarina a situação apresentou também uma retração nos serviços prestados às famílias, enquanto no caso nacional

houve estabilidade nesse mesmo grupo de atividades. Tais fatores reforçaram a situação de acomodação ou baixo crescimento no setor durante o quarto trimestre de 2025.

Especificamente sobre o agregado nacional verifica-se que os resultados obtidos ao longo do primeiro semestre indicavam uma acomodação do nível de atividade próximo do patamar atingido ao final de 2024. A partir do segundo trimestre os saldos positivos constantes e em ritmo de crescimento moderado dinamizaram o setor nacional, que superou o pico da série histórica, estabelecendo-se em seu maior volume em agosto/25, situação em muito ligada às baixas taxas de desocupação vigentes. Com isso, os bons saldos nos transportes e serviços prestados às famílias estavam em consonância com a expansão da renda e consumo das famílias.

No caso do setor de serviços catarinense, cabe considerar a manifesta instabilidade nos indicadores e a retração mensal. Está em curso, portanto, uma perda de ritmo nos indicadores interanuais, especialmente nos grupos de atividades mais sensíveis à renda, (transportes e serviços prestados às famílias) fato que é corroborado, inclusive, pela tendência negativa no índice de volume das atividades turísticas no Estado, que passou de 11,2% para 2,5% no acumulado de 12 meses no período abril-novembro/25 patamar abaixo da média nacional (5%). Tal situação não gerou maiores pressões negativas dado o saldo positivo nas atividades profissionais e administrativas, mais ligadas ao funcionamento das empresas que às rendas familiares

Com isso, observa-se que está em curso uma redistribuição dos saldos dentro do próprio setor de serviços a qual pende mais para os segmentos menos sensíveis à renda, como informação e comunicação e atividades profissionais. Diante de tal situação se pode afirmar que o setor de serviços estadual, apesar de mais dinâmico que a média nacional, apresenta restrições, seja através da pressão sobre os preços, seja pela menor demanda industrial. De um modo geral, pode-se dizer que as taxas de juros em patamares elevados continuam dificultando novas inversões produtivas que poderiam gerar efeitos positivos em cadeia, especialmente no setor de transportes e segmentos vinculados ao consumo das famílias.

Referências bibliográficas

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal de Serviços (PMS)**. Rio de Janeiro: IBGE, outubro de 2025a.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Indicadores de indústria, comércio e serviços. **Carta de Conjuntura**, nº 69, n. 26, 4T/2025. Disponível aqui. Acesso em: 20/01/2026.

SETORES DE SERVIÇO E COMÉRCIO LIDERAM GERAÇÃO DE VAGAS EM SANTA CATARINA NO MÊS DE NOVEMBRO/25

*João Marcelo Sovinski¹
Renan Angst Marcomini²*

Os dados do Novo Caged de novembro/2025 revelaram que o saldo de vagas no mercado de trabalho formal do país teve uma variação positiva no mês em 0,2% com abertura de 85,9 mil postos formais. Já em Santa Catarina foram gerados 5,2 mil novos postos formais de trabalho, correspondendo a uma variação de 0,2%. Mesmo descontando os efeitos sazonais a taxa de variação permaneceu a mesma, na casa dos 0,2%, tanto em Santa Catarina quanto no Brasil.

O estoque mensal de empregos formais apresentou, em novembro, 49 milhões de vínculos ativos no Brasil e 2,7 milhões de vagas formais em Santa Catarina. Na análise do desempenho acumulado em 12 meses verificou-se um crescimento dos estoques de empregos inferior no estado, sendo de 2,4% contra 2,8% no Brasil. No entanto, quando analisado o desempenho acumulado dos empregos formais gerados de janeiro a novembro de 2025, Santa Catarina registrou uma alta de 4,2% frente 4% observados no cenário nacional.

Tabela 1 - Saldo de vínculos formais de trabalho no Brasil e em Santa Catarina
(novembro/2025).

		Brasil	Santa Catarina
Estoque	nov./25	49.004.318	2.670.466
	Saldos		
	nov/	85.864	5.188
	jan-nov/25	1.895.130	106.873
Variações	Mês	0,2%	0,2%
	Mês - com ajuste*	0,2%	0,2%
	Ano**	4,0%	4,2%
	Em 12 meses***	2,8%	2,4%

Fonte: Novo Caged (2026). Elaboração: NECAT/UFSC

* Variação contra mês anterior, na série dessazonalizada

** Estoque de empregos em nov/25 vs. estoque em dez/24

*** Estoque de empregos em nov/25 vs. estoque em nov/24³

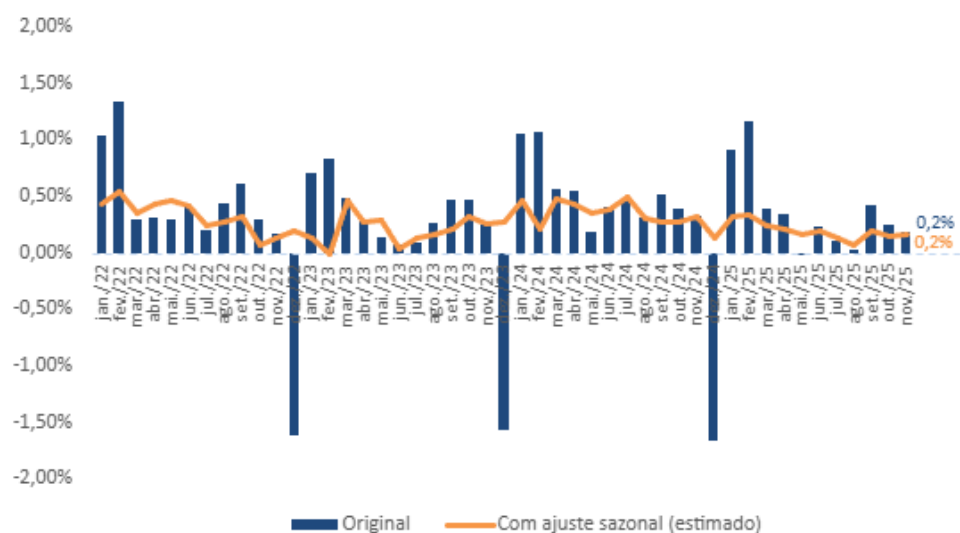
¹Graduando em Ciências Econômicas na UFSC e bolsista do NECAT. Email:Sovinskiapc@gmail.com

²Graduando em Ciências Econômicas na UFSC e bolsista do NECAT. Email:ramarcomini@hotmail.com

³Embora à primeira vista possa parecer que de nov/24 a nov/25 contabiliza-se 13 meses, por se tratar de uma medida de variação do estoque mês a mês, o valor acumulado compreende o período de 12 meses.

Embora haja incertezas relacionadas ao ajuste sazonal na série histórica do Novo Caged⁴, as informações apresentadas no Gráfico 1 indicam que Santa Catarina apresentou o mesmo crescimento de estoque de empregos do Brasil, 0,2%.

Gráfico 1 - Crescimento estimado do estoque de empregos formais (Santa Catarina, 2022-2025) - Série original e com ajuste sazonal



Fonte: Novo Caged (2025) e NECAT/UFSC (2025); Elaboração: NECAT/UFSC

No presente texto analisam-se os resultados do mercado formal de trabalho catarinense à luz do cenário nacional, utilizando-se das informações fornecidas pelo Novo Caged. Para isso, serão analisadas a seguir a dinâmica da geração de empregos por setor de atividade econômica, o perfil sociodemográfico dos trabalhadores, seu patamar remuneratório e sua distribuição regional.

Desempenho por setor de atividade econômica

A Tabela 2 apresenta a distribuição do estoque e o saldo de empregos formais por setor de atividade econômica no Brasil e em Santa Catarina em novembro de 2025. A tabela mostra como os setores de serviço e comércio disputaram o primeiro lugar na geração de serviços, com uma diferença absoluta de apenas 3,1 mil postos para o setor de comércio na conjuntura nacional; no cenário catarinense, ao contrário, o setor comercial teve predominância significativa em

⁴Qualquer dessazonalização feita a partir dos dados do Novo Caged deve ser analisada com muita cautela. Como a série tem início em 2020, a observação de seus padrões sazonais deve ser complementada com os dados do Caged antigo. No entanto, conforme temos alertado constantemente, essas bases não são plenamente comparáveis entre si, uma vez que a transição para o Novo Caged inchou as estatísticas do emprego formal, seja pela inclusão de novas categorias de vínculos, ou pela maior abrangência de captação. Com isso, é possível que haja um viés de alta nos resultados dessazonalizados.

relação aos outros setores. No Brasil, foram geradas 78,2 mil vagas formais no setor de comércio, uma variação de 0,2% em relação à outubro. Esse resultado foi sustentado pelo subsetor de vestuário e alimentação. O setor contabilizou um estoque de 10,8 milhões de empregos ativos. No recorte do acumulado de 2025, o setor registrou um saldo de 300 mil vínculos formais, sendo o segundo setor que mais gerou empregos no ano.

O setor de serviços registrou um saldo de 75,1 mil novas vagas, um aumento de 0,3% em relação ao mês anterior. O subsetor que sustentou a alta dos serviços foi alocação de mão-de-obra temporária, para dar conta da alta demanda de fim de ano. O setor de serviços apresentou um estoque de 24 milhões de empregos ativos. Em 2025, o setor contabilizou um saldo de 1 milhão de novas vagas formais.

O setor de construção apresentou um saldo negativo, no qual os 23,8 mil desligamentos no mês conduziram a uma retração de 0,8% dos estoques. A atividade responsável por puxar para baixo o nível de emprego na construção foi a construção de rodovias e ferrovias, representando aproximadamente 30% de todo o setor. No acumulado do ano de 2025, o setor de construção contabilizou um saldo de 192,2 mil vagas formais.

O setor agropecuário registrou uma retração da ordem de 0,9%, com o fechamento de cerca de 16,6 mil vínculos formais. Os desligamentos sazonais no cultivo da cana-de-açúcar, assim como as demissões no cultivo da soja, impactaram negativamente o resultado do setor. A agropecuária contabilizou um estoque de 1,9 milhões de vínculos ativos. No acumulado do ano, a agropecuária apresentou o menor saldo dentre todos os setores com 85,3 mil novos postos formais.

Por fim, o setor industrial registrou maior o fechamento de vagas, totalizando uma perda de 27,1 mil empregos formais, com uma retração de 0,3%. Negativamente, foi a produção de álcool que gerou uma grande demissão na indústria, mas também a fabricação de calçados e refino de açúcar tiveram grande participação para este resultado. A indústria registrou no mês um estoque de 9,2 milhões de postos de trabalho vigentes. No acumulado de 2025, o setor industrial registrou um saldo de 279,6 mil vagas formais.

Tabela 2 - Saldo e estoque por setor de atividade econômica no Brasil e em Santa Catarina (novembro/25)

	Brasil				Santa Catarina			
	Estoque	Saldo ano*	Saldo mês	Var. Mês	Estoque	Saldo ano*	Saldo mês	Var. Mês
Agropecuária	1.882.043	85.276	-16.566	-0,9%	48.808	3.553	2.452	5,0%
Indústria	9.205.911	279.614	-27.135	-0,3%	825.893	23.528	-3.522	-0,4%
Construção	3.049.483	192.176	-23.804	-0,8%	149.430	10.480	-2.165	-1,5%
Comércio	10.884.336	299.615	78.249	0,7%	553.889	15.717	5.197	0,9%
Serviços	24.068.418	1.038.470	75.131	0,3%	1.091.829	53.603	3.227	0,3%
Total	49.090.182	1.895.130	85.864	0,2%	2.669.850	106.873	5.188	0,2%

Fonte: Novo Caged (2025) e NECAT/UFSC (2025); Elaboração: NECAT/UFSC

*Cálculo da variação mensal (%) = Saldo do mês atual/Estoque do mês anterior.

Em Santa Catarina, o setor de comércio gerou um saldo de 5,2 mil novos empregos, 0,9% superior em relação ao saldo anterior, representando a maior expansão em termos absolutos dentre os demais setores. No acumulado do ano, entretanto, vemos que o comércio teve um saldo de 3 vezes menor que o setor de serviços, segundo setor que mais empregou neste mês. Essa comparação pode indicar que esse crescimento mensal foi apenas momentâneo, devido ao clima de fim de ano que intensificou as vendas, mas que passado este período, o setor de serviços deverá se tornar novamente o protagonista na geração de novos empregos. Em novembro, o saldo foi influenciado pelas admissões nas atividades de comércio varejista em Florianópolis, destacando-se o subsetor de vestuários e acessórios em Blumenau e Florianópolis.

O saldo de empregos no setor de serviços é de 3,2 mil, com uma variação de 0,3%. No acumulado de 2025 foi registrado um saldo de 53,6 mil novos postos formais de trabalho no estado, o que indica, como já foi colocado acima, apenas uma queda momentânea devido à sazonalidade do período de fim de ano. As vagas abertas em novembro estão bem divididas entre os setores de alojamento e alimentação e de informação, comunicação e atividades financeiras, onde os subsetores de lanchonetes e de publicidade dominam cada área, respectivamente. O comércio contabilizou um estoque de 553,9 mil vínculos ativos. No acumulado do ano, o setor registrou um saldo de 15,7 mil novos postos de trabalho formal.

O setor agropecuário foi responsável pela abertura de 2,4 mil novos empregos formais e apresentou o maior crescimento relativo dentre os demais setores (5%), muito embora os estoques desse setor sejam extremamente baixos. Positivamente, o saldo foi impactado pelas admissões no cultivo da maçã, principalmente nas cidades de Fraiburgo e Monte Carlo. No acumulado do ano o setor registrou um saldo de 3,5 mil postos formais, o menor dentre os setores catarinenses.

O setor de construção gerou um saldo de -2,1 mil, tendo uma queda de 1,5% em relação ao saldo do mês anterior. O subsetor de construção de edifício representou grande parte do saldo negativo. O estoque de vínculos ativos no setor de construção foi de 149,4 mil no mês de novembro. Na análise do acumulado do ano de 2025, o setor de construção contabilizou um saldo de 10,5 mil vagas formais.

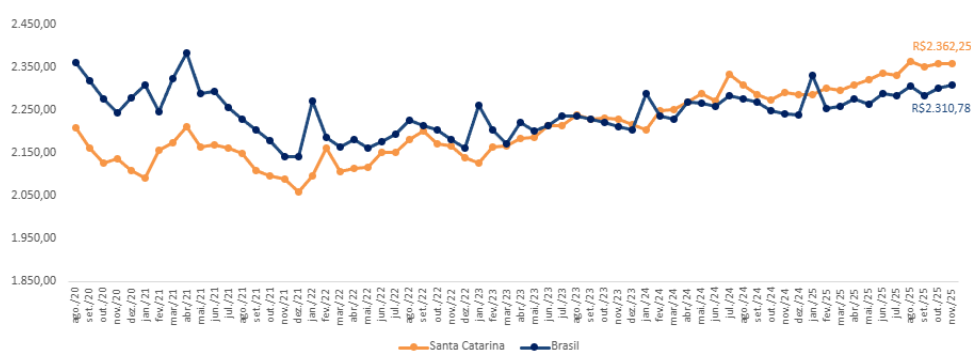
Por fim, o setor industrial, dando sequência ao resultado do mês anterior, apresentou um desligamento líquido de 3,5 mil postos de trabalho formais, uma variação percentual da ordem de -0,4%. Esses desligamentos ocorreram principalmente nos subsetores de confecção e fabricação de peças de vestuário, exceto peças íntimas. Podemos relacionar esses desligamentos com o setor de comércio, uma vez que há uma expectativa de queda nos próximos meses da atividade comercial nesses mesmos setores, o que implica em uma queda de expectativa por parte dos empresários que, a partir destas, reduzem seu nível de emprego ao que julgam adequado para o restante do ano. O setor industrial apresentou um estoque mensal de 825,9 mil empregos ativos. No acumulado do ano, entretanto, a indústria ainda mantém um saldo positivo de 23,5

mil vagas formais.

Evolução salarial

O gráfico 2 representa a variação do salário médio de admissão para o Brasil e Santa Catarina entre 2020 e 2025. Verifica-se que os salários médios brasileiros vêm tendo um crescimento maior que o de Santa Catarina nos últimos dois meses, embora ainda esteja perdendo em termos absolutos para o Estado. Além disso, o crescimento interanual se mostrou levemente superior ao de SC, uma variação da ordem de 3,1% contra os 3% do Estado, resultando em um salário médio de R\$2.310,78, valor que em SC atingiu o valor de R\$2.362,25, se mostrando superior em relação à média brasileira desde o início do ano, porém não apresentou uma mudança substancial em seu valor, permanecendo estagnado em relação ao mês anterior. Sua variação interanual, porém, revela uma significativa melhora da ordem de 3%.

Gráfico 2 - Salário médio real de admissão (Brasil e Santa Catarina, 2020-2025)



Fonte: Novo Caged (2025); Elaboração: NECAT/UFSC

Nota: seguindo a metodologia adotada pelo MTE, o salário médio foi deflacionado pelo INPC e calculado desconsiderando vínculos de trabalho intermitente e salários declarados abaixo de 0,3 SM ou acima de 150 SM.

A Tabela 3 mostra como se distribuiu o número de admissões em Santa Catarina pelas diversas faixas salariais. Os dados mostram que 88,3% da população admitida recebe até 2 salários mínimos, apresentando um aumento de 0,4% em relação ao mês anterior, o que demonstra um crescimento da concentração nas camadas mais pobres da população catarinense. Olhando para os meses anteriores, não há indicação de que seja apenas algo momentâneo do mercado de trabalho, mas sim algo estrutural que se repete constantemente, não tendo o cenário nacional muita divergência com o apresentado no Estado.

Tabela 3 - Admissões por faixa salarial (Santa Catarina, novembro/25)

	Acumulado no ano*		Mês	
	Admissões	Part.	Admissões	Part.
Até 1 SM	114.148	7,1%	7.470	6,0%
De 1,01 a 2 SM	1.330.133	82,2%	101.837	82,3%
De 2,01 a 3 SM	123.085	7,6%	10.278	8,3%
De 3,01 a 5 SM	38.018	2,3%	3.067	2,5%
Mais que 5 SM	13.358	0,8%	1.072	0,9%
Total	1.618.742	100%	123.724	100%

Fonte: Novo Caged (2025) e RAIS (2025); Elaboração: NECAT/UFSC.

Do total de catarinenses contratados em novembro/25, 7,5 mil (6%) recebem até 1 salário mínimo, 101,9 mil (82,3%) recebem de 1 até 2 salários mínimos e apenas 14,4 mil trabalhadores recebem salários acima de 2 salários mínimos (pouco menos de 12% do total de contratados).

A Tabela 4 mostra como se distribuiu o número de demissões em Santa Catarina pelas diversas faixas salariais. Os dados mostram que 84,9% da população demitida esse mês recebia até 2 salários mínimos, o que indica uma concentração de empregos em níveis salariais mais baixos. Tal como se verifica nas admissões, o movimento de demissões também reforça o caráter desigual do mercado de trabalho catarinense.

Tabela 4 - Desligamentos por faixa salarial (Santa Catarina, novembro/25).

	Acumulado no ano*		Mês	
	Desligamentos	Part.	Desligamentos	Part.
Até 1 SM	94.779	5,9%	6.106	5,2%
De 1,01 a 2 SM	1.216.526	75,2%	94.494	79,7%
De 2,01 a 3 SM	141.259	8,7%	12.834	10,8%
De 3,01 a 5 SM	44.230	2,7%	3.868	3,3%
Mais que 5 SM	15.423	1,0%	1.234	1,0%
Total	1.512.217	100%	118.536	100%

Fonte: Novo Caged (2025) e RAIS (2025); Elaboração: NECAT/UFSC.

Do total de catarinenses demitidos em novembro/25, 6,1 mil (5,2%) recebiam até 1 salário mínimo, 94,5 mil (79,7%) recebiam entre 1 até 2 salários mínimos e 17,9 mil trabalhadores recebiam salários acima de 2 salários mínimos (15,1% do total de demitidos). Reforçando nossa tese de concentração de trabalhadores em faixas salariais mais baixas, verificamos que as demissões foram consideravelmente maiores que o nível de contratações nas faixas salariais que compreendem mais de 2 salários mínimos, gerando uma diferença de 3,4%, ou seja, 3,5 mil

trabalhadores. Ao mesmo tempo, as admissões em faixas salariais abaixo de 2 salários mínimos tiveram uma variação de 3,4% ou, em termos absolutos, 3,5 mil admissões líquidas. De modo geral, podemos ver o movimento de demissões maiores em faixas salariais maiores e admissões maiores nas faixas salariais menores.

Distribuição geográfica dos empregos em Santa Catarina

A tabela 5 mostra os saldos e suas respectivas variações nos níveis de emprego formal, separados pelas mesorregiões. Em termos absolutos, o principal destaque foi a região da Grande Florianópolis, que contabilizou a abertura de 2 mil postos formais, com um crescimento de 0,3%. Parte significativa dos empregos se concentrou no setor de comércio, em especial na área alimentícia, sendo a responsável pela maior geração de empregos das 3 principais cidades afetadas positivamente pelo comércio (Florianópolis, São José e Palhoça. Destaque também para o setor de serviços, nos subsetores de publicidade e locação de mão-de-obra temporária, na cidade de Florianópolis. No recorte do acumulado de 2025, a região contabiliza 22,2 mil vínculos formais.

A região Sul catarinense apresentou um saldo negativo de 91 empregos formais, mantendo-se estagnado em relação ao mês anterior. O grande responsável pela queda de empregos foi o setor de construção, principalmente o subsetor de construção de edifícios. Positivamente, o emprego da região foi contrabalanceado pelo setor comercial, em especial o comércio dos gêneros alimentícios na cidade de Criciúma. No recorte do acumulado de 2025, a região possui um estoque de 12,8 mil vínculos formais.

A região Oeste registrou a criação de 710 vínculos formais, correspondendo a uma variação relativa de 0,1% em relação ao mês anterior. De modo análogo vemos acontecer no Oeste catarinense aquilo que aconteceu no Sul, ou seja, a atividade de construção de edifícios puxou negativamente o saldo de empregos, concentrado principalmente na cidade de Chapecó. Para compensar essa queda no setor construtivo, na agropecuária ocorreu uma alta de empregos na plantação de maçã, principalmente em Fraiburgo. Na análise do acumulado de janeiro a novembro de 2025, a região Oeste catarinense apresentou um saldo de 20,9 mil empregos formais.

A região do Vale do Itajaí registrou um saldo de 1,3 mil novos postos de trabalho, com uma variação mensal de 0,2%. contribuindo positivamente para a mesorregião temos a criação de empregos no comércio de gêneros alimentícios. Por outro lado, o saldo foi afetado pelos desligamentos da indústria têxtil nas cidades de Gaspar, Blumenau e Brusque, e na confecção de artigos do vestuário e acessórios nos municípios litorâneos de Itapema e Itajaí. No acumulado de 2025, a região desponta como a principal geradora de vínculos formais do estado, com um saldo de 30,5 mil empregos.

Tabela 5 - Saldo de empregos formais por mesorregião (Santa Catarina, novembro/25)

	<i>Saldo ano*</i>	<i>Saldo</i>	<i>Var.</i>
Vale do Itajaí	30.496	1.334	0,2%
Norte	15.484	436	0,1%
Oeste	20.928	710	0,1%
G. Florianópolis	22.211	2.023	0,3%
Serrana	4.910	776	0,6%
Sul	12.844	-91	0,0%
Total	106.873	5.188	0,2%

Fonte: Novo Caged (2025); Elaboração: NECAT/UFSC.

A região serrana foi responsável pela abertura de 776 postos formais, o que correspondeu a uma variação relativa de 0,6%. Esse resultado foi puxado pelas contratações no setor agropecuário, majoritariamente no cultivo da maçã, nas cidades de Monte Carlo e São Joaquim. Na análise do recorte do acumulado de 2025, a região Serrana contabilizou 4,9 mil empregos.

Por fim, a região norte registrou a abertura de 436 postos de trabalho formais, com um crescimento de 0,2% em relação a outubro/25. Os empregos estão mais concentrados no comércio de alimentos, como supermercados, nas cidades de Joinville e São Francisco do Sul. Puxando para baixo este saldo, o subsetor industrial de confecção de vestuário foi responsável por gerar desemprego nas cidades de Guarimir e Jaraguá do Sul. No acumulado do ano de 2025, a região Norte catarinense registrou um saldo de 15,5 mil vínculos formais.

A Tabela 6 apresenta o saldo e a variação mensal dos empregos nas 13 cidades catarinenses com mais de 100 mil habitantes. Dentre os 295 municípios de Santa Catarina, essas 13 concentraram a criação de 2,8 mil empregos formais, representando aproximadamente 50% de todos os vínculos formais de trabalho gerados no estado. Especificamente, dentre elas destacam-se Florianópolis, com 1,5 mil novas vagas, Balneário Camboriú, com 505 empregos e Itajaí, com 418 vagas formais.

Por outro lado, Tubarão e Brusque foram as cidades com mais de 100 mil habitantes a apresentar o menor saldo, devido aos desligamentos na indústria de transformação, nos subsetores de vestuário e produtos têxteis, como era de se esperar.

Tabela 6 - Saldo das cidades com mais de 100 mil habitantes (Santa Catarina, novembro/25)

<i>Cidade</i>	<i>Saldo</i>	<i>Var.</i>
Florianópolis	1.516	0,7%
Balneário Camboriú	505	0,9%
Itajaí	418	0,3%
São José	289	0,2%
Palhoça	278	0,5%
Joinville	142	0,1%
Chapecó	53	0,1%
Lages	36	0,1%
Jaraguá do Sul	-21	0,0%
Criciúma	-23	0,0%
Blumenau	-40	0,0%
Tubarão	-109	-0,3%
Brusque	-232	-0,4%

Fonte: Novo Caged (2025); Elaboração: NECAT/UFSC.

A tabela 7 apresenta as 10 cidades com a maior quantidade de empregos formais gerados em Santa Catarina no mês de novembro/25. Em Florianópolis, os empregos se concentram no setor de serviços, principalmente nos subsetores de publicidade e restaurantes, e no comércio varejista. Em Ituporanga, ao contrário, vemos uma presença quase que exclusiva do setor agropecuário, concentrado principalmente no cultivo temporário de cebola. Em Balneário Camboriú o saldo de empregos ficou bem dividido entre comércio, em primeiro lugar, e serviços. No primeiro, temos como predominante para o desempenho o subsetor de comércio alimentício; no segundo, o subsetor de restaurantes domina.

Tabela 7 - Maiores saldos de empregos formais em Santa Catarina (novembro/2025).

<i>Cidade</i>	<i>Saldo</i>	<i>Var.</i>
Florianópolis	1.516	0,00%
Ituporanga	506	0,00%
Balneário Camboriú	505	1,42%
Itajaí	418	-0,77%
Fraiburgo	388	-1,36%
Navegantes	303	-1,21%
Bombinhas	290	0,45%
São José	289	0,03%
Palhoça	278	-1,22%
Monte Carlo	262	0,89%

Fonte: Novo Caged (2025); Elaboração: NECAT/UFSC.

A Tabela 8 apresenta as cidades com os menores saldos gerados no mês de novembro/25. Inicialmente nota-se que a cidade de Brusque liderou o saldo negativo de vagas de empregos formais no último mês, sendo seguida por Itapema pelo segundo mês consecutivo e Gaspar. Em Mafra o volume de desligamento foi mais impactado na área industrial, na produção de produtos têxteis. Em Itapema, ao contrário, foi o setor de construção que puxou para baixo o volume de empregos, onde o subsetor de construção de edifícios foi o mais afetado. Já em Gaspar, foi o subsetor de confecção de roupas de vestuário.

Tabela 8 - Menores saldos de empregos formais em Santa Catarina (novembro/2025).

<i>Cidade</i>	<i>Saldo</i>	<i>Var.</i>
Brusque	-232	-0,04%
Itapema	-229	0,38%
Gaspar	-219	1,99%
São João Batista	-179	-1,82%
Concordia	-173	-1,76%
Nova Trento	-152	-0,04%
Tubarão	-109	0,82%
Timbó	-99	-0,66%
Pomerode	-96	-1,80%
Forquilha	-91	3,76%

Fonte: Novo Caged (2025); Elaboração: NECAT/UFSC.

Considerações Finais

Em novembro de 2025 o mercado de trabalho formal de Santa Catarina apresentou um saldo de 5,2 mil novas vagas formais, com uma expansão nos estoques de 0,2% em relação ao mês de outubro. A série dessazonalizada apresentou a mesma variação. Ao contrário do que se notava no decorrer do ano, foi o setor comercial - e não de serviços - o maior responsável pela geração de empregos no mês em apreço, muito provavelmente associado com as festas de fim de ano e a Black Friday. Justamente por se tratar de um efeito sazonal, não se deve esperar uma mudança mais expressiva em relação ao papel do setor de serviços em Santa Catarina. Para ressaltar esse ponto de vista, pode-se observar o fluxo de empregos decrescente na indústria, particularmente no subsetor de confecção de produtos têxteis. Regionalmente, evidencia-se o papel relevante dos serviços alimentícios, como restaurantes, e vendas de vestuário, concentradas principalmente em Balneário Camboriú e Florianópolis. A média salarial dos catarinenses contratados não teve uma variação significativa em relação ao mês anterior, ficando na faixa dos R\$2.362,25. A predominância de trabalhadores admitidos em faixas salariais de até dois

salários mínimos e uma quantidade levemente superior de demissões em faixas salariais mais elevadas sugere a necessidade de atenção às condições salariais e à qualidade dos empregos gerados.

Referências bibliográficas

MINISTÉRIO DO TRABALHO (Brasil). Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (org.). **NOVO CAGED**. 2025. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged/>. Acesso em: 15 de janeiro de 2026.